

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

LUZIANE DA SILVA GOMES

**ELEIÇÕES MUNICIPAIS E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: A IDEOLOGIA
PARTIDÁRIA DO PREFEITO IMPORTA?**

JUIZ DE FORA – MG
2024

LUZIANE DA SILVA GOMES

**ELEIÇÕES MUNICIPAIS E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: A IDEOLOGIA
PARTIDÁRIA DO PREFEITO IMPORTA?**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Economia. Área de concentração: Economia.

Orientadora: Profa. Dra. Suzana Quinet de Andrade Bastos

Coorientador: Prof. Dr. Admir Antonio Betarelli Junior

JUIZ DE FORA – MG
2024

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

da Silva Gomes , Luziane .

Eleições municipais e violência contra a mulher: A ideologia partidária do prefeito importa? / Luziane da Silva Gomes . -- 2024.
104 f. : il.

Orientadora: Suzana Quinet de Andrade Bastos

Coorientador: Admir Antonio Betarelli Junior

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Economia. Programa de Pós-Graduação em Economia, 2024.

1. Violência contra a mulher . 2. Regressão descontínua . 3. mecanismos . I. Quinet de Andrade Bastos, Suzana , orient. II. Antonio Betarelli Junior , Admir , coorient. III. Título.

Luziane da Silva Gomes

Eleições municipais e violência contra a mulher: A ideologia partidária do prefeito importa?

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Economia da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Economia. Área de concentração: Economia

Aprovada em 26 de março de 2024.

BANCA EXAMINADORA

Dr^a. Suzana Quinet de Andrade Bastos - Orientadora

Universidade Federal de Juiz de Fora

Dr. Admir Antonio Betarelli Junior - Coorientador

Universidade Federal de Juiz de Fora

Dr^a. Laura de Carvalho Schiavon

Universidade Federal de Juiz de Fora

Dr. Marcel de Toledo Vieira

Universidade Federal de Juiz de Fora

Dr. Fábio Lúcio Rodrigues

Universidade Estadual do Rio Grande do Norte

Dr. Fábio Júnior Clemente Gama

Universidade Federal do Delta do Parnaíba

Juiz de Fora, 27/02/2024.



Documento assinado eletronicamente por **Suzana Quinet de Andrade Bastos, Professor(a)**, em 26/03/2024, às 12:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Admir Antonio Betarelli Junior, Professor(a)**, em 26/03/2024, às 14:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Júnior Clemente Gama, Usuário Externo**, em 26/03/2024, às 14:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fábio Lúcio Rodrigues, Usuário Externo**, em 26/03/2024, às 16:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Laura de Carvalho Schiavon, Professor(a)**, em 26/03/2024, às 17:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcel de Toledo Vieira, Professor(a)**, em 03/04/2024, às 09:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-Ufjf (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **1721038** e o código CRC **9B44AEAB**.

Dedico esta tese a todas as mulheres que sofrem em silêncio. Nenhuma mulher deveria temer o próprio lar. Dedico também esta tese a todos os profissionais de saúde, assistência social, segurança e justiça que lutam diariamente para ajudar mulheres vítimas de violência a sair de relacionamentos abusivos.

AGRADECIMENTOS

O desenvolvimento desta pesquisa iniciou-se no final da pandemia de Covid-19. A doença passou, mas as consequências para a minha família ainda são sentidas. Perdi tios, primos e amigos durante a jornada do meu doutorado. A perda mais dolorosa foi a do meu pai, que se foi cedo demais para mim.

Agradeço a Deus por ter me dado forças para escrever, mesmo diante de tantas adversidades durante meu doutorado.

Raimundo Nonato Gomes, meu pai, dedico esta tese a você! Agradeço imensamente por cada incentivo. Foram suas palavras que me impulsionaram até o doutorado. Obrigada por ser meu melhor amigo.

À minha mãe, Maria Luzinete da Silva Gomes, que sempre cuidou de mim e do meu irmão com tanto carinho e nunca nos deixou faltar nada. Obrigada, minha guerreira.

A meu irmão, Laércio da Silva Gomes, pelo carinho oferecido a mim.

À minha Avó, Socorro Doca, mulher sábia e gentil que, mesmo perdendo os filhos (papai e tio Antônio João), permaneceu forte.

A Álvaro Robério de Souza Sá, por estar do meu lado quando meu pai faleceu e pela grande ajuda na elaboração desta tese. Sem essa ajuda, eu não teria conseguido.

Aos meus amigos, Caio Henrique Mota Silva Baptista, Danilo Luciano Pires, Dryelli Jales Costa, Gerlane Golçaves de Andrade, Gerciana Aparecida Rezende, Igor Machado Torres Luis Fernando de Oliveira e Fillipe Guedes Soares e Matheus Henrique Botelho.

Aos professores do curso de Economia da UFJF, pela imensa dedicação e por conseguirem transmitir conhecimentos mesmo durante a época da pandemia.

Agradeço imensamente a Suzana Quinet de A. Bastos e Admir A. Betarelli Júnior pela valiosa contribuição na elaboração desta tese.

Agradeço aos funcionários da secretaria, Nicole e Antônio Celestino, por sempre serem tão prestativos e amigáveis ao me ajudarem com minhas dúvidas em relação aos procedimentos administrativos do curso.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa concedida durante o período do doutorado, a qual viabilizou minha dedicação exclusiva à realização das atividades acadêmicas.

“Neste mundo existe...
Mulheres amadas ...
Violadas na mente,
Violadas na alma,
Castradas no corpo,
Sem voz Sem liberdade
Acorrentadas em dor,
Cansadas, tristes, desesperadas, mal-
amadas, laços atados, em nós de
ferro, mãos geladas e frias, feitas
num mundo cruel”

Isabel Morais Ribeiro

RESUMO

A tese analisou como a eleição de um prefeito de esquerda afetou a violência contra as mulheres nos municípios brasileiros durante o período de 2012 a 2020. A hipótese inicial era de que os políticos filiados a partidos de esquerda dedicavam maior esforço na elaboração e implementação de políticas voltadas ao público feminino. Para testar essa hipótese, foi utilizado o modelo Regressão Descontínua. Este modelo permitiu comparar municípios onde um candidato de esquerda quase ganhou com aqueles onde esse candidato quase perdeu as eleições para prefeito. Os resultados indicaram que ter um prefeito de esquerda fez com que o município reduzisse a taxa de violência contra a mulher em cerca de 9,4%. Os testes de robustez revelaram que esses resultados não decorriam de características pré-existentes. Adicionalmente, a tese visou identificar as políticas (mecanismos) adotadas por esses prefeitos que contribuíram para a redução das taxas de violência contra as mulheres nos municípios que elegeram prefeitos de esquerda. Dentre as decisões possivelmente tomadas que contribuíram para a diminuição das taxas de violência contra as mulheres, incluem-se ampliação das vagas em creches e maior participação feminina no mercado de trabalho. Tais medidas permitiram combater os fatores que tornam as mulheres mais suscetíveis à violência.

Palavras – chave: Violência contra a mulher; Regressão Descontínua; mecanismos

ABSTRACT

The thesis analyzed how the election of a left-wing mayor affected violence against women in Brazilian municipalities during the period from 2012 to 2020. The initial hypothesis was that politicians affiliated with left-wing parties dedicated greater effort to drafting and implementing policies aimed at a female audience. To test this hypothesis, the Discontinuous Regression model was used. This model made it possible to compare municipalities where a left-wing candidate almost won with those where that candidate almost lost the mayoral elections. The results indicated that having a left-wing mayor caused the municipality to reduce the rate of violence against women by around 9.4%. Robustness tests revealed that these results were not due to pre-existing characteristics. Additionally, the thesis aimed to identify the policies (mechanisms) adopted by these mayors that contributed to reducing rates of violence against women in municipalities that elected left-wing mayors. Among the decisions possibly taken that contributed to the reduction in rates of violence against women include expanding vacancies in daycare centers and greater female participation in the job market. Such measures made it possible to combat the factors that make women more susceptible to violence.

Keywords: Violence against women; Discontinuous Regression; mechanisms

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Análise descritiva dos dados	49
Tabela 2-Efeito do prefeito de esquerda sobre as taxas de violência. Dados de notificação, ocorrência e residência semelhantes. 2012 – 2020	52
Tabela 3-Efeito do prefeito de esquerda sobre as taxas de violência de gênero. Dados de notificação. Brasil. 2012 - 2020	54
Tabela 4-Efeito do prefeito de esquerda sobre as taxas de violência de gênero. Dados de residência. Brasil. 2012 - 2020	55
Tabela 5-Efeito do prefeito de esquerda sobre a violência contra mulher: efeitos heterogêneos. Brasil. 2012- 2020	57
Tabela 6-Efeito da reeleição sobre as taxas de violência. Brasil. 2012 - 2020	59
Tabela 7-Balanceamento de características. Brasil. 2012 - 2020	62
Tabela 8-Variação do tamanho da banda e do polinômio. Brasil. 2012 - 2020	64
Tabela 9-Efeito de um prefeito de esquerda sobre a atividade econômica e mercado de trabalho. Brasil. 2012 - 2020	71
Tabela 10-Capacidade governamental de provisão de bens públicos pelos prefeitos de esquerda. Brasil. 2012 - 2020	74
Tabela 11-Impacto do prefeito de esquerda sobre a educação municipal. Brasil. 2012 - 2020	75
Tabela 12-Impacto da gestão de um prefeito de esquerda sobre a saúde municipal. Brasil. 2012 - 2020	77
Tabela 13-Efeito do prefeito de esquerda sobre a violência contra mulher depois das eleições. Brasil. 2012 -2020	79
Tabela 14-Impacto do prefeito de esquerda sobre os homicídios. Brasil. 2012 - 2020	80

LISTA DE FIGURAS

Figura 1-Evolução da taxa de homicídio feminino. Brasil. 1980 – 2020	17
Figura 2-Efeito da presença de um prefeito de esquerda e não esquerda sobre a taxa de violência geral	53
Figura 3-Teste de continuidade da margem de votos	61
Figura 4-Impacto da presença de um prefeito de esquerda e não esquerda sobre a taxa de violência física	98
Figura 5-Impacto da presença de um prefeito de esquerda e não esquerda sobre a taxa de violência psicológica	99
Figura 6-Impacto da presença de um prefeito de esquerda e não esquerda sobre as taxas de violência sexual.....	100
Figura 7-Impacto da presença de um prefeito de esquerda sobre as taxas de violência financeira	101
Figura 8-Impacto da presença de um prefeito de esquerda e não esquerda sobre as taxas de ameaça ..	102
Figura 9-Impacto da presença de um prefeito de esquerda e não esquerda sobre as taxas de assédio ..	103
Figura 10-Efeitos heterogêneos da gestão dos prefeitos de esquerda.....	104

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Classificação dos partidos políticos	39
Quadro 2-Descrição das variáveis e fontes dos dados	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

DATASUS - Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia Estatística

OMS - Organização Mundial da Saúde

PSL – Partido Social Liberal

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

PV – Partido Verde

RDD – Regression Discontinuity Design

SIM - Sistema de Informações sobre Mortalidade

SINAN - Sistema de Informação de Agravos de Notificação

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	12
2.REVISÃO DA LITERATURA	16
2.1 Violência contra a mulher no Brasil.....	16
2.2 Eleições municipais	18
2.2.1. Partidos políticos	20
3. QUADRO CONCEITUAL	23
3.1 Efeito da ideologia partidária sobre a violência de gênero	23
4. DADOS E ESTRATÉGIA EMPÍRICA	34
4.1 Dados.....	34
4.1.1 Dados de violência contra a mulher	34
4.1.2 Dados eleitorais	38
4.1.3 Características municipais	43
4.2 Estratégia empírica	45
4.2.1 Especificação	46
5. RESULTADOS EMPÍRICOS	49
5.1 Análise Descritiva	49
5.2 Taxa de violência contra as mulheres.....	51
5.3 Heterogeneidade.....	56
5.4 Teste de Robustez.....	60
6. POTENCIAIS MECANISMOS	68
6.1 Canais de transmissão.....	69
6.1.1 Mercado de trabalho	69
6.1.2 Provisão de bens públicos	73
6.2 Homicídios.....	80
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS	
ANEXOS	

1 INTRODUÇÃO

A violência contra as mulheres é uma grave violação dos direitos humanos e um problema de saúde e segurança pública em todo o mundo. Ela ocorre em todos os países, não apenas em situações de conflito ou crise, mas também em ambientes considerados pacíficos, e tanto em espaços públicos como privados. A violência assume diferentes formas, como física, sexual, psicológica e financeira, tendo consequências profundas para a saúde e o bem-estar das mulheres. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2021), estima-se que uma em cada três mulheres tenha sofrido, pelo menos uma vez na vida, uma ou mais formas de violência (Sanz-Barbero, Barón e Vives-Cases, 2019).

Os impactos financeiros anuais resultantes da violência contra as mulheres custam aos países cerca de 1,5 trilhão de dólares, representando aproximadamente 2% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial (UN Women, 2016). Esse montante refere-se, em parte, a despesas com assistência às vítimas, aplicação de leis e despesas com faltas ao trabalho, diminuição da produtividade e perda de emprego. Na Nova Guiné, em média, as mulheres que trabalham no setor privado faltam ao trabalho 11 dias por ano devido à violência baseada no gênero. No Camboja, 20% das mulheres vítimas de violência doméstica relataram ter se ausentado ao trabalho e afirmaram que seus filhos faltaram à escola devido a episódios de agressão (ONU Brasil, 2017). No Brasil, segundo Bouças (2021) quase 13% das mulheres que estão exercendo atividades laborais enfrentam algum tipo de violência doméstica.

Perante a complexidade do cenário e os custos econômicos e sociais envolvidos, organismos internacionais, lideranças políticas e pesquisadores mobilizaram-se para compreender os determinantes e identificar instrumentos para combater a violência contra as mulheres. Estudos recentes têm explorado a relação empírica entre as escolhas políticas e a violência contra as mulheres (Araújo e Gatto, 2022; Bochenkova, Buonanno e Galletta, 2022; Delaporte e Pino, 2022). Embora não haja consenso sobre como o processo de escolha política impacta os níveis de violência contra as mulheres, as evidências sugerem que o aumento da representação política feminina tem um impacto na redução dessa questão (Bochenkova, Buonanno e Galletta, 2022; Delaporte e Pino, 2022).

A ideia subjacente é que uma mulher no comando do poder executivo municipal priorizaria políticas públicas voltadas para as mulheres e melhoraria o acesso aos serviços básicos de saúde, educação e assistência social, o que, por sua vez, ajudaria a reduzir a violência contra as mulheres (Chattopadhyay e Duflo, 2004; Clots-Figueras, 2012; Bhalotra e Clots-Figueras, 2014). Além disso, estudos aplicados também postulam que a implementação de

políticas públicas específicas desempenha um papel determinante na redução da violência contra as mulheres.

As medidas implementadas incluem criar delegacias especializadas para mulheres (Perova e Reynolds, 2017; Jassal, 2020; Bhalotra *et al.*, 2021; Sviatschi e Trako, 2021), a formação de patrulhas femininas (Miller e Segal, 2019), a adoção de alerta de segurança (Tumen e Ulucan, 2019), leis relacionadas com o divórcio (Stevenson e Wolfers, 2006; Brassiolo, 2016; García-Ramos, 2021) e a implementação de medidas para controlar o consumo de álcool podem ter efeitos positivos na redução da violência de gênero (Luna e Zechmeister, 2005). No entanto, a insatisfação dos eleitores com os resultados das eleições (Meintjes, Pillay e Turshen, 2001; True, 2012; Njiru, 2014), bem como a presença de uma base eleitoral conservadora em determinada região, foram fatores que contribuíram para o aumento da violência de gênero (Luna e Zechmeister, 2005; Biroli, 2020; Araújo e Gatto, 2022).

A despeito do progresso alcançado no entendimento da violência contra a mulher (Perova e Reynolds, 2017; Jassal, 2020; Bhalotra *et al.*, 2021; Sviatschi e Trako, 2021, Miller e Segal, 2019), ainda existem lacunas na literatura empírica que investiga a relação entre a ideologia partidária¹ e a violência de gênero. Essa questão se torna mais relevante, considerando que, para os cientistas políticos, as orientações ideológicas dos partidos políticos exercem uma forte influência na implementação de políticas públicas, inclusive aquelas voltadas para a redução da violência de gênero (Downs, 1957; Alesina, 1988).

De modo geral, a literatura demonstra que há diferenças na abordagem dos políticos de esquerda e direita em relação ao tema violência contra a mulher. Por exemplo, Franceschet (2010), Darakchi (2019) e Erzeel e Celis (2016) destacam que políticos de esquerda tendem a priorizar à justiça social e a igualdade, enfatizando soluções sistêmicas para combater a violência de gênero, como educação sexual, programas e treinamento para as mulheres entrarem no mercado de trabalho. Por outro lado, os políticos de orientação mais conservadora tendem a dar ênfase aos direitos e responsabilidades individuais, concentrado seus esforços em abordar a violência contra as mulheres por meio de medidas de justiça criminal, como penalidades mais

¹ Ideologia partidária e ideologia política são conceitos distintos, embora relacionados. Ideologia política engloba um conjunto de ideias, valores, crenças e princípios que orientam a visão de mundo de um indivíduo, grupo ou sociedade em relação à política. Pode abranger uma variedade de temas, como visão do papel do Estado, economia, justiça social (Bobbio *et al.*, 1998). Por outro lado, ideologia partidária é o conjunto de ideias e valores que orientam a atuação de um partido. Ela é expressa no programa, sendo um documento que apresenta os princípios e objetivos do partido. Devido a essa diferenciação conceitual, as pesquisas que aplicam modelos econométricos tendem a utilizar o termo ideologia partidária (Lang, 2019; Plens, 2020). O termo “ideologia partidária” oferece uma especificidade maior ao referir-se às posições adotadas pelos partidos conforme suas plataformas. Isso permite uma análise mais precisa dos efeitos políticos, facilitando distinguir grupo de controle e tratamento.

severas para os agressores, aumento do financiamento para a aplicação da lei e programas de apoio às vítimas (Alesina, 1988; Celis e Childs, 2018).

No Brasil, há uma percepção de que os políticos de esquerda tendem a dedicar mais esforços às políticas voltadas para as mulheres, devido à sua estreita relação com os movimentos feministas (Pereira, 2021), bem como ao crescente número de mulheres ingressando nos partidos de esquerda (Peixoto, Goulart e Silva, 2017). Entretanto, é importante ressaltar que políticos de direita também se engajam no desenvolvimento de projetos e políticas para mitigar a violência de gênero. No contexto brasileiro, o cargo de prefeito pode exercer uma forte influência no combate à violência contra as mulheres, uma vez que o prefeito é responsável pela coordenação dos serviços públicos locais. Essa responsabilidade com a implementação e execução das políticas locais faz surgir o seguinte questionamento: a ideologia partidária do prefeito impactou as taxas de violência contra a mulher no Brasil entre 2012 a 2020?

Para responder a esse questionamento foi utilizado o modelo Regressão Descontínua (RDD). Esse método é comumente empregado em pesquisas eleitorais devido à presença de dois critérios que facilitam a formação de grupos de controle e de tratamento. Esses critérios consistem em uma regra externa (o ponto de corte), que determina o vencedor da eleição, e uma variável contínua (a quantidade de votos), que permite a classificação dos candidatos em uma escala. Quando dois candidatos têm uma quantidade de votos que se aproxima do ponto de corte, ambos têm chances semelhantes de vencer a eleição. Esse cenário cria a situação em que os candidatos próximos do ponto de corte são semelhantes em características observáveis e não observáveis. Isto permite criar grupos de controle e tratamento para analisar os efeitos causais da variável de tratamento (eleger um prefeito de esquerda) nas taxas de violência contra as mulheres (Rocha e Bragança, 2004; Cattaneo, Idrobo e Titiunik, 2019).

Além de determinar se a ideologia partidária do prefeito influencia as taxas de violência contra as mulheres, é essencial compreender quais políticas públicas foram adotadas por esses prefeitos e como essas políticas impactaram essas taxas. A literatura econômica tem avançado significativamente na compreensão desses fenômenos por meio da aplicação de mecanismos, analisando não apenas a relação entre ideologia partidária e violência de gênero, mas também examinando os canais pelos quais as políticas públicas afetam essas taxas (Morgan e Winship, 2014; Rosenzweig e Wolpin, 2000). Ao explorar os mecanismos subjacentes, os pesquisadores podem investigar como diferentes abordagens políticas, como programas de educação, serviços de apoio e políticas na área da saúde, influenciam as taxas de violência contra as mulheres.

Nesse contexto, o objetivo principal desta tese é analisar se a ideologia partidária do prefeito influenciou os níveis das taxas de violência contra as mulheres nos municípios

brasileiros entre 2012 e 2020. Entre os objetivos específicos, busca-se investigar os possíveis mecanismos que podem contribuir para reduzir as taxas de violência contra as mulheres e, além disso, analisar se a ideologia partidária do prefeito influenciou os efeitos heterogêneos (crimes residenciais, tipo de arma, dentre outros).

Essa tese oferece contribuições em diversas dimensões. Primeiramente, ela pode esclarecer se a ideologia partidária influencia a alocação de recursos e as decisões relacionadas a projetos e programas voltados para as mulheres. Em segundo lugar, identifica os estratos da violência de gênero mais afetados pela gestão de um prefeito. Por outro lado, a análise dos mecanismos permite identificar as áreas que podem ajudar de maneira mais eficiente na redução da violência de gênero. Os resultados desta análise têm o potencial de contribuir para o desenvolvimento de pesquisas direcionadas e eficazes, as quais, por sua vez, podem auxiliar os prefeitos.

O trabalho está organizado em 7 capítulos. O segundo capítulo revisa brevemente a violência contra a mulher e o contexto das eleições municipais do Brasil. O terceiro aborda a perspectiva dos partidos políticos de esquerda e direita em relação à violência de gênero, e menciona potenciais mecanismos para atenuar essa questão. O quarto capítulo descreve a estratégia empírica, enquanto o quinto apresenta os resultados empíricos das taxas de violência. O sexto explora os possíveis mecanismos responsáveis pela redução da violência de gênero. Por fim, o sétimo capítulo apresenta as considerações finais, destacando os principais resultados desta tese.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Esta seção apresenta uma revisão da literatura sobre os temas violência contra a mulher, eleições municipais e partidos políticos. A revisão visa fornecer as bases teóricas essenciais para os eleitores poderem compreender com profundidade esses temas no contexto do cenário brasileiro.

2.1 Violência contra a mulher no Brasil

O Brasil é um dos países mais violentos do mundo. Uma mulher é assassinada, em média, a cada seis horas no país simplesmente por ser mulher. Em 2015, o país ocupava o quinto lugar na escala de violência contra as mulheres, com uma taxa de homicídio feminino de 4,8 casos para cada 100 mil mulheres, atrás apenas de países como El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia. Estes níveis de letalidade contra as mulheres são 48 vezes mais elevados do que nos países desenvolvidos, como o Reino Unido. E a violência não se limita ao homicídio, pois a cada hora, 26 mulheres são vítimas de violência física no território brasileiro (UN, 2022; Galvão, 2023).

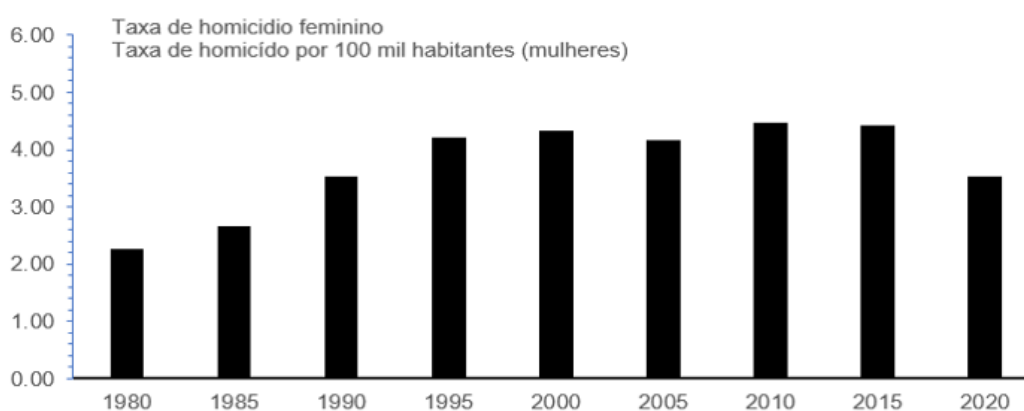
Diante desse cenário e em resposta às pressões dos movimentos sociais e das representantes políticas femininas, foram promulgadas leis visando prevenir e combater a violência contra as mulheres. Uma delas, a Lei nº 11.340, de setembro de 2006 (BRASIL, 2006), conhecida como Lei Maria da Penha², não apenas estabeleceu medidas e instrumentos para prevenir, punir e erradicar essa violência, como também possibilitou a aplicação da prisão preventiva e a eliminação do pagamento de penas pecuniárias aos autores dos crimes. Para atender ao propósito da lei, foram criados tribunais e delegacias especializadas para atender esses casos, especialmente aqueles envolvem a integridade física ou psicológica das mulheres.

Desde a promulgação dessa lei, outras medidas foram criadas para combater a violência contra as mulheres. Um exemplo é o enquadramento do feminicídio como crime hediondo (Lei do feminicídio n.º 13.104/2015, BRASIL, 2015), juntamente com a determinação de que a contagem para a prescrição de crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes seja

² A Lei recebeu esse nome em homenagem a Maria da Penha Maia Fernandes. Ela foi uma biofarmacêutica brasileira que se tornou conhecida por sua luta contra a violência doméstica. Por muitos anos, ela foi vítima de violência conjugal. Em 1983, seu marido tentou assassiná-la duas vezes: a primeira vez com um tiro que a deixou paraplégica e a segunda vez tentando eletrocutá-la enquanto ela estava no chuveiro. As tentativas de assassinato deixaram-na com graves sequelas. Após anos de batalha judicial, em 2006, o caso Maria da Penha foi reconhecido pela corte Interamericana de Direitos Humanos como um caso emblemático de violência doméstica que não foi adequadamente tratado pelo Estado brasileiro. Em resposta a esse caso, o Brasil promulgou a Lei Maria da Penha.

calculada a partir do momento em que as vítimas completam 18 anos e não na data que o crime foi praticado (Lei Joana Maranhão n.º 12.650/2012, BRASIL, 2012) e a garantia de atendimento médico emergencial em casos de violência sexual nos hospitais públicos (Lei Minuto seguinte n.º 12.845/2013, BRASIL, 2013). Apesar dos esforços, as taxas de homicídio feminino permaneceram em níveis elevados, com aproximadamente 4 mortes por 100 mil mulheres. No entanto, em 2020, durante a pandemia da Covid-19, houve uma pequena queda nas taxas (figura 1).

Figura 1-Evolução da taxa de homicídio feminino. Brasil. 1980 – 2020



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do DATASUS.

Durante a pandemia de Covid-19, a redução dos homicídios femininos pode estar associada às restrições de mobilidade implementadas. Estas medidas limitaram a circulação de pessoas, incluindo potenciais vítimas e agressores, reduzindo as oportunidades para crimes violentos. Contudo, é importante ressaltar que essa queda não pode ser interpretada como reflexo da diminuição da violência contra as mulheres, uma vez que a taxa de homicídios não distingue entre homicídio de gênero (feminicídio) e outros tipos de homicídio. Os óbitos de mulheres decorrentes de questões de gênero são definidos como o assassinato de uma mulher devido à sua condição de gênero, ou seja, o crime é motivado por misoginia, ódio ou desprezo pelas mulheres. Em muitos casos de homicídio de gênero, a vítima conhece o agressor, que pode ser um familiar, parceiro íntimo, ex-companheiro ou amigo (Mello, 2015).

Por outro lado, o homicídio não relacionado ao gênero pode ter motivações diversas, como vingança, briga, roubo, entre outras, e diferentemente do homicídio de gênero, a vítima e o agressor não se conhecem. Portanto, a redução na taxa de homicídios durante a pandemia não

reflete necessariamente uma redução da violência baseada no gênero. Pelo contrário, o isolamento social desencadeou um crescimento da violência contra as mulheres. Segundo Marques (2020), esse crescimento é decorrente da ampliação do tempo de convivência entre vítimas e agressores. Além disso, ao reduzir o contato social com amigos e familiares, a probabilidade de as mulheres procurarem ajuda também foi reduzida. Portanto, a diminuição da mobilidade nas ruas pode ter afetado apenas os homicídios que não são motivados por questões de gênero.

2.2 Eleições municipais

O marco da redemocratização no Brasil foi a promulgação da Constituição Federal de 1988. A nova Carta Constitucional estabeleceu os pilares da democracia brasileira, como a separação de poderes, o sufrágio universal e a realização de eleições periódicas para escolha de representantes políticos. No país, os pleitos eleitorais são realizados bienalmente, alternando entre eleições federais, estaduais e municipais. No âmbito deste processo ocorre a eleição de presidente, governadores e prefeitos, que assumem cargos executivos pelo sistema majoritário. Por sua vez, senadores, deputados e vereadores são eleitos para cargos legislativos, seguindo os sistemas majoritário e proporcional, respectivamente. Com exceção dos senadores, que cumprem mandatos de oito anos, os demais titulares de cargos políticos têm mandatos de quatro anos (Rocha e Bragança, 2004; Sarmento, 2009).

No âmbito municipal, que representa a menor unidade administrativa do país, é declarado vencedor o candidato a prefeito que atenda aos critérios do sistema majoritário. Geralmente, nesse contexto, aplica-se a regra da maioria absoluta ou, na sua ausência, a maioria simples. Por maioria absoluta, o candidato é eleito mediante a obtenção de 50% mais um voto do total de votos válidos apurados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Na maioria simples, o candidato eleito é aquele que obtiver o maior número de votos válidos, excluindo os votos em brancos e nulos³. Caso nenhum candidato obtenha a maioria dos votos nos municípios com mais de 200 mil eleitores, a legislação determina a realização de um segundo turno, em que os eleitores escolhem entre os dois candidatos mais votados no primeiro turno. Contudo, é importante destacar que a maioria das disputas eleitorais é decidida no primeiro turno, uma vez que cerca de 98% dos municípios têm menos de 200 mil eleitores (TSE, 2017; TSE, 2021; TSE, 2022a; TSE, 2022b).

³ Segundo o art.211 do Código Eleitoral (Lei n. ° 4.737/1965) votos em branco não são adicionados aos votos de quem está vencendo. Somente no caso de votos anulados pelo TSE, o art.224 prevê a realização de novas eleições.

Nos municípios onde ocorre apenas o primeiro turno, a preferência da maioria do eleitorado é fortemente confirmada pela vitória do candidato de determinada coligação ou partido. No entanto, em municípios com segundo turno, esta preferência pode não ser facilmente atestada, e há algumas razões para isso. Em primeiro lugar, os eleitores poderão ter de ajustar as suas preferências iniciais em relação a um candidato ou ideologia partidária, caso sua primeira escolha não esteja disponível para votação no segundo turno. Isso ocorre quando o candidato preferido do eleitor é eliminado durante o primeiro turno (Fujiwara, 2011).

Em segundo lugar, os eleitores podem simplesmente optar por seguir a maioria, mesmo que essa não seja a sua preferência pessoal. Isso geralmente acontece quando o eleitor percebe que sua primeira opção não tem chance de vencer e decide votar no candidato mais viável, apenas para evitar o risco de seu voto ser “derrotado”. Em terceiro, existe também a possibilidade de abstenção de voto ou de escolha do candidato que mais se aproxima de seus ideais políticos ou ideológicos, ou simplesmente votar no candidato que consideram mais apto para o cargo, independentemente de suas preferências políticas. Portanto, nessas localidades, há uma grande incerteza quanto à verdadeira preferência do eleitor (Fujiwara, 2011).

Quanto à descentralização política- administrativa estabelecida pela Constituição Federal de 1988, atribui ao prefeito, uma vez eleito, a responsabilidade pelo fornecimento de diversos serviços públicos locais, como educação, cultura, saúde, habitação, transporte e infraestrutura. A segurança, porém, está fora da esfera municipal, sendo de responsabilidade do Estado e, portanto, do governador. Além disso, os prefeitos são responsáveis por apresentar anualmente um orçamento para implementação de diferentes programas e políticas públicas. É relevante destacar os vereadores podem vetar a proposta, ou seja, o prefeito só poderá executar programas que obtiverem aprovação legislativa. (Delaporte e Pino, 2022).

Nesse contexto, as preferências do prefeito podem influenciar significativamente a ênfase dada às diferentes áreas durante a elaboração do orçamento municipal. Esta influência manifesta-se na alocação de recursos a diferentes setores, como educação, cultura, saúde, habitação, transporte e infraestrutura. Por exemplo, um prefeito que valoriza a educação provavelmente atribuirá mais recursos à melhoria das escolas locais e à implementação de novos programas educacionais. Da mesma forma, um prefeito que priorize a redução da violência contra as mulheres poderá direcionar investimentos para áreas estratégicas, como programas de apoio às vítimas, campanhas de conscientização e fortalecimento das políticas de igualdade de gênero. Assim, as prioridades do prefeito traduzem-se em decisões orçamentárias que impactam diretamente o desenvolvimento da cidade e a vida dos seus cidadãos.

2.2.1. Partidos políticos

O Brasil adota um sistema pluripartidário, permitindo a formação jurídica de múltiplos partidos políticos. Estas organizações desempenham um papel fundamental na tentativa de influenciar a política de uma nação, muitas vezes através da participação em eleições e do exercício do poder. Em termos gerais, os partidos atuam em duas esferas cruciais do sistema político no Brasil: a arena eleitoral e a arena decisória. Na arena eleitoral, os partidos desempenham um papel central na competição democrática, apresentando candidatos e programas para conquistar os eleitores. É nesse contexto que os eleitores têm a oportunidade de avaliar e escolher entre as diferentes propostas oferecidas pelos partidos (Kinzo, 2004).

Na arena decisória, os partidos atuam no processo de tomada de decisão, seja nos parlamentos, nos governos ou em outros espaços de poder. Procuram influenciar e moldar políticas através da proposição de leis, da negociação de alianças, do debate de propostas e da participação nos programas dos órgãos deliberativos. Vale ressaltar que a atuação dos partidos nas duas arenas está intrinsecamente relacionada. O sucesso eleitoral de um partido determina geralmente a sua capacidade de influenciar decisões políticas e implementar as suas propostas. Por sua vez, a atuação eficaz no campo decisório pode contribuir para o apoio popular e para desempenho futuro do partido (Kinzo, 2004).

Em 2022, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) registrou 32 partidos políticos no Brasil, enquanto outros 83 estavam em processo de formação (TSE, 2021). A multiplicidade partidária, influenciada pelo fundo partidário e pela propaganda gratuita (Cardoso, 2015), contribui para a diversidade democrática, permitindo a representação de diversas crenças e interesses políticos. No entanto, esta diversificação também acarreta desafios substanciais em termos de governabilidade para os municípios. No âmbito municipal, o pluripartidarismo resulta muitas vezes em uma discrepância entre o partido do prefeito e o dos vereadores. Nesse contexto, é necessário estabelecer coligações e incentivar a cooperação entre os poderes para governar eficientemente (Laver e Schofield, 1998; Martin e Vanberg, 2020).

A formação destas alianças requer extensas negociações com as partes envolvidas, porém, estas negociações podem gerar acordos instáveis, conflitos internos e obstáculos na implementação de políticas consistentes. A criação de coligações pode complicar a gestão administrativa do governo, dada a divergência de pontos de vista e prioridades entre os diferentes partidos. A instabilidade política é ainda mais notável quando as coligações sofrem mudanças abruptas devido a divergências partidárias. Esses desafios podem comprometer a capacidade do

governo em tomar decisões rápidas e eficazes, bem como de implementar políticas de longo prazo (Laver e Schofield, 1998; Martin e Vanberg, 2020).

O pluripartidarismo apresenta outra complicação relacionada com a classificação dos partidos no espectro político no eixo esquerda-direita. Essa classificação baseia-se tradicionalmente em critérios como o posicionamento em relação à intervenção do Estado na economia, políticas sociais, valores culturais e a outros temas políticos (Maciel, Alarcon e Gimenes, 2018). Contudo, a diversidade de partidos presentes em um sistema pluripartidário pode tornar essa classificação mais complexa e desafiadora. Devido ao antagonismo que há internamente nos partidos. Por exemplo, os partidos classificados como pertencentes ao mesmo espectro político pode adotar uma combinação de políticas econômicas liberais e posições progressistas sobre questões sociais, enquanto outros podem defender políticas econômicas e intervencionistas e manter opiniões conservadoras sobre questões sociais. Além disso, a evolução política e o contexto histórico podem causar mudanças nas posições partidárias ao longo do tempo (Codato, Berlatto e Bolognesi, 2018; Bolognesi, Ribeiro e Codato, 2023).

Apesar da complexidade da classificação dos partidos políticos em um sistema pluripartidário, os cientistas políticos desenvolveram métodos que permitem categorizar os partidos ao longo do eixo esquerda-direita. Embora a diversidade de posições ideológicas e políticas apresente desafios, a análise cuidadosa de variáveis como a postura em relação à intervenção estatal na economia, as políticas sociais, os valores culturais e outras questões políticas permite a colocação dos partidos em uma escala ideológica. Essa habilidade analítica é fundamental para compreender a dinâmica política e estabelecer padrões de comportamento partidário, mesmo diante da complexidade inerente ao pluripartidarismo.

A identificação dos partidos no eixo esquerda-direita é importante para analisar como agem de acordo com suas crenças. Na teoria ideacional destaca-se a importância das ideias, crenças e valores políticos na formação e evolução dos partidos. Essa teoria afirma que a ideologia partidária influencia a capacidade dos partidos de mobilizar e formular políticas públicas. Portanto, a composição partidária de um governo, especialmente a divisão entre partidos de esquerda e direita, torna-se um fator determinante na orientação das políticas públicas (Imbeau, Petry e Lamari, 2001; Pereira, 2011). Em suma, os partidos de esquerda tendem a defender uma maior intervenção do Estado na economia, políticas sociais abrangentes e uma maior igualdade social, enquanto os partidos de direita enfatizam a importância da liberdade econômica, do mercado e da responsabilidade individual (Bobbio *et al.*, 1998; Mudde, 2017).

Nesse cenário, pesquisas empíricas têm investigado se partidos de direita e de esquerda adotam abordagens diferentes, movidos pelas suas convicções, que influenciam a

implementação de serviços públicos. Estes estudos recorreram ao modelo RDD para examinar o efeito causal da ideologia partidária em áreas como política fiscal, o meio ambiente, a educação e a saúde (e.g. Rocha e Bragança, 2004; Pettersson-Lidborn, 2008; Folke, 2014; Mumbach, 2019; Gerigk e Codato, 2020; Gouvea e Girardi, 2021). Na Suécia, Pettersson-Lidborn (2008) concluiu que os governos municipais de esquerda tendem a aumentar o orçamento municipal, a contratar mais trabalhadores e a reduzir a taxa de desemprego local. Em outra pesquisa realizada na Suécia, Folke (2014) identificou que as decisões políticas dos pequenos partidos, concentradas nas políticas sociais, geraram impactos significativos nas políticas de imigração e ambientais, sem, no entanto, afetar a política fiscal.

Fiva, Folke e Sørensen (2018) analisaram o impacto do controle governamental e da representação partidária nas cidades norueguesas. Os autores concluíram que os governos municipais conservadores reduziram os impostos sobre propriedade sem influenciar significativamente a alocação de despesas. Além disso, identificaram que o aumento de cadeiras dos partidos de esquerda no governo está associado a um maior investimento em cuidados infantis e à diminuição de gastos com idosos. No entanto, uma análise realizada por Ferreira e Gyourko (2009) abrangendo os Estados Unidos revelou a ausência de diferenças significativas na alocação de recursos entre prefeitos democratas e republicanos.

No Brasil, Gerigk e Codato (2020) constataram que a filiação partidária do prefeito, seja de esquerda ou de direita, não influencia significativamente os gastos com planejamento e educação. Porém, nos municípios com menos de 5 mil habitantes, sob administração de prefeitos de direita, são realizados investimentos públicos mais expressivos em comparação com os governados pela esquerda. Adicionalmente, Gouvêa e Girardi (2021) apontaram que, nos municípios brasileiros, os partidos de esquerda tendem a alocar mais recursos municipais para favorecer suas bases eleitorais, embora essa capacidade seja limitada por fatores como restrições institucionais e preocupações com a reeleição.

No âmbito ambiental, Rocha e Bragança (2004) não identificaram evidências de que a ideologia partidária do prefeito tenha influenciado o desmatamento na Amazônia, as políticas de concessão de crédito, as estratégias de controle ambiental ou a criação de novas áreas protegidas. Os resultados sugerem que outros fatores podem desempenhar um papel mais proeminente na determinação do desmatamento na região amazônica. Nos Estados Unidos, McCright, Xiao e Dunlap (2014) destacaram que havia uma polarização partidária e ideológica significativa no apoio aos gastos ambientais. Os conservadores mobilizaram-se para desafiar a legitimidade dos problemas ambientais e, assim, minar a necessidade de ação governamental para os resolver, como as alterações climáticas.

Na esfera educacional, McCright, Xiao e Dunlap (2014) identificaram disparidades na administração local sob a liderança de partidos de esquerda e de direita. Nos Estados Unidos, Lee, Moretti e Butler (2004) mostraram que a presença de um governador democrata resultou em um aumento de aproximadamente 6% nas receitas estatais alocadas às instituições de ensino superior. Além disso, descobriram que os diferentes níveis de ensino foram impactados de maneira distinta, com uma alocação mais substancial de recursos direcionados para universidades que matricularam uma maior proporção de estudantes de baixos rendimentos. No contexto do Reino Unido, Fan e Liang (2020) constataram que a vitória de um partido de esquerda estimulou um aumento notável no número de escolas locais que optam pela autonomia administrativa.

Na China, Liang, Wang e Zhu (2019) examinaram como a ideologia partidária dos prefeitos afetou as atividades econômicas das empresas e como esses efeitos influenciaram a política econômica. Utilizando o modelo RDD, concluíram que as empresas em cidades com prefeitos maoístas tendiam a gastar mais em políticas internas, salários e doações, além de terem menor proporção de ativos estrangeiros, indicando menor internacionalização. A divergência de comportamento entre partidos de esquerda e direita sobre diversos temas, aliada a poucos estudos empíricos que ligam a ideologia partidária e a violência de gênero, reforça a necessidade de investigações sobre esse tema, especialmente no Brasil, que registra altas taxas de violência contra as mulheres.

3. QUADRO CONCEITUAL

Esta seção examina como partidos de esquerda e direita abordam a violência contra as mulheres, bem como propõe medidas que os prefeitos podem adotar para mitigar a violência baseada no gênero.

3.1 Efeito da ideologia partidária sobre a violência de gênero

Analisar o impacto da ideologia partidária na violência contra as mulheres é uma tarefa desafiadora, devido a dois aspectos fundamentais. O primeiro desafio é a heterogeneidade presente nos partidos de direita, e o segundo é estabelecer uma ligação entre as preferências ideológicas e as reivindicações das mulheres. No que diz respeito à heterogeneidade, no espectro político centro-direita, há uma subdivisão em três grupos distintos: democratas-cristãos, conservadores e extrema-direita. Cada um desses grupos tem suas próprias interpretações e ênfases em relação às questões sociais, incluindo o papel das mulheres na sociedade (O'Brien, 2018; Araújo e Gatto, 2022). Os democratas-cristãos, por exemplo, adotam frequentemente posturas mais moderadas, procurando conciliar os valores religiosos com as exigências sociais. Em relação às mulheres, centram-se no papel tradicional, valorizando-as como mães e donas de casa, mas reconhecendo também a sua capacidade de conciliar as responsabilidades familiares e o trabalho remunerado (O'Brien, 2018).

Os partidos conservadores defendem a preservação da ordem social e dos valores tradicionais. Nesse contexto, procuram assegurar prerrogativas morais e teológicas na regulação jurídica, especialmente no que diz respeito aos direitos da família, da sexualidade, da reprodução e do aborto. Esses partidos baseiam geralmente as suas posições em princípios éticos e crenças religiosas, buscando manter uma estrutura social que consideram coesa e alinhada com as suas visões tradicionais (Gabatz, 2017). Por fim, os partidos de extrema-direita são contra o aborto, mesmo em casos de estupro, incesto ou risco de vida da mãe, e têm tendência a criticar o feminismo, que consideram uma ideologia radical que ameaça a família tradicional.

A diversidade de opiniões entre os partidos de direita pode prejudicar as demandas das mulheres de diversas maneiras, devido às diferentes interpretações e prioridades que cada grupo tem em relação às mulheres e à sociedade. Os democratas-cristãos, por exemplo, tendem a adotar posturas mais moderadas, buscando conciliar os valores religiosos com as demandas sociais.

Isso pode limitar a promoção de políticas que buscam uma maior igualdade de gênero e autonomia para as mulheres, uma vez que a ênfase está mais na conformidade com os papéis tradicionais. Por outro lado, os conservadores buscam preservar a ordem social e os valores tradicionais. Essa postura pode resultar na resistência à legislação progressista relativa aos direitos das mulheres, como o acesso ao aborto, e pode dificultar a implementação de políticas que promovam a igualdade de gênero em áreas como a sexualidade.

Por fim, a posição da extrema-direita pode criar oposição a políticas que visam proteger os direitos reprodutivos das mulheres, bem como criar um ambiente hostil para aquelas que buscam autonomia e liberdade de escolha. A título de ilustração, no contexto brasileiro, o Partido Liberal, identificado como um partido de extrema-direita, defende a redução da licença maternidade. Essa proposição foi criticada por organizações feministas, que argumentavam que prejudicaria as mulheres no mercado de trabalho (Marques, 2018). Portanto, esta diversidade de perspectivas nos partidos de direita dificulta alcançar consenso e cooperação eficazes em relação a políticas que promovam a igualdade de gênero e garantam os direitos das mulheres, como é a pauta da violência baseada no gênero.

O segundo desafio que surge ao analisar o impacto da ideologia partidária na violência contra as mulheres reside na dificuldade em estabelecer uma associação clara entre as preferências ideológicas e as reivindicações femininas. Tal complexidade decorre da presença de múltiplos fatores que podem influenciar as políticas partidárias, abrangendo não apenas a ideologia, mas também as bases eleitorais, as prioridades específicas e as condições políticas do país em questão. Além disso, as demandas das mulheres são intrinsecamente complexas, sujeitas a variações decorrentes de diferentes realidades sociais. Por exemplo, um partido de esquerda pode ter uma ideologia favorável à igualdade de gênero e às mulheres, mas pode não adotar políticas concretas de combate à violência de gênero se as suas bases eleitorais não estiverem interessadas nesta questão (Araújo e Gatto, 2022).

Por outro lado, um partido de direita, embora mantenha uma ideologia partidária contrária à igualdade de gênero e aos direitos das mulheres, pode optar por implementar políticas específicas para combater a violência baseada no gênero se esta abordagem for considerada politicamente vantajosa para angariar mais votos durante as eleições (Bryson e Heppell, 2010; Celis e Childs, 2018). Para atender às demandas do público feminino, esses partidos buscam recrutar mais mulheres. Esta estratégia visa aumentar a representação das mulheres na política e garantir que as suas vozes sejam ouvidas. Embora seja importante considerar o recrutamento feminino, não se deve presumir que todas defendem a mesma agenda política.

Como destacam Celis e Childs (2012), as mulheres que ingressam em partidos de direita são muitas vezes percebidas como tendo uma inclinação conservadora, defendendo os valores tradicionais e a moralidade. Por exemplo, é comum que estas mulheres apoiem políticas que restrinjam o aborto, limitem o acesso à educação sexual e promovam conceitos tradicionais de gênero. Em contraste, a participação feminina em partidos de esquerda está geralmente associada a um compromisso com causas progressistas e feministas (Inglehart e Norris, 2005). As mulheres identificadas com a esquerda tendem a apoiar políticas que visam promover a igualdade de gênero, garantir o acesso ao aborto seguro e legal e proteger as mulheres contra a violência doméstica.

Estas observações destacam a diversidade de perspectivas e posições entre as mulheres em diferentes partidos políticos. Contudo, não é possível fazer generalizações sobre as mulheres que se identificam com um determinado partido. Cada mulher tem suas próprias opiniões e valores, que podem ser influenciados por diversos fatores, incluindo educação, experiências pessoais e visão de mundo. Além disso, como destacam Resende e Epitácio (2017), as trajetórias políticas das mulheres em partidos de esquerda e de direita também podem ser diferentes. As mulheres nos partidos de esquerda tendem a seguir trajetórias mais longas e ascendentes, começando em cargos de nível inferior e avançando gradualmente para posições de maior destaque. Por outro lado, as mulheres nos partidos de direita tendem a ter trajetórias mais rápidas, alcançando rapidamente cargos de alto nível.

A discrepância nas trajetórias políticas pode exercer uma influência significativa nas posições adotadas pelas mulheres em relação às demandas de gênero. Em primeiro lugar, as mulheres que trilham caminhos políticos mais extensos e ascendentes podem estar mais familiarizadas com as reivindicações das mulheres. Este fenômeno surge do fato de estas mulheres terem mais tempo e oportunidades para se envolverem ativamente em organizações e movimentos feministas, bem como para aprofundarem os seus conhecimentos sobre questões que afetam as mulheres. Por outro lado, as mulheres com trajetórias políticas mais curtas podem não ter desfrutado do mesmo período extenso de envolvimento com organizações de mulheres. Esta limitação de tempo pode resultar em uma menor compreensão dos desafios enfrentados por seus pares femininos.

No Brasil, a adesão das mulheres aos partidos de esquerda é motivada por afinidade ideológica e interesses pessoais, e esse fenômeno é influenciado por dois fatores distintos. Em primeiro lugar, os partidos de esquerda destacam-se pela defesa da igualdade de gênero e pela promoção de políticas públicas dirigidas às mulheres, defendendo cotas de gênero nas eleições. Além disso, os partidos de esquerda têm uma forte ligação com o feminismo, movimento que

conquistou direitos fundamentais para as mulheres, como o direito ao voto e a defesa dos direitos reprodutivos e contraceptivos. Esta base feminista fortalece a atratividade dos partidos de esquerda para as mulheres (Pisticelli, 2009; Avelar, 2011; Resende e Epitácio, 2017; Inglehart e Norris, 2000).

Adicionalmente, as mulheres que aderem a partidos de direita são motivadas por uma combinação de fatores, incluindo a crença no livre mercado, o apoio às políticas familiares e a identificação com valores religiosos. A influência da religião sobre estas mulheres desempenha um papel relevante na explicação da oposição conservadora à questão do aborto. Contudo, apesar desta oposição conservadora às questões reprodutivas, estudos como o de Sica, Peroni e Bianchini (2019) indicam que mulheres conservadoras tendem a apoiar agendas mais amplas. Estas incluem o empoderamento feminino, a disponibilidade de creches, o apoio ao empreendedorismo feminino e o combate à violência contra as mulheres. Esta posição demonstra um certo alinhamento com algumas propostas defendidas pela esquerda. No entanto, é importante ressaltar que a abordagem à violência contra as mulheres pode variar entre partidos de direita e de esquerda ao redor do mundo, refletindo diferentes concepções e prioridades políticas.

No Chile e na Argentina, Franceschet (2010) analisou a influência dos políticos de esquerda e de direita nas políticas de combate à violência contra as mulheres. As conclusões deste estudo indicaram que o Chile, um país com forte presença de políticos de direita, enfrenta desafios e atrasos nas políticas destinadas às mulheres. Um exemplo disso é a lei sobre violência doméstica, que encontrou resistência de grupos conservadores. Somente após a inclusão de medidas que buscavam a reconciliação dos casais por meio da terapia, em vez de impor penas de prisão aos agressores, a lei foi aprovada. Como resultado, os perpetradores eram muitas vezes punidos apenas com multas ou terapia compulsória. Esta abordagem reflete a influência conservadora na formulação e implementação de políticas de combate à violência contra as mulheres no Chile.

Na Argentina, a existência de descentralização política em 23 províncias e um distrito federal autônomo resulta em uma variação notável nas políticas provinciais de combate à violência contra as mulheres. Cada província é governada por políticos com diferentes ideologias partidárias, o que se reflete nas disparidades no acesso à justiça e nos serviços de apoio às vítimas de violência interpessoal. Nesse contexto, os fatores institucionais e as filiações partidárias parecem exercer uma forte influência nas políticas de combate à violência de gênero no país, uma vez que as mulheres sujeitas a agressões têm acesso a diferentes níveis de serviços, proteção e apoio jurídico (Franceschet, 2010). Esta realidade também é semelhante à do Brasil, onde as

decisões de implementação de instrumentos e políticas para proteger as mulheres dependem da vontade e ação do chefe do executivo local.

Na Bulgária, Darakchi (2019) revelou que os políticos conservadores, influenciados por valores religiosos, se opunham à prevenção da violência contra as mulheres. Estes políticos argumentaram que os homens eram as principais vítimas dos homicídios, desacreditando assim a existência de violência baseada no gênero no país. Além disso, atacaram o feminismo e os direitos das mulheres, considerando estas questões uma ameaça à nação e à reprodução da população. Esses discursos visavam bloquear todas as medidas políticas relacionadas e até negar a existência da violência contra as mulheres como um problema social. Por outro lado, os políticos de esquerda na Bulgária sempre deram prioridade à igualdade das mulheres e à proteção dos grupos marginalizados como uma das suas principais agendas políticas.

No México, Beer (2017) constatou que o movimento feminista é o principal ator na luta contra a violência contra as mulheres, enquanto os partidos de esquerda não têm uma influência significativa nesse cenário. Isto deve-se ao fato de, ao contrário de outras reivindicações do público feminino, a ideologia partidária não é um fator determinante na adoção de medidas legislativas contra a violência de gênero, dada a existência de um consenso bipartidário sobre o tema. As leis concebidas para proteger contra a violência baseada no gênero distinguem-se de outras políticas feministas, como o aborto e o divórcio, na medida em que não têm impacto direto nos valores religiosos. O resultado encontrado por Beer (2017) foi corroborado por Weldon (2002), que concluiu que não existe uma relação clara entre a ideologia do partido de esquerda e sua eficácia na resposta à violência de gênero.

Weldon (2002) avançou ao fornecer uma visão global da resposta governamental à violência contra as mulheres em países que foram democráticos de 1974 a 1994. A autora examinou então o processo de desenvolvimento de políticas voltadas para as mulheres em oito países, com o objetivo de compreender a dinâmica da mudança política. A avaliação da capacidade de resposta baseou-se na abordagem de sete áreas políticas possíveis, incluindo, por exemplo, reformas legais relacionadas com o combate à violência doméstica e à agressão sexual, bem como iniciativas patrocinadas pelo governo para aumentar a conscientização do público sobre a questão da violência de gênero.

Entre as conclusões de Weldon (2002), destaca-se que os países liderados por partidos de esquerda não adotarão necessariamente mais legislação voltada para a violência baseada no gênero. Se o país for governado por um partido de esquerda focado no trabalho e na luta sindical, poderá ser menos provável que promova a igualdade de gênero, dando prioridade às desigualdades de classe. Por outro lado, os partidos pós-modernos e liberais tendem a defender

mais a agenda de gênero. Além disso, a autora argumenta que o principal fator que explica a implementação mais eficaz de leis e programas contra a violência baseada no gênero nos países é a presença de um movimento feminista robusto, mesmo em nações governadas por partidos de direita.

Nesse cenário onde a direita está no poder e o movimento feminista é forte, o governo pode promulgar reformas que visem amenizar a violência contra as mulheres como forma de apaziguar o movimento. Ao fazê-lo, o governo pode responder às exigências feministas que são mais consistentes com sua ideologia partidária. Os partidos social-democratas, por exemplo, são mais propensos a oferecer benefícios relacionados com o trabalho, como licença maternidade e cuidados infantis, sendo mais consistentes com seu compromisso ideológico de fortalecer o bem-estar do estado. Por outro lado, partidos com ideologias militaristas ou nativistas defendem frequentemente uma posição subserviente e um papel tradicional para as mulheres, visando preservar altas taxas de natalidade (Weldon, 2002; Macaulay, 2006; Beer, 2017).

No Brasil, os partidos fiscalmente mais conservadores tendem a priorizar questões relacionadas aos gastos do governo em detrimento da moralidade religiosa, opondo-se à legislação de igualdade de gênero, exceto em casos que envolvem gastos governamentais. Assim, embora a direita não seja, em geral, a favor de políticas de igualdade de gênero, pode apoiar leis contra a violência contra as mulheres devido ao consenso internacional em reduzir tais agressões e para apaziguar o movimento feminista (Beer, 2017). No cenário brasileiro não é fácil afirmar qual ideologia partidária dá mais atenção às políticas de gênero. Esse fato ocorre porque tanto os partidos de direita como os de esquerda estão empenhados na formulação de políticas para mitigar a violência de gênero, embora adotem abordagens diferentes.

A perspectiva dos partidos de esquerda em relação à violência contra as mulheres baseia-se na compreensão de que este é um problema estrutural, resultante das desigualdades de gênero e de uma cultura machista. Diante deste cenário, os políticos de esquerda propõem medidas para enfrentar tais desigualdades e promover mudanças na cultura social. Uma das principais propostas da esquerda brasileira é fortalecer as políticas de combate à violência contra as mulheres. Estas políticas incluem serviços de assistência às vítimas, tais como abrigos, casas-lares, linhas telefônicas para ajudar as vítimas, serviços de saúde e assistência social. Além disso, incluem a criação de delegacias especializadas em violência contra a mulher, ampliação do acesso à justiça e o fornecimento de apoio psicológico e jurídico às vítimas (Lima e Barbosa, 2011; Medeiros, 2012; Haje, 2019; Paula e Sant'ana, 2022).

A educação também é uma questão central na abordagem da esquerda à violência contra as mulheres. Os políticos de esquerda defendem a inclusão de temas como a igualdade de gênero,

o respeito mútuo, o consentimento e a desconstrução de estereótipos de gênero nos currículos escolares. Esta abordagem visa promover a mudança cultural e prevenir a violência contra as mulheres desde a infância (Lima e Barbosa, 2011; Medeiros, 2012; Haje, 2019; Paula e Sant'ana, 2022). A abordagem da direita à violência contra as mulheres baseia-se na compreensão de que esta violência é um problema individual, resultante de fatores psicológicos ou morais. Nesse cenário, os políticos de direita defendem medidas que visam punir os agressores e proteger as vítimas.

Uma das principais medidas defendidas pela direita é o aumento da pena para crimes de violência contra a mulher. Esta medida visa dissuadir os agressores e promover justiça para as vítimas. A família tradicional é também uma questão importante na abordagem da direita à violência baseada no gênero. Os políticos de direita defendem a valorização da família tradicional como forma de prevenir a violência. Esta abordagem baseia-se na ideia de que a família tradicional é um ambiente de amor e respeito, onde as mulheres são protegidas dos homens violentos. Além disso, os políticos de direita procuram parcerias e apoio de organizações religiosas, promovendo programas e iniciativas desenvolvidas por estas instituições. Esta iniciativa parte da ideia de que as organizações religiosas podem contribuir para a prevenção da violência contra as mulheres, promovendo valores como o amor, o respeito e a paz (Reis, 2017; Haje, 2019; Matos e Andrade, 2021; Teixeira e Biroli, 2022).

Devido à complexidade da questão da violência baseada no gênero, é essencial implementar abordagens abrangentes e integradas para sua mitigação. A ênfase exclusiva nas desigualdades estruturais, por parte da esquerda, pode negligenciar a compreensão dos fatores psicossociais e culturais que contribuem para a perpetuação deste fenômeno. Da mesma forma, a abordagem punitiva da direita pode desconsiderar a importância das políticas preventivas, da educação e da conscientização, elementos cruciais na promoção de uma mudança de mentalidade e no combate às raízes profundas da violência baseada no gênero. Portanto, uma abordagem mais eficaz para lidar com a violência seria uma síntese entre estas perspectivas, incorporando tanto a análise das estruturas sociais quanto as considerações das causas individuais, ao mesmo tempo que buscam estratégias preventivas e punitivas.

Para aprofundar a análise de como os partidos de direita e de esquerda abordam a questão da violência de gênero no Brasil, é necessário examinar as propostas feitas por deputados e senadores. Embora o poder executivo seja responsável pela elaboração e implementação de políticas públicas voltadas ao combate à violência contra a mulher. É no âmbito do poder legislativo, por meio da votação e da negociação de emendas, que se delineiam os posicionamentos ideológicos partidários e a agenda dos partidos políticos. O Boletim de Apoio

Técnico da Consultoria Legislativa destacou o compromisso dos partidos com esta questão. Em 2021, o Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria Legislativa realizou um amplo levantamento com o objetivo de identificar todos os projetos de lei relacionados ao combate à violência contra a mulher em tramitação no Congresso Nacional e no Senado Federal (Pinto *et al.*, 2021).

Os resultados revelaram um total de 324 projetos na Câmara dos Deputados e 48 no Senado, evidenciando uma participação expressiva tanto de partidos de esquerda quanto de direita no desenvolvimento de propostas legislativas (Pinto *et al.*, 2021). Em 2019, os partidos PODEMOS e PSL destacaram-se ao apresentar propostas dirigidas ao público feminino, com 21 e 15 iniciativas, respectivamente. PSOL e PT seguiram em terceiro e quarto lugar, cada um com 8 projetos. Contudo, vale a pena notar que algumas destas propostas dos partidos de direita tiveram impactos negativos sobre as mulheres. Exemplo disso é a proposta do PSL que visava proibir e criminalizar tanto as mulheres quanto as equipes médicas que realizassem o procedimento de aborto. Outra proposta deste partido seria proibir o termo “ideologia de gênero” (Agência Sementes, 2019).

Contudo, a significativa maioria dos projetos apresentados tinha como objetivo principal a redução da violência contra as mulheres. Dentre as principais propostas, destaca-se a criação de mais delegacias especializadas no atendimento à mulher (PL 501/19 – autoria da deputada Leandre do PV-PR), a implementação do divórcio imediato quando a mulher for submetida a agressão (PL 510/19 – autoria do deputado Luiz Lima PSL/RJ), o aumento de 1/3 da pena para casos envolvendo feminicídio (PL 517/19 - Autoria do deputado Lincoln Portela – (PSL/PR), e o enquadramento no código penal do crime de estupro corretivo, que envolve a tentativa de “corrigir” a orientação sexual das mulheres lésbicas (PL 452/19 - Autoria do deputado Valmir Assunção (PT/BA) (Haje, 2019).

O engajamento dos partidos políticos de esquerda e de direita na apresentação de propostas centradas na questão da violência de gênero reflete a crescente importância atribuída a este tema na agenda legislativa. A pluralidade de abordagens destaca a diversidade de perspectivas existentes no espectro político brasileiro em relação às políticas de violência de gênero e à proteção dos direitos das mulheres. É também importante destacar que o debate sobre tais propostas envolve considerações éticas, morais e culturais, sendo importante promover uma discussão profunda e embasada sobre as implicações de cada medida legislativa. A análise crítica destas iniciativas contribui para compreender a posição das ideologias partidárias de direita e de esquerda sobre o tema.

É importante destacar que as posições partidárias podem variar dentro de cada espectro político e até mesmo entre indivíduos de um mesmo partido. Nesse contexto, a investigação empírica é importante para avaliar possíveis disparidades nas taxas de violência contra as mulheres em municípios governados por prefeitos de esquerda e de direita (Haje, 2019; Machado, 2019). A análise da atuação dos prefeitos ganha relevância no contexto da violência de gênero no Brasil, uma vez que, por meio da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e da Lei Maria da Penha, foi atribuída ao cargo de prefeito a responsabilidade pela tomada de decisões relacionadas às políticas de gênero. Portanto, é possível que a filiação partidária do prefeito influencie os níveis de violência de gênero nos municípios (Bryson e Heppell, 2010).

O prefeito pode influenciar as taxas de violência baseada no gênero nos municípios através da implementação de políticas públicas destinadas a combater os fatores subjacentes que contribuem para a agressão. Entre esses fatores, identificados pelos modelos teóricos e empíricos da economia do crime, estão a baixa renda, o desemprego, a baixa escolaridade das mulheres e a ausência de fontes externas de renda (programas sociais) (Tauchen *et al.*, 1991; Tauchen, Witte e Long, 1985; Farmer e Tiefenthaler, 1997; Aizer, 2010; Krug *et al.*, 2002). Para combater o desemprego e a baixa renda, o prefeito pode implementar políticas de desenvolvimento local, promovendo oportunidades de emprego e capacitação profissional para mulheres. Tais políticas podem incluir incentivos à criação de empregos locais especialmente direcionados para as mulheres, bem como a implementação de programas de formação profissional e empreendedorismo voltados para o público feminino.

Adicionalmente, o prefeito pode fortalecer o acesso das mulheres a programas sociais, como o Bolsa Família e o seguro-desemprego. Estes programas podem ajudar a garantir uma renda mínima para as mulheres e suas famílias, o que pode reduzir o risco de violência (Bobonis, González-Brenes e Castro, 2013; Hidrobo e Fernald, 2013). O chefe do executivo municipal também pode ampliar a oferta de creches e pré-escolas, conforme mencionado por Cerqueira, Moura e Izumino (2019). Ao facilitar o acesso das crianças a estes serviços, o prefeito oferece às mulheres, especialmente às mães, a oportunidade de procurar e manter um emprego remunerado, reduzindo conseqüentemente a dependência financeira e os parceiros abusivos e tornando-as menos vulneráveis a episódios de violência.

No Brasil, o acesso a creches e pré-escolas também é uma medida de proteção para as mulheres. A Lei 13.882/19, que alterou a Lei Maria da Penha, estabeleceu prioridade para mulheres em situação de violência doméstica matricularem seus dependentes em creches e pré-escolas, ou transferi-los para outra instituição, mediante comprovação de Boletim de Ocorrência (BRASIL, 2019). Esta legislação foi criada a partir da observação de que, ao fugir do agressor,

muitas vezes a vítima deixava o filho sem frequentar a escola. Desse modo, a legislação visa proteger as mulheres e as crianças, proporcionando o acesso à educação e a cuidados adequados, mesmo em situações de violência doméstica, ao mesmo tempo em que promove a independência financeira das mulheres, protegendo-as de relacionamentos abusivos.

No que diz respeito ao baixo nível de escolaridade, o prefeito pode alocar recursos para aprimorar o acesso das mulheres a uma educação de qualidade. Estratégias viáveis incluem a expansão do acesso ao ensino básico e profissionalizante, apoiando-as na permanência na escola e na universidade e oferecendo cursos de alfabetização e letramento para mulheres adultas. Além disso, o prefeito pode promover ações de conscientização sobre a importância da educação para as mulheres e da igualdade de gênero. No âmbito da pobreza, o prefeito pode implementar programas de assistência social e acesso a recursos para elevar o padrão de vida das mulheres em situação vulnerável. Entre as políticas que o prefeito pode adotar estão a expansão e melhorias dos serviços de saúde, educação e saneamento básico; a criação de creches e pré-escolas para apoiar famílias de baixa renda; o desenvolvimento e fortalecimento de programas de transferência de renda e a promoção de políticas habitacionais para pessoas de baixa renda, entre outras iniciativas.

Além de combater as causas da violência contra as mulheres, os prefeitos podem influenciar os níveis agressividade, melhorando e monitorando os serviços municipais da rede de apoio às mulheres em situação de violência. A rede de apoio é composta por serviços que oferecem assistência às vítimas de violência, como assistência policial, jurídica, social e médica. Está organizado em quatro setores: saúde (serviços de saúde mental e atendimento médico); justiça (delegacias especializadas, defensorias públicas e serviços de orientação jurídica); assistência social (abrigos, casas de passagem e serviços de proteção social) e segurança (polícia militar, polícia civil e serviços de proteção à mulher) (Schraiber *et al.*, 2005; Santos, 2015). Para Santos (2015), esta abordagem multidisciplinar na assistência às mulheres em situação de violência é uma estratégia eficaz para garantir a prevenção e a reabilitação das vítimas.

Nesse cenário, o prefeito pode fortalecer a rede de apoio de diversas maneiras. Pode destinar recursos do orçamento municipal para financiar esses serviços e contratar profissionais qualificados para atuar na rede de apoio. Além disso, pode criar mecanismos de articulação entre os diferentes serviços da rede de apoio, garantindo que as vítimas tenham acesso a todos os serviços necessários, sendo também fundamental promover campanhas educativas e ações de sensibilização sobre o tema, contribuindo para a mudança da cultura do machismo e da violência. Estas ações têm o potencial de melhorar a qualidade dos serviços das redes de apoio, tornando-os acessíveis e eficazes para as vítimas de violência.

Portanto, a teoria econômica mostra que, através da alocação de recursos e da criação de oportunidades de emprego para as mulheres, os prefeitos podem ajudar a mitigar o nível da violência baseada no gênero nas suas localidades, independentemente da sua filiação partidária. No entanto, é essencial que tais programas sejam implementados de maneira abrangente, acompanhados de medidas importantes, incluindo o acesso a serviços de saúde adequados, educação inclusiva, apoio psicossocial às vítimas e ações de conscientização para toda a sociedade. Ao adotarem uma abordagem integrada que engloba ações econômicas, serviços de apoio e conscientização, os prefeitos têm o potencial de fazer uma diferença significativa no combate à violência contra as mulheres.

4. DADOS E ESTRATÉGIA EMPÍRICA

A abordagem empírica requer dados que caracterizem a violência contra as mulheres, dados eleitorais e características municipais no período de 2012 a 2020. Para estimar o impacto da ideologia partidária dos prefeitos nas taxas de violência contra as mulheres e identificar potenciais mecanismos que os prefeitos podem usar para mitigar a violência de gênero, emprega-se o modelo Regressão Descontínua (RDD), explorando eleições acirradas entre candidatos de esquerda e não esquerda. Para superar os potenciais vieses decorrentes da escolha de janelas arbitrárias em torno do ponto de corte, utiliza-se o método desenvolvido por Calonico, Cattaneo e Titiunik (2014), que permite definir uma banda não paramétrica ótima. A seguir, apresenta-se uma visão geral das fontes de dados e da estratégia empírica.

4.1 Dados

Esta seção apresenta todos os procedimentos realizados para o tratamento dos dados de violência contra a mulher e dados eleitorais. Para a estimação dos dados que envolvem características municipais, foram utilizados os dados brutos, portanto, não passaram por grandes procedimentos metodológicos.

4.1.1 Dados de violência contra a mulher

Os dados sobre violência contra a mulher são do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) – Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS, 2020). Esse banco de dados fornece um rico conjunto de informações sobre casos de violência autoprovocada e interpessoal⁴ notificados pelas unidades de saúde de todo o Brasil. Além de fornecer informações sobre a forma de violência perpetrada contra a mulher, o SINAN⁵ também

⁴ A violência autoprovocada refere-se a comportamentos auto lesivos deliberados, nos quais o indivíduo causa dano a si de maneira intencional. Esses comportamentos podem incluir tentativas de suicídio, automutilação ou outras formas de agressão voltadas para o próprio corpo. A violência interpessoal é o uso intencional da força física ou do poder, real ou na forma de ameaça, de uma pessoa contra outra, causando danos físicos, psicológicos ou emocionais. Pode ocorrer entre pessoas que se conhecem ou não, e pode ocorrer em qualquer contexto, incluindo o doméstico, o comunitário ou o público. Esses comportamentos podem ser decorrentes de abuso físico, violência doméstica, assédio sexual e agressões verbais (WHO, 1996).

⁵ Uma alternativa potencial para a obtenção de dados sobre violência de gênero seria a coleta por meio de órgãos de segurança pública. Entretanto, a utilização desses dados revelou-se inviável devido às discrepâncias metodológicas em diversos departamentos, ocasionando uma lacuna na disponibilidade de informações consistentes e semelhantes, as quais são fundamentais para a realização das estimativas.

disponibiliza dados desagregados por tipos de arma e características da vítima, como idade, escolaridade, estado civil. Inclui também o endereço residencial e local de ocorrência do crime.

Para a análise foram calculadas taxas de violência contra a mulher, abrangendo o período de 2012 a 2020. A escolha desse intervalo de tempo justifica-se pela presença de irregularidades e pela falta de informações para vários municípios brasileiros antes de 2012, uma vez que o SINAN foi implementado gradualmente no território nacional. Além disso, como a coleta de dados do SINAN só começou em 2009, tornou-se inviável utilizar também dados de eleições municipais ocorridas no ano anterior ao início da coleta de dados sobre violência. Portanto, a ausência de dados de violência anteriores a 2009 dificulta a ampliação da análise, pois impede a comparação de tendências ao longo do tempo e a identificação de padrões de comportamento anteriores à implementação do SINAN. Isto limita a compreensão da evolução da violência contra as mulheres e a avaliação das políticas públicas.

Como os dados do SINAN são obtidos por meio de notificações das unidades municipais de saúde, estão sujeitos a problemas de mensuração⁶. Um dos principais problemas que envolvem o uso dessas informações é a hipernotificação de casos de violência contra a mulher, devido aos fluxos intermunicipais de pacientes. Em particular, as mulheres que sofrem algum tipo de violência podem procurar atendimento médico em unidades de saúde de municípios onde o crime não ocorreu. Por motivos diversos, como necessidade de atendimento médico especializado, acesso limitado a serviços públicos essenciais para vítimas de violência (por exemplo, atendimento psicológico, assistência social ou necessidade de internação), insegurança ou por preferência pessoal da vítima (Lima, 2013; Lima *et al.*, 2016; Scott *et al.*, 2016; Oliveira *et al.*, 2017). Para superar o viés decorrente desse erro de mensuração ao nível municipal, foi adotada uma abordagem que contrasta com estudos realizados anteriormente para o Brasil, como os de Delaporte e Pino (2022) e Bochenkova, Buonanno e Galletta, (2022), os quais construíram as taxas de violência apenas com os dados de notificação.

Para construir taxas mais precisas de violência contra as mulheres, é essencial utilizar apenas dados de mulheres que tenham códigos de notificação, códigos de residência e códigos de ocorrência semelhantes. Somente por meio desse procedimento é possível inferir que as mulheres são moradoras dos mesmos municípios onde sofreram as agressões e também

⁶ Melo *et al.* (2018) e Rodovalho (2022) enfatizam que os problemas na notificação dos casos de violência contra a mulher decorrem, na maioria, da relutância das vítimas em buscar atendimento médico no Sistema Único de Saúde (SUS) ou em denunciar o agressor ao serviço de segurança pública. Especificamente em relação ao SINAN, há também a questão da falta de familiaridade dos profissionais de saúde com o preenchimento adequado das informações de notificação sobre casos de violência. Embora as taxas municipais de violência contra a mulher, calculadas com dados do SINAN, possam estar sujeitas a irregularidades e problemas de notificação, esta é a única fonte abrangente de informações sobre violência ao nível individual disponível para todo o território nacional.

receberam atendimento médico nessas localidades após serem agredidas. Esta abordagem foi adotada após constatar que, em muitos casos, nos dados de diversas mulheres, o código de notificação – que representa o município onde está localizada a unidade de saúde – não correspondia ao município de residência nem ao município onde ocorreram os episódios de violência. Portanto, esse fato indicou que as mulheres agredidas tendem a procurar ajuda médica em outros municípios, o que poderia resultar em estimativas viesadas, uma vez que as taxas nos municípios que recebem as pacientes poderiam ser maiores.

Nesse contexto, a adoção de uma abordagem que cria taxas de violência contra as mulheres apenas quando os três códigos são semelhantes permite eliminar fatores de confusão e vieses que podem comprometer a compreensão da eficácia da gestão dos prefeitos no combate à violência de gênero. Entre os problemas que a construção incorreta das taxas pode causar, tem-se: subestimação da verdadeira extensão da violência nos municípios onde residem as vítimas, a superestimação dos sucessos da administração do prefeito onde as taxas são aparentemente mais baixas, a alocação inadequada de recursos públicos e a perda de credibilidade pública do prefeito. Desse modo, a abordagem que integra os códigos permite que um prefeito não seja responsabilizado pela violência de outros municípios. Posteriormente, após esse procedimento, foram excluídos os casos de violência interpessoal diretamente relacionados às operações policiais, ou seja, perpetradas por agentes de segurança pública no cumprimento do dever e, além disso, foram excluídos do banco de dados todos os casos de violência autoprovocada.

Como resultado, espera-se obter estimativas mais precisas do impacto da ideologia partidária do prefeito na violência contra as mulheres, além de identificar os mecanismos econômicos possivelmente responsáveis pelos efeitos observados. Outros problemas de medição não sistemáticos⁷ das taxas municipais de violência contra as mulheres são controlados pela estratégia econométrica adotada. Como teste de robustez, foram feitas estimativas apenas com dados de notificação e residência para comparar com taxas criadas com códigos semelhantes. Este procedimento permitiu uma visão global do efeito do deslocamento de pacientes nas taxas de violência.

⁷ Problemas de medição não sistemáticos referem-se a erros ou variações na medição de uma variável que não estão relacionados a nenhum padrão específico ou tendência sistemática. Esses problemas podem ocorrer por diversas razões, tais como: erro de amostragem, erro de medida e erro de atribuição. Ao utilizar o modelo RDD é possível superar essa questão, pois os indivíduos e as unidades são inseridas aleatoriamente nos grupos de controle e tratamento ao redor do ponto de corte com base em uma regra predeterminada. Isso significa que os indivíduos têm uma chance igual de receber o tratamento ou não. Essa abordagem ajuda a garantir que as características dos grupos de tratamento e controle sejam comparáveis próximas ao ponto de corte, reduzindo o viés decorrente de diferenças não observadas entre esses grupos.

Após esse procedimento, foram construídas as taxas de violência física, sexual, financeira, psicológica, assédio, ameaça e a taxa geral⁸ de violência contra a mulher. Para desenvolver essas taxas, foi necessário ponderar os casos pelo tamanho da população feminina para obter taxas por 100 mil mulheres. Além disso, é importante ressaltar que as taxas de violência foram calculadas considerando apenas as informações de mulheres maiores de 15 anos, ou seja, as crianças foram excluídas da análise. Essa faixa etária mínima foi escolhida por dois motivos. Primeiramente, a Lei n.º 8.069 de 1990, conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), considera como criança apenas os menores de 15 anos (BRASIL, 1990). Em segundo lugar, a Organização Mundial de Saúde faz estimativas globais da violência baseada no gênero apenas a partir dos 15 anos de idade (WHO, 2024).

Como uma medida de robustez, foram calculadas taxas de homicídios específicas para mulheres a partir de dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM, 2020). Essa abordagem apresenta vantagens em relação aos dados de violência do SINAN, uma vez que as taxas de homicídio feminino são menos suscetíveis a problemas de subnotificação e mensuração, pois são baseadas no número de óbitos registrados oficialmente. Embora ainda seja possível que alguns homicídios de mulheres não sejam registrados, é menos provável que isso ocorra do que com outros tipos de violência. Apesar das vantagens da utilização desta variável, esta abordagem tem a limitação de que a variável homicídio não captura a totalidade do feminicídio, pois nem todos os homicídios de mulheres são motivados por questões de gênero. Esse fato impede a identificação de padrões e tendências do feminicídio, que é o estágio mais crítico da violência contra a mulher (Barufaldi *et al.*, 2017; Bochenkova, Buonanno e Galletta, 2022).

⁸ Para realizar uma análise abrangente do efeito da ideologia partidária do prefeito sobre a violência contra as mulheres, foi desenvolvida uma taxa geral de violência. Essa taxa representa a possibilidade de as mulheres serem vítimas de múltiplas formas de agressão. Para construir essa taxa foram necessários alguns procedimentos. Inicialmente, as variáveis violência física, sexual, psicológica, ameaça e assédio foram codificadas como 1 se a mulher respondesse que foi vítima da forma de violência em questão e zero caso contrário. Posteriormente, foi criada uma coluna para registrar o número de mulheres que sofreram mais de uma forma de agressão. Para inserir valores nessa coluna foi necessário criar uma condição matemática para inserir 1 na coluna da taxa geral de violência caso a mulher tivesse sido vítima de mais de um tipo de agressão. Com base nos resultados das demais colunas (violência física, sexual, psicológica, financeira, ameaça e assédio). Por fim, foram somadas todas as mulheres que estavam presentes no banco de dados, considerando como critérios o ano e o código de identificação dos municípios. Com esse procedimento foram somadas todas as mulheres que pertenciam ao mesmo município e sofreram mais de um tipo de agressão.

4.1.2 Dados eleitorais

Os dados eleitorais foram obtidos junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2023) e abrangem dois pleitos eleitorais (2012 – 2015, 2016 – 2020). Esse banco de dados fornece informações abrangentes sobre candidatos que aspiram ao cargo de prefeito, incluindo local de nascimento, local de candidatura, idade, gênero, profissão, filiação partidária, grau de instrução, entre outras variáveis. Para construir a margem de votos que será utilizada nas estimativas, uma série de procedimentos foram implementados. Inicialmente, procedeu-se à classificação dos partidos políticos em esquerda e não esquerda⁹. Para realizar esse procedimento, utilizou-se a variável sigla do partido. Essa variável permitiu a construção dos grupos de tratamento e controle, seguindo os critérios de Pettersson-Lidbom (2008)¹⁰. Esta metodologia, previamente empregada em pesquisas anteriores (Rocha e Bragança, 2004; Pereira, 2015; Lucas, 2019; Gouvêa e Girardi, 2021), revelou-se essencial para contornar o desafio do pluripartidarismo.

A metodologia proposta por Pettersson-Lidbom (2008) destaca-se por fornecer uma classificação robusta para partidos do espectro esquerda-direita. Observa-se geralmente que, embora os autores utilizados para construir o espectro político variem, os resultados mostram semelhanças notáveis. Essa constatação é corroborada pela análise dos estudos empíricos conduzidos por Rocha e Bragança (2004), Pereira (2015) e Gouvêa e Girardi (2021), que alcançaram a mesma classificação adotada na construção do Quadro 1. Apesar das vantagens inerentes ao uso da metodologia de Pettersson-Lidbom (2008) para classificar os partidos entre esquerda e não esquerda, é crucial destacar que a seleção dos trabalhos pode introduzir o problema de viés de seleção na amostra.

⁹ No decorrer do texto, será utilizado o termo “partido de esquerda” para identificar o grupo de tratamento e “não esquerda” para identificar o grupo de controle. O termo “não esquerda” é adotado, pois, ao seguir a metodologia de Pettersson-Lidbom, os partidos de direita e centro foram agrupados no grupo de controle. Portanto, não são somente partidos de direita que estão no grupo de controle.

¹⁰ Essa abordagem fundamentou-se na revisão e compilação de diversos artigos da ciência política, os quais foram utilizados para a sistemática categorização partidária. A metodologia adotada neste estudo compreende quatro fases distintas: i) revisão de estudos provenientes da Ciência Política que abordam o tema do espectro político, sendo esses estudos devem ter sido desenvolvidos com base em diversas metodologias; ii) classificação de um partido como de direita ou esquerda apenas quando há consenso entre todos os cientistas políticos analisados; iii) classificação de um partido como centro se for classificado com tal por qualquer um dos cientistas políticos; iv) o partido não será classificado caso ocorra divergência entre os autores (por exemplo, classificado como esquerda por um autor e direita por outro). Esta estratégia visa garantir uma classificação mais robusta e abrangente dos partidos políticos, incorporando diversas perspectivas dentro do campo da Ciência Política.

Quadro 1- Classificação dos partidos políticos

Autor	Scheeffér (2018)	Carreirão (2006)	Tauroco e Madeira (2013)	Power e Zucco (2009)	Rodrigues (2002)	Final
	Comportamento Legislativo	Coligações	Programa Partido	Percepção representantes	Composição Social	
PSTU	-	E	-	-	-	E
PCO	-	E	-	-	-	E
PSOL	E	-	E	-	-	E
PCdoB	E	E	E	E	E	E
PT	E	E	E	E	E	E
PDT	E	E	E	E	E	E
PPS/CIDADANIA/PCB	E	E	E	-	E	E
PV	E	E	E	E	-	E
PTB	D	D	D	D	D	D
SOLIDARIEDADE	D	-	-	-	-	D
PMN	-	E	-	-	E	E
PSB	E	E	E	-	E	E
PMDB	D	C	C	C	C	C
PSDB	D	C	C	C	C	C
PROS	C	-	-	-	-	C
PRP	-	D	-	-	-	D
PRB	C	-	D	-	-	C
PTC	-	-	-	D	D	D
PSL/PRN	-	-	-	D	D	D
DEM	D	-	D	D	D	D
PROGRESSISTA	D	-	D	-	-	D
DC/PDC	-	-	-	D	-	D
PSC	D	-	D	-	-	D
PSD	D	D	D	-	D	D
PP/PDS	-	D	-	-	D	D
PL	-	-	-	D	D	D

Fonte: Elaboração própria

Nota: E - Esquerda, D- Direita, C- Centro.

Para atenuar o viés de seleção, uma estratégia seria a aplicação da aleatorização, alcançada por meio da distribuição de questionários a uma amostra diversificada de cientistas políticos¹¹. O uso de questionários favorece a aleatorização nas pesquisas, proporcionando uma abordagem imparcial na classificação dos partidos. Essa abordagem foi adotada pelo Laboratório de Partidos Políticos e Sistema Partidários da UFPR, supervisionado pelo professor Bruno Bolognesi¹². Os resultados desta pesquisa foram semelhantes aos do Quadro 1, construído com

¹¹ Consultar os especialistas aumenta a chance de que a classificação tenha sido realizada sem contaminações típicas das arenas políticas, como a lógica de alianças eleitorais e legislativas. Portanto, os especialistas estariam mais capacitados para oferecer respostas precisas sobre ideologia se comparados com outros grupos sociais (Bolognesi Ribeiro e Codato, 2023).

¹² O estudo conduziu uma pesquisa por meio de questionários distribuídos aos membros da Associação Brasileira de Ciência Política ao longo de vinte dias no mês de julho de 2018, antecedendo as eleições daquele ano. Os participantes foram convidados a expressar suas avaliações sobre a orientação ideológica dos 35 partidos políticos brasileiros, utilizando uma escala de zero a dez no eixo esquerda-direita (Bolognesi, Ribeiro e Codato, 2023). O

base na metodologia de Pettersson-Lidbom (2008). Essa constatação confirma que, apesar do viés de seleção, a metodologia desenvolvida por Pettersson-Lidbom (2008) tende a fornecer uma classificação igual para os partidos.

Os partidos mais antigos apresentam geralmente as maiores semelhanças quando são classificados pelos cientistas políticos, e pequenas divergências são identificadas nos partidos mais novos. Isso demonstra que, apesar do Brasil ter um sistema pluripartidário, a abordagem dos partidos às políticas sociais e econômicas facilita o consenso dos cientistas políticos para classificar os partidos em dois grandes grupos. Adicionalmente, a metodologia de Pettersson-Lidbom (2008) agrupa¹³ os partidos de direita e centro devido à considerável proximidade entre eles. Para obter uma classificação precisa, basta classificar corretamente os partidos de esquerda, pois os demais pertencentes automaticamente ao grupo da não esquerda. Na classificação, os partidos de esquerda são aqueles para os quais os cientistas políticos têm maior consenso, como evidenciado no Quadro 1. Portanto, o consenso dos cientistas políticos na classificação dos partidos de esquerda proporciona maior segurança para a construção do grupo de tratamento.

Após classificar os partidos políticos conforme o Quadro 1, foram selecionados os candidatos que concorreram ao cargo de prefeito e venceram, bem como os que alcançaram a segunda colocação. Os municípios com segundo turno foram excluídos da base eleitoral¹⁴ por quatro razões fundamentais. Em primeiro lugar, apenas 95 municípios brasileiros têm uma

levantamento foi realizado por meio de uma plataforma “*web-based*”. Foram distribuídos 963 convites, resultando em uma taxa de resposta de 59,3%. No entanto, ao considerar contingências decorrentes de equívocos no envio, como duplicadas, e respostas incompletas, a taxa ajustada para a participação final foi de 53,9%, refletindo um universo de 519 indivíduos. A maioria dos participantes detinha o título de doutor (48,4%), seguidos por mestres, representando 32,8%, e graduados, com uma proporção de 18,8%. Apesar da natureza exigente da pesquisa, os respondentes a completaram em uma média de 17 minutos (Bolognesi, Ribeiro e Codato, 2023).

¹³ Para Bolognesi Ribeiro e Codato (2023) os partidos de centro são aqueles que buscam conciliar perspectivas de igualdade social com preocupações relativas à liberdade social. Tais partidos priorizam a obtenção de cargos e posições governamentais, não manifestando um alinhamento coeso nem com partidos de esquerda, nem com partidos de direita nas votações legislativas, embora mantenham uma afinidade maior com a ideologia de direita. Considerando o contexto delineado, os partidos de direita e de centro foram agrupados sob a denominação de partidos conservadores. Essa classificação é embasada na premissa de que esses partidos compartilham uma inclinação mais propensa à preservação do “*status quo*” e à manutenção dos valores tradicionais, em oposição às ideias progressistas geralmente associados à esquerda. A adoção dessa abordagem viabiliza uma análise mais simplificada dos espectros políticos, concentrando-se em dois amplos conjuntos: partidos de orientação política de esquerda e partidos conservadores (direita/centro). Essa simplificação facilita a compreensão e a comparação das disparidades e similaridades entre as posições políticas das diversas agremiações partidárias.

¹⁴ É fundamental ressaltar que, embora a base de dados eleitoral contenha uma variável indicando o turno em que o candidato foi eleito, poderia haver situações em que os candidatos dos municípios que originalmente teriam um segundo turno acabassem vencendo já no primeiro turno. Isso resultaria na permanência desses municípios na base eleitoral, o que poderia introduzir viés nos resultados. Para mitigar esse potencial viés, foi adotado o procedimento de exclusão de 95 municípios que têm a possibilidade de ter um segundo turno no Brasil. Dessa forma, garantimos que esses municípios não estejam incluídos nas estimativas, assegurando a integridade e a validade das análises.

população eleitoral superior a 200 mil eleitores. Em segundo lugar, as escolhas dos eleitores no segundo turno frequentemente não refletem precisamente seus verdadeiros desejos, devido à possibilidade de candidatos não escolhidos inicialmente concorrerem nessa etapa. Isso pode influenciar os eleitores a seguirem a tendência da maioria, a escolherem um candidato alinhado com as suas inclinações ideológicas originais ou, mesmo a optarem pela abstenção. Portanto, as verdadeiras intenções dos eleitores ficam mais evidentes no primeiro turno (Fujiwara, 2011).

Em terceiro lugar, os municípios que realizam segundo turno eleitoral têm frequentemente características socioeconômicas distintas em comparação aos de menor porte. Essa discrepância decorre da alocação proporcional de recursos, dependendo do porte populacional desses municípios. Esta disparidade na distribuição de recursos pode influenciar tanto a dinâmica eleitoral como a implementação de políticas contra a violência baseada no gênero. Municípios maiores, por exemplo, tendem a ter uma população maior, com níveis mais elevados de renda per capita e escolaridade. Além disso, essas localidades são geralmente mais urbanizadas, contando com maior disponibilidade de serviços públicos. Estas características podem impactar tanto o comportamento eleitoral como as prioridades dos candidatos.

Portanto, é fundamental considerar essas diferenças durante as estimativas, uma vez que a inclusão de municípios que participaram do segundo turno nos grupos de controle e tratamento pode gerar viés nos resultados. Isso acontece porque essa inclusão pode influenciar negativamente a validade das comparações entre os grupos, comprometendo a atribuição precisa de efeitos causais. A composição heterogênea dos municípios nos grupos de tratamento e controle representa, portanto, um desafio para a identificação precisa desses efeitos. Nesse contexto, a atenção meticulosa à homogeneidade nas características municipais é crucial para assegurar a robustez e validade das estimativas.

Em quarto lugar, a análise dos dados em diferentes momentos temporais pode introduzir viés. Realizar estimativas em momentos distintos apresenta potencial viés nos grupos de controle e tratamento, devido às mudanças nas dinâmicas políticas ao longo do processo eleitoral. Durante os dois turnos, o ambiente político pode sofrer alterações significativas devido ao surgimento de novas informações, eventos ou debates, impactando a tomada de decisões dos eleitores. Esta evolução pode comprometer a equivalência entre os grupos de controle e tratamento, resultando em estimativas viesadas. É relevante destacar que, caso esse procedimento para construir a margem de votos não seja realizado corretamente, o teste de balanceamento de características¹⁵

¹⁵ O teste de balanceamento de características compara as características das unidades experimentais (neste caso, os municípios) nos grupos de controle e tratamento para garantir que sejam semelhantes antes do tratamento ser aplicado. Se houver diferenças significativas nas características socioeconômicas dos municípios nos grupos de controle e tratamento, isso indica que o processo de randomização ou de atribuição não foi eficaz, o que compromete

mostrará que há municípios com características socioeconômicas diferentes nos grupos de controle e tratamento.

Posteriormente, excluíram-se os municípios com apenas um candidato concorrendo e aqueles nos quais os candidatos a prefeito compartilharam a mesma¹⁶ ideologia partidária. Após essa exclusão, a base eleitoral passou a englobar apenas os candidatos vencedores e segundos colocados nas eleições, pertencentes a partidos de orientações políticas distintas, ou seja, esquerda e não esquerda. Para calcular a margem de votos, subtraiu-se o número de votos do candidato vencedor do número de votos do segundo colocado. Esse resultado foi dividido pelo total de votos. Isso não apenas aprimorou a interpretação dos resultados, mas também facilitou a distinção entre o grupo de controle e tratamento. Esse procedimento permitiu a criação de uma margem de votos contínua e normalizada, variando de -1 a 1. A normalização da variável é importante para ajustar a magnitude dos votos em uma escala padronizada. O procedimento pode ser visualizado através da equação 1:

$$MV_{it} = \frac{vce_{it} - vcd_{it}}{vce_{it} + vcd_{it}} \quad (1)$$

Na equação 1, onde MV_{it} representa a margem de votos no município i na eleição t , as variáveis vce_{it} e vcd_{it} indicam os votos dos candidatos de esquerda e não esquerda, respectivamente. A margem de votos refere-se ao percentual de votos necessários para que um prefeito de um partido de esquerda consiga a vitória em relação ao seu concorrente. Se a margem de votos em um município for positiva, significa que venceu um candidato de um partido de esquerda, tendo um candidato não-esquerdista como o seu adversário mais próximo. Por outro lado, se a margem de votos for negativa, o prefeito eleito pertencia a um partido de não esquerda. Ao concentrar-se apenas em municípios onde essa margem absoluta é pequena, é possível

a validade dos resultados experimentais. Portanto, se o teste de balanceamento mostrar que há municípios com características socioeconômicas diferentes nos grupos, isso sugere que a margem de erro não está sendo devidamente considerada ou controlada, o que pode levar a conclusões incorretas sobre o efeito do tratamento (Linden e Adams, 2012).

¹⁶ Se, em um município, os candidatos a prefeito que ocupam o primeiro e o segundo lugares pertencem à mesma ideologia partidária, a diferença entre eles na margem de votos ao redor do ponto de corte pode não ser suficientemente clara para permitir uma estimativa robusta do efeito causal. Essa situação viola a hipótese de identificação do Modelo Regressão Descontínua (RDD), tornando mais desafiador distinguir se as diferenças observadas resultam genuinamente da mudança na filiação partidária do prefeito ou se são influenciadas por outros fatores socioeconômicos específicos dos municípios.

estimar o efeito exógeno da diferença de gestão entre prefeitos de partidos de esquerda e não esquerda sobre a violência contra as mulheres.

Adicionalmente, é importante destacar que o ponto de corte utilizado para diferenciar o grupo de controle do grupo de tratamento é o mesmo empregado na pesquisa realizada por Brollo e Troiano (2016), centrado no ponto zero (ponto de corte = 0). Este critério permite a criação de uma faixa suficientemente estreita, permitindo que os candidatos sejam considerados comparáveis e semelhantes entre si (Pereira, 2015). Nesse contexto, caso o candidato de esquerda obtivesse mais votos que o candidato de não-esquerda, ou seja, se a margem de votos foi igual ou superior a zero, o município era categorizado como tratado.

Por outro lado, se o candidato de não esquerda obtivesse votos abaixo do ponto de corte, era classificado como controle. Em termos gerais, após o processamento dos dados, constatou-se a ocorrência de muitas disputas acirradas no Brasil entre prefeitos associados a partidos de esquerda e não esquerda, com uma diferença média de apenas 16 votos entre o primeiro e segundo colocado. Por fim, é importante ressaltar que na construção da base de dados foram considerados apenas candidatos sem problemas com a justiça eleitoral, pois tal situação poderia resultar na possibilidade de o suplente assumir o cargo de prefeito.

4.1.3 Características municipais

Os dados sobre violência contra a mulher e dados eleitorais foram enriquecidos com características municipais do Brasil, provenientes de fontes como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEADATA, 2023) e o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS, 2020). As covariáveis foram selecionadas para verificar se os municípios que elegeram prefeitos de esquerda e não esquerda possuem características socioeconômicas semelhantes. Isso assegura que as diferenças entre os municípios decorram da filiação partidária do prefeito. Embora a inclusão de covariáveis no modelo RDD não seja obrigatória, sua adição em pesquisas que utilizam o método visa obter estimativas mais robustas, reduzindo o erro padrão e facilitando a realização do teste de balanceamento de características (Cattaneo, Idrobo e Titiunik, 2019).

Os estudos realizados por Brollo e Troiano (2016), Bochenkova, Buonanno e Galletta, (2022), e Delaporte e Pino (2022) geralmente coletaram variáveis municipais não diretamente impactadas pelas eleições, mas relacionadas à variável central de suas pesquisas. Estas incluem densidade demográfica, taxa de urbanização, taxa de população economicamente ativa, taxa de

desemprego, taxa da população de jovens e índice de Gini. Com base nessas características, previamente analisadas em outras pesquisas que empregaram o modelo RDD, esta pesquisa investigará se tais características permaneceram semelhantes nos grupos de tratamento de controle desta pesquisa. Isso garante que as estimativas obtidas sejam exclusivamente atribuíveis a ideologia partidária do prefeito. As variáveis usadas nesta pesquisa estão descritas no Quadro 2.

Quadro 2-Descrição das variáveis e fontes dos dados

Variável	Descrição	Fonte
Variável dependente		
Violência contra a mulher	Variável que representa a interligação de diferentes tipos de violência (física, sexual, psicológica, financeira, ameaça e assédio). A taxa foi construída por 100 mil mulheres	SINAN
Violência física	Casos de violência física por 100 mil mulheres (É o uso intencional de força física contra uma mulher que resulte ou tenha possibilidade de resultar lesão, morte, dano psicológico ou deficiência)	SINAN
Violência sexual	Casos de violência sexual por 100 mil mulheres (É qualquer ação em que uma pessoa, aproveitando de sua posição de poder e usando recursos físicos, força, coerção, intimidação ou influência psicológica, com ou sem uso de arma de fogo ou drogas para forçar outra pessoa a testemunhar ou participar de interações sexuais.	SINAN
Violência psicológica	Casos de violência psicológica por 100 mil mulheres (É qualquer ação ou omissão que cause danos emocionais e prejudique a autoestima, a identidade ou o desenvolvimento de uma pessoa. Pode ser manifestada de diversas formas, incluindo rejeição, depreciação, discriminação e desrespeito.	SINAN
Violência financeira	Casos de violência financeira por 100 mil mulheres (A violência financeira contra as mulheres refere-se a práticas que envolvem o controle indevido ou abuso de recursos financeiros para prejudicar, limitar ou coagir uma mulher)	SINAN
Ameaça	Casos de ameaça por 100 mil mulheres (refere-se a situações em que as mulheres são sujeitas a ameaças verbais ou não verbais que criam um ambiente de medo, intimidação e insegurança)	SINAN
Assédio	Casos de assédio por 100 mil mulheres (refere-se a comportamentos persistentes, indesejados e invasivos que são direcionados especificamente às mulheres e que têm o objetivo de causar desconforto, medo, constrangimento ou qualquer forma de dano.	SINAN
Agressão ocorreu na residência	Casos de violência contra as mulheres que ocorreram nas residências	SINAN
Agressão ocorreu em local público	Casos de violência contra as mulheres que ocorreram em via pública	SINAN
Agressor é Cônjuge	O autor da agressão era o cônjuge	SINAN
Agressor desconhecido	O autor da agressão era desconhecido	SINAN
Arma de fogo	O meio da agressão foi através de arma de fogo	SINAN
Arma branca	O meio da agressão foi através de objeto perfurante e cortante	SINAN
Força física	A agressão foi através de força corporal	SINAN
Agressor usou álcool	O provável autor da agressão tinha a suspeita de uso de álcool	SINAN
Violência recorrente	As agressões ocorreram mais de uma vez	SINAN
Alta escolaridade	Vítima possui alta escolaridade (acima do ensino médio)	SINAN
Baixa escolaridade	Vítima possui baixa escolaridade (abaixo do ensino médio)	SINAN
Características municipais		
Densidade demográfica	A densidade demográfica foi calculada dividindo-se a população residente municipal pelo tamanho do território	DATASUS/IBGE
Taxa da população urbana	Percentual de pessoas que vivem em áreas urbanas em relação a população	IBGE
Taxa da PEA	Percentual da população economicamente ativa (10 a 69 anos)	IBGE
Taxa de desemprego	Percentual de pessoas desocupadas por município	IBGE
Taxa de população jovem	Percentual de pessoas jovens nos municípios	IBGE
Índice de Gini	Renda domiciliar per capita por município	DATASUS

Mecanismos	Descrição	Fonte
Condições do mercado de trabalho		
Atividade econômica	Produto interno bruto per capita	SIDRA/IBGE
Salário médio	Média salarial do município	RAIS
Salário médio mulher	Média salarial do município (mulher)	RAIS
Razão salário médio (homem/mulher)	Razão salário médio entre homens e mulheres	RAIS
Taxa de ocupação do município	Emprego formal municipal	RAIS
Taxa de ocupação mulher	Emprego formal mulher no município	RAIS
Razão do emprego formal (homem/mulher)	Razão do emprego formal entre homens e mulheres	RAIS
Taxa de ocupação mulher	Taxa do emprego formal feminino que trabalha no executivo municipal	RAIS
Emprego da administração pública municipal (saúde e serviço social)	Taxa de ocupação dos profissionais de saúde e assistência social que trabalha no executivo municipal	RAIS
Provisão de bens públicos		
Despesas médio com saúde e saneamento	Despesa com saúde e saneamento	IPEADATA/Ministério da fazenda
Despesa média com educação	Despesa com educação e cultura	IPEADATA/Ministério da fazenda
Arrecadação tributária	Arrecadação tributária municipal (ISS)	IPEADATA/Ministério da fazenda
Receita orçamentária	Receita orçamentária per capita	IPEADATA/Ministério da fazenda
Acesso à creche	Taxa bruta de matrícula em creche	Observatório da criança
Acesso à pré-escola	Taxa bruta da matrícula em pré-escola	Observatório da criança
Assistência de saúde à mulher	Proporção de nascido vivos cujas mães fizeram 7 ou mais consultas pré-natal	Observatório da criança
Mortalidade infantil	Taxa de mortalidade infantil/nascido vivos	Observatório da criança

Fonte: Elaborado pelos autores * As variáveis monetárias foram deflacionadas

4.2 Estratégia empírica

Para avaliar o impacto de eleger prefeitos de esquerda sobre as taxas de violência contra as mulheres, adotou-se o método regressão descontínua (RDD). Este método é amplamente empregado em pesquisas eleitorais (Lee, Moretti e Butler, 2004; Rocha e Bragança, 2004; Brollo e Troiano, 2016) devido às particularidades das eleições, que oferecem a oportunidade de criar um experimento quase-natural. Entre as particularidades das eleições que permitem a criação de um desenho quase-natural, destacam-se um índice contínuo de elegibilidade¹⁷ (percentual de votos recebidos por cada candidato) e um critério de elegibilidade claramente definido por meio

¹⁷ O índice de elegibilidade deve organizar pessoas ou unidades de forma contínua, ou “graduada”. Os índices, como indicadores de pobreza, resultados de testes ou idade, apresentam diversos valores que podem ser ordenados em ordem crescente, indo do menor, e, portanto, podem ser considerados “graduais”. Por outro lado, variáveis que consistem em categorias discretas, com poucas opções possíveis ou que não podem ser ordenadas, não se enquadram nesta categoria de “gradualidade”. Exemplos desta última categoria incluem situação profissional (empregado ou desempregado), nível educacional (ensino fundamental, ensino médio, graduação e pós-graduação), posse de veículo (sim ou não) ou países de origem (Gertler *et al.*, 2018).

de uma regra externa que determina o vencedor das eleições (o critério de votação majoritário) (Gertler *et al.*, 2018).

As eleições acirradas entre os candidatos que disputam o cargo de prefeito oferecem a oportunidade para a aplicação do modelo RDD. Isso ocorre porque, próximo ao ponto de corte, onde a diferença de votos entre o primeiro e o segundo colocado é mínima, os candidatos têm probabilidades semelhantes de ganhar. Isso significa que, estatisticamente, os grupos de tratamento e controle se assemelham em características observáveis e não observáveis, exceto pelo fato de o candidato ao cargo de prefeito pertencer a um partido de esquerda. Assim, em eleições acirradas, é viável usar prefeitos de não esquerda como controle, permitindo analisar o que teria ocorrido nesse município se estivesse eleito um prefeito de esquerda (Lee, 2008; Lee e Lemieux, 2010; Brollo e Troiano, 2016).

Brollo e Troiano (2016) argumentaram que a simples comparação direta entre municípios governados por partidos de esquerda e não esquerda (sem usar aleatorização) pode não oferecer estimativas confiáveis dos impactos da filiação partidária do prefeito nas taxas de violência contra as mulheres, devido ao potencial viés causado por questões de endogeneidade. Entre as possíveis causas da endogeneidade está o fato de locais com eleitores mais conservadores tenderem a desdenhar as políticas de gênero. Isto pode influenciar as políticas que os prefeitos desses locais adotam, tornando-os mais propensos a implementar políticas que não abordam ou até agravam a violência contra as mulheres. Além disso, Brollo e Troiano (2016) destacam outra causa de endogeneidade, relacionada às características municipais, como urbanização, densidade demográfica e nível socioeconômico, que podem influenciar as estimativas quando se comparam municípios que não compartilham essas características semelhantes.

4.2.1 Especificação

Para estimar o efeito da ideologia partidária do prefeito nas taxas de violência contra as mulheres, será utilizada a seguinte especificação:

$$\log(Y_{it}) = \alpha + \beta F_{it} + f(MVF_{it}) + X_{it} + \mu_t + e_{it} \quad (2)$$

A variável dependente $\log(Y_{it})$ representa a soma dos casos de violência contra a mulher que ocorreram no município i e no tempo t , em logaritmo, e também será utilizada para estimar os efeitos heterogêneos. F_{it} é uma variável dicotômica que indica se um prefeito de um partido de esquerda ganhou a eleição no tempo (t) e no município (i), enquanto MVF_{it} é a margem de

vitória nas eleições, definida como a diferença de votos entre os dois candidatos mais votados. O $f()$ é uma função polinomial calculada na margem de vitória. A variável X_{it} representa as covariáveis. A variável μ_t é o efeito fixo de tempo. Por fim, e_{it} é o termo de erro e β é o coeficiente de interesse sobre condições específicas (continuidade da margem de vitória e o fato de o tratamento não ser afetado por covariáveis) (Calonico, Cattaneo e Titiunik, 2014).

A variável F_{it} define o *status* do tratamento: $F_{it} = 1$ se o prefeito é filiado a um partido de esquerda e $F_{it} = 0$ caso contrário. O resultado observado é: $Y_{it} = F_{it} \cdot Y_{it}(1) + (1 - F_{it}) \cdot Y_{it}(0)$. A estimativa de interesse é o ATE, $E[Y_{it}(1) - Y_{it}(0)]$ definido como uma população de interesse. Especificamente, o grupo de tratamento é definido como os municípios comandados por prefeitos filiados a partidos de esquerda. A atribuição do tratamento pode ser formalizada como:

$$Y_{it} = 1 [MV_{it} \geq 0] \quad (3)$$

Em que MV_{it} representa a margem de vitória do candidato filiado a um partido de esquerda no município i durante o período t . MV_{it} é calculado como a diferença entre os votos recebidos por um candidato filiado a um partido de esquerda e a quantidade de votos do candidato filiado a um partido de direita. No limite $MV_{it} = 0$, a ideologia partidária do prefeito F_{it} muda drasticamente de zero para um. Para Brollo e Troiano (2016), MV_{it} pode ser vista como uma variável aleatória que depende de variáveis observáveis e não observáveis, bem como eventos aleatórios no dia das eleições.

Em uma etapa posterior, foram realizados testes convencionais de robustez do modelo RDD para garantir a confiabilidade dos resultados obtidos. Esses testes abrangem diversos aspectos, incluindo salto de covariáveis, manipulação da variável de atribuição e testes de descontinuidade fora do ponto de corte verdadeiro. Em primeiro lugar, o salto das covariáveis é um dos primeiros passos em qualquer avaliação, seja aleatória ou observacional. O principal objetivo deste teste é determinar se os grupos de tratamento e controle são comparáveis em termos de suas características iniciais. A existência de desequilíbrios nas covariáveis entre esses grupos pode levar a vieses sistemáticos, comprometendo a validade do estudo, conforme destacado por Linden e Adams (2012).

Em outras palavras, se as covariáveis em torno do ponto de corte não forem semelhantes, não se pode garantir que os resultados do RDD sejam exclusivamente devido ao prefeito pertencer a um partido de esquerda. Para realizar o teste, cada covariável é regredida na variável de atribuição (margem de votos), limitada apenas aos valores ao redor do ponto de corte, e os valores previstos para cada modelo no ponto de corte são comparados. As covariáveis são

consideradas equilibradas quando o valor obtido pela subtração do valor previsto do lado “controle” do ponto de corte e o lado do “tratamento” do ponto de corte não é estatisticamente diferente de zero. Portanto, um p-valor alto (geralmente $> 0,05$) sugere que não há evidência de desequilíbrio significativo entre grupos (Linden e Adams, 2012). Por fim, é importante destacar que devem ser adicionadas apenas covariáveis coletadas antes do tratamento (Cattaneo, Idrobo, e Titiunik, 2019).

O segundo teste, que envolve a manipulação da variável de atribuição, refere-se ao fato dos indivíduos terem controle limitado sobre esta variável. No contexto desta tese, isto significa que os candidatos não têm influência no número de votos que recebem. Embora alguns candidatos possam ter maior probabilidade de receber um número de votos próximo do ponto de corte, todos os candidatos têm a mesma probabilidade de receber votos suficientes para ficarem acima ou abaixo do ponto de corte (Lee e Lemieux, 2010). Para avaliar a probabilidade de manipulação, é aplicado o teste McCrary. Este teste é baseado em análise gráfica e permite verificar se a variável de execução mantém uma continuidade ao longo do ponto de corte. Se for possível observar um grande salto nesta variável, há evidências de que os candidatos manipularam o número de votos para vencer (McCrary, 2008).

O terceiro teste, conhecido como teste de descontinuidade fora do ponto de corte verdadeiro, indica que embora uma descontinuidade no ponto de corte possa representar um tratamento verdadeiro, é necessário testar diferentes tamanhos de banda e polinômios para avaliar se os resultados permanecem consistentes com essas variações. Vários estudos propuseram estratégias para testar mudanças nos pontos de descontinuidade. Por exemplo, Imbens e Lemieux (2008) sugeriram dividir cada subamostra em suas respectivas medianas e testar a validade em cada uma delas. Além disso, Nichols (2007) propôs selecionar aleatoriamente 100 pontos de corte para placebo na faixa da variável de atribuição e testar descontinuidade

5. RESULTADOS EMPIRÍCOS

Esta seção resume as principais conclusões desta pesquisa em quatro partes distintas. A primeira aborda a análise descritiva dos dados, enquanto as partes dois, três e quatro apresentam, respectivamente, os resultados das estimações do modelo RDD para a taxa de violência contra a mulher, os efeitos heterogêneos e os testes de robustez.

5.1 Análise Descritiva

A tabela 1 apresenta as médias, desvios padrão, quantidade de observações e os p-valores relacionados às características municipais e taxas de violência em municípios que elegeram prefeitos de esquerda e não esquerda. De modo geral, a tabela indica que municípios que elegeram prefeitos de esquerda e não esquerda compartilham características municipais semelhantes, uma vez que a hipótese nula, que considera a inexistência de diferenças entre as médias dos grupos de controle e tratamento, foi rejeitada. Ao analisar as taxas de violência verifica-se que a média geral da variável violência contra a mulher é de 118 casos por 100 mil mulheres. Nos municípios sob gestão de prefeitos de esquerda, a média é de 110,08 casos por 100 mil mulheres, enquanto nos demais municípios a taxa chega a 125,08 casos por 100 mil mulheres. Portanto, há uma diferença de aproximadamente -15,04 entre municípios que elegeram prefeitos de esquerda e não esquerda.

Tabela 1- Análise descritiva dos dados

	Geral			Político				Test t	
	obs. (1)	Média (2)	DP (3)	Esquerda (1)		Não esquerda (2)		Dif. (1-2) (8)	P-valor (9)
				Obs (4)	Média (5)	obs. (6)	Média (7)		
Características municipais									
Densidade demográfica	4592	80,22	299,06	2251	77,79	2341	82,56	-4,78	0,59
Taxa populacional (urbana)	4592	61,76	23,01	2251	61,59	2341	61,93	-0,34	0,62
Taxa de população ativa (10 a 69 anos)	4592	53,88	11,09	2251	53,73	2341	54,03	-0,30	0,36
Índice de Gini	4592	0,51	0,06	2251	0,51	2341	0,51	0,00	0,45
Taxa de desemprego	4592	6,37	3,67	2251	6,48	2341	6,27	0,22	0,05
Taxa da população jovem	4592	25,81	3,93	2251	25,83	2341	25,79	0,04	0,71
Variável dependente									
violência contra a mulher	1986	118	166,90	971	110,08	1015	125,12	-15,04	0,04
violência física	1986	102,52	140,54	971	98,02	1015	106,82	-8,80	0,16
violência sexual	1986	6,53	20,37	971	6,42	1015	6,63	-0,21	0,82

violência psicológica	1986	57,02	102,95	971	53,65	1015	60,25	-6,59	0,15
violência financeira	1986	2,78	12,70	971	2,70	1015	2,85	-0,15	0,80
ameaça	1986	4,49	33,70	971	3,16	1015	5,77	-2,61	0,08
assédio	1986	0,23	1,00	971	0,21	1015	0,25	-0,04	0,40
Agressão ocorreu na residência	1986	11,19	35,34	971	9,25	1015	13,06	-3,81	0,02
Agressão ocorreu em local público	1986	2,91	11,33	971	2,26	1015	3,53	-1,26	0,01
Agressor é cônjuge	1501	7,31	19,05	723	6,18	778	8,35	-2,17	0,03
Agressor é desconhecido	766	3,86	6,26	355	3,34	411	4,30	-0,97	0,03
Agressor é ex-cônjuge	1986	2,01	12,15	971	1,45	1015	2,55	-1,10	0,04
Arma de fogo	1986	0,29	1,07	971	0,24	1015	0,34	-0,09	0,05
Arma branca	1986	2,17	5,18	971	2,00	1015	2,33	-0,33	0,16
Força física	1986	12,29	31,96	971	10,35	1015	14,14	-3,79	0,01
Agressor usou álcool	1986	6,11	15,89	971	5,21	1015	6,97	-1,76	0,01
Violência recorrente	1986	7,52	26,33	971	6,20	1015	8,78	-2,58	0,03
Vítima possui alta escolaridade	1986	4,66	19,61	971	3,67	1015	5,59	-1,92	0,03
Vítima possui baixa escolaridade	1986	6,56	22,16	971	5,48	1015	7,60	-2,13	0,03

Notas: As colunas (2), (5) e (7) apresentam a média das variáveis nos municípios com prefeitos filiados a partidos de esquerda (tratamento) e prefeitos filiados a partidos de não esquerda (controle). As colunas (1), (4) e (6) apresentam o número de observações para cada variável. A coluna (8) apresenta a diferença de média entre municípios que elegeram prefeitos de esquerda e não esquerda. A coluna (9) exibe o p-valor. As taxas foram construídas utilizando a proporção de 100 mil mulheres, ***, ** e * indicam significância ao nível de 1%, 5% e 10%, respectivamente. Os dados estão em taxas por 100 mil mulheres, sendo elaborados interligando dados de ocorrência, residência e notificação. A hipótese nula é que as médias são iguais; um p-valor maior que 0.05 aceita a hipótese, enquanto um p-valor menor que 0.05 a rejeita.

A tabela 1 também revela um padrão semelhante nas taxas de violência física, sexual, psicológica, financeira, de ameaça e assédio. A violência física destaca-se, com cerca de 98,02 casos por 100 mil mulheres nos municípios que elegeram prefeitos de esquerda e 106,82 casos por 100 mil mulheres nos municípios que elegeram prefeitos de não esquerda. Por outro lado, a taxa de assédio registrou os resultados mais baixos, com uma média geral de 0,23 casos por 100 mil mulheres. Nos municípios cujos prefeitos eram de esquerda, a média dessa taxa foi de 0,21, enquanto nos demais municípios foi de 0,25 casos por 100 mil mulheres.

Adicionalmente, destaca-se a predominância de agressões contra as mulheres no âmbito doméstico. Os resultados indicam uma média geral de 11,19 casos por 100 mil mulheres para a taxa de violência ocorrida nas residências. Porém, ao analisar esta taxa nos municípios que elegeram prefeitos de esquerda e não esquerda, observa-se que nos municípios com prefeitos de esquerda a média foi de aproximadamente 9,25 casos por 100 mil mulheres, contrastando com 13,06 casos por 100 mil mulheres em outros municípios. Este resultado pode ser atribuído ao fato de que as residências proporcionam aos agressores uma sensação de impunidade, uma vez que a privacidade e a intimidade associadas ao lar podem criar um véu de sigilo em torno dos atos violentos (Leôncio, 2008).

Quanto aos meios de agressão que podem ser utilizados contra as mulheres, os dados indicam que os agressores tendem a preferir a força física às armas de fogo. A média geral da variável força física foi de 12,29 casos a cada 100 mil mulheres. Nos municípios administrados por prefeitos de esquerda, a taxa ficou em torno de 10,35 casos por 100 mil mulheres, enquanto nos demais municípios atingiu 14,14 casos por 100 mil mulheres. Assim, há uma diferença de - 3,79 casos por 100 mil mulheres entre os municípios que elegeram prefeitos de esquerda e não esquerda. Por outro lado, os dados indicam que aproximadamente 0,29 mulheres a cada 100 mil foram agredidas com armas de fogo.

A escolha do agressor em recorrer à força física pode ser influenciada por dois motivos principais: primeiro, a proximidade física; segundo, controle psicológico. Muitos crimes contra as mulheres ocorrem em um contexto de intimidade ou conhecimento prévio entre agressor e vítima, tornando as agressões físicas mais acessíveis do que o uso de armas de fogo. Além disso, o uso da força física pode ser uma tática para manter as mulheres submissas e psicologicamente controladas, criando um ambiente de medo e intimidação que dificulta a resistência ou denúncia de abusos (Pereira, 2013).

5.2 Taxa de violência contra as mulheres

Dado que uma mulher pode ser vítima de diferentes formas de violência simultaneamente, esta pesquisa criou uma variável agregada para mensurar a frequência dos diferentes tipos de agressão a que ela pode ser exposta. Nesse cenário, a análise inicial centrar-se-á nesta variável, proporcionando uma visão abrangente do impacto da eleição de um prefeito de esquerda na violência baseada no gênero. A tabela 2 (coluna 6) e a figura 2 apresentam os resultados específicos para esta variável, que foi construída exclusivamente com informações de vítimas de violência cujos códigos de notificação, residência e ocorrência foram semelhantes. Isso permite uma análise mais precisa da gestão deste prefeito em relação à variável de estudo, uma vez que foram consideradas nas estimativas apenas as mulheres que não procuraram atendimento médico em outro município.

Tabela 2-Efeito do prefeito de esquerda sobre as taxas de violência. Dados de notificação, ocorrência e residência semelhantes. 2012 – 2020

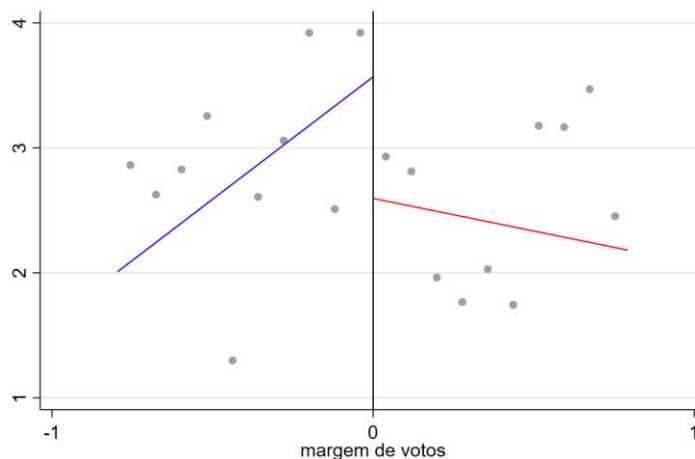
	psicológica	física	sexual	financeira	assédio	ameaça	vcm*
Painel A: sem covariáveis							
Prefeito de esquerda	-0,136**	-0,168***	-0,125***	-0,196***	-0,066**	-0,259***	-0,120**
p-valor	0,047 (0,068)	0,006 (0,061)	0,008 (0,047)	0,000 (0,035)	0,034 (0,031)	0,000 (0,064)	0,011 (0,047)
banda ótima	0,304	0,247	0,238	0,214	0,259	0,327	0,361
número de observações	3483	2678	3132	2089	3325	3565	3276
clusters	1365	1254	1231	1177	1284	1392	1429
média	3,25	1,95	1,78	0,89	0,82	3,42	1,59
Painel B: com covariáveis							
Prefeito de esquerda	-0,113*	-0,134***	-0,062	-0,125***	-0,023**	-0,215***	-0,099**
p-valor	0,088 (0,066)	0,006 (0,048)	0,140 (0,042)	0,000 (0,026)	0,385 (0,026)	0,001 (0,067)	0,048 (0,050)
banda ótima	0,282	0,353	0,255	0,389	0,285	0,257	0,217
número de observações	3499	3220	3179	3325	3517	3300	2644
clusters	1317	1410	1260	1438	1322	1266	1172
média	3,24	1,94	1,77	0,89	0,81	3,41	1,59

Nota: * A taxa de vcm representa a interligação das taxas de violência física, sexual, psicológica, financeira, ameaça e assédio (indicando o fato da vítima sofrer mais de um tipo de agressão). Todas as colunas incluem o efeito fixo do ano. Os erros padrão do cluster estão entre parênteses. A largura de banda ótima foi estimada utilizando a metodologia de Calonico, Cattaneo e Titiunik (2014). As estimativas utilizaram um polinômio de ordem 1 e o kernel é triangular. ***, **, * indicam níveis de significância estatística de 1%, 5% e 10%, respectivamente.

Os resultados das estimativas da tabela 2 (coluna 6) indicam que nos municípios que elegeram prefeitos de esquerda houve uma redução de aproximadamente 9,4% ($100 \times [\exp(-0,099) - 1]$)¹⁸ na taxa de violência contra as mulheres. Essa redução é estatisticamente significativa, com nível de significância de 5%, considerando as covariáveis. Portanto, os resultados sugerem que a ideologia partidária dos prefeitos tem um impacto significativo na violência baseada no gênero. Este resultado é corroborado pela Figura 2.

¹⁸ A interpretação da margem de votos como log-linear no contexto da Regressão Descontínua baseia-se no pressuposto de que os efeitos do tratamento não têm um impacto constante, mas sim um efeito multiplicativo na variável de resultado. Isto significa que à medida que a variável de tratamento se move ao longo da descontinuidade, o efeito do tratamento na variável de resultado é expresso em termos de uma mudança percentual e não de uma alteração absoluta. Dada a natureza percentual da variável de tratamento, a interpretação dos resultados pode ser realizada através da seguinte fórmula: $100 \times [\exp(\text{efeito estimado}) - 1]$. Conforme destacado por Wooldridge (2023), essa fórmula é particularmente útil quando a variável dependente está em logaritmo e a variável independente é linear. Ela permite uma interpretação mais precisa dos resultados, pois expressa o efeito estimado em variação percentual. A adoção dessa abordagem interpretativa foi utilizada por Bochenkova, Buonanno e Galletta (2022) para estimar o impacto de uma prefeita na taxa de violência contra a mulher no Brasil. Dado esse aspecto, todos os resultados desta tese necessitaram deste cálculo para a obtenção dos resultados.

Figura 2-Efeito da presença de um prefeito de esquerda e não esquerda sobre a taxa de violência geral



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do SINAN (2012 – 2020), TSE (2012) e TSE (2016)

Nota: O gráfico utiliza um polinômio de grau 1, kernel triangular e nbins (10 10). O gráfico mostra as taxas de violência contra as mulheres em municípios que elegeram prefeitos de esquerda e não esquerda. Municípios com margem de votos < 0 têm prefeitos de não esquerda e margem de votos > 0 os que elegeram prefeitos de esquerda. A disparidade entre as linhas do gráfico indica que as taxas médias de violência contra as mulheres são mais baixas nos municípios que elegeram prefeitos de esquerda, evidenciada pela linha vermelha que está significativamente abaixo da linha azul.

Para investigar a estabilidade dos resultados da tabela 2 (coluna 6) em meio ao deslocamento das mulheres em busca de atendimento médico, foram realizadas estimativas utilizando os dados de notificação (tabela 3) e de residência (tabela 4). De modo geral, os dados da tabela 3 (coluna 6) revelaram um aumento de 1,86% (considerando covariáveis) nas taxas de violência contra a mulher nos municípios que elegeram prefeitos de esquerda. No entanto, esses resultados não foram estatisticamente significativos. Esta falta de significância sugere que o aumento das taxas de violência baseada no gênero nestes municípios não está associado à ideologia partidária do prefeito. Portanto, outros fatores podem estar contribuindo para esse aumento nos municípios que possuem unidades de saúde. Dentre as possíveis causas para esse resultado, destaca-se o deslocamento de pacientes em busca de atendimento médico.

Devido à descentralização do sistema de saúde brasileiro, há uma disparidade entre os municípios, onde alguns possuem uma estrutura abrangente para prestar procedimentos de alta, média e baixa complexidade, enquanto outros não oferecem todos esses serviços. Como resultado, os pacientes muitas vezes precisam se deslocar em busca de determinados procedimentos médicos não estão disponíveis em sua localidade. Xavier et al. (2017), ao mapear

unidades de saúde, observaram que a falta de determinados procedimentos em um município leva as pessoas a realizarem grandes deslocamentos. Esse fenômeno acaba sobrecarregando o sistema de saúde dos municípios receptores, pois precisam lidar com um fluxo maior de pacientes. Além disso, pode ter uma consequência indireta, sendo o aumento das taxas de violência contra as mulheres nessas localidades.

Tabela 3-Efeito do prefeito de esquerda sobre as taxas de violência de gênero. Dados de notificação. Brasil. 2012 - 2020

	psicológica	física	sexual	financeira	assédio	ameaça	vcm*
Painel A: sem covariáveis							
Prefeito de esquerda	0.056	-0.094*	-0.066*	-0.159***	-0.007	-0.067	0.003
p-valor	0,292	0,071	0,098	0,000	0,751	0,154	0,945
	(0.053)	(0.052)	(0.040)	(0.027)	(0.023)	(0.047)	(0.046)
banda ótima	0.336	0.215	0.227	0.173	0.274	0.319	0.199
Número de observações	4573	3316	3885	2292	4550	4639	3662
clusters	2065	1400	1437	1258	1559	2065	2065
média	3,47	1,99	2,14	0,80	0,92	3,34	1,48
Painel B: com covariáveis							
Prefeito de esquerda	0.121**	-0.056	-0.031	-0.142***	0.025	0.002	0.018
p-valor	0,025	0,255	0,358	0,000	0,200	0,958	0,640
	(0.054)	(0.049)	(0.033)	(0.024)	(0.020)	(0.051)	(0.039)
banda ótima	0.251	0.186	0.302	0.22	0.358	0.239	0.207
número de observações	4023	2887	4603	2574	4595	3869	3674
clusters	1487	1292	1594	1396	1664	1451	1358
média	3,45	1,99	2,14	0,80	0,92	3,33	1,48

Nota: * A taxa de vcm representa a interligação das taxas de violência física, sexual, psicológica, financeira, ameaça e assédio (indicando o fato da vítima sofrer mais de um tipo de agressão). Todas as colunas incluem o efeito fixo do ano. Os erros padrão do cluster estão entre parênteses. A largura de banda ótima foi estimada utilizando a metodologia de Calonico, Cattaneo e Titiunik (2014). As estimativas utilizaram um polinômio de ordem 1 e o kernel é triangular. ***, **, * indicam níveis de significância estatística de 1%, 5% e 10%, respectivamente.

Ao analisar os dados da coluna 6 da tabela 4, que apresenta os resultados referentes a taxa de violência contra a mulher nos municípios onde residem as vítimas. Observou-se uma redução de aproximadamente 11,48% nas taxas de violência contra a mulher nos municípios que elegeram prefeitos de esquerda. Este resultado mostrou-se significativo ao nível de 5%, considerando as covariáveis. Esta constatação contrasta com o resultado da tabela 3 (coluna 6). Embora os municípios que recebem pacientes demonstrem que os prefeitos de esquerda não são responsáveis pelo aumento da taxa de violência contra a mulher, os dados construídos apenas

com informações de residência indicam que eleger um prefeito de esquerda contribuiu para a redução da taxa de violência contra a mulher.

Tabela 4-Efeito do prefeito de esquerda sobre as taxas de violência de gênero. Dados de residência. Brasil. 2012 - 2020

	psicológica	física	sexual	financeira	assédio	ameaça	vcm*
Painel A: sem covariáveis							
Prefeito de esquerda	-0,150**	-0,179***	-0,153***	-0,233***	-0,126***	-0,272***	-0,126**
p-valor	0,033 (0,070)	0,007 (0,066)	0,003 (0,051)	0,000 (0,037)	0,001 (0,039)	0,000 (0,059)	0,013 (0,051)
banda ótima	0,263	0,207	0,228	0,203	0,209	0,428	0,269
número de observações	3329	2383	2987	1985	2629	3762	3093
clusters	1307	1166	1224	1161	1170	1744	1313
média	3,25	1,97	1,93	0,91	0,90	3,44	1,61
Painel B: com covariáveis							
Prefeito de esquerda	-0,137**	-0,113**	-0,078*	-0,177***	-0,081**	-0,231***	-0,1087**
p-valor	0,032 (0,064)	0,012 (0,045)	0,085 (0,045)	0,000 (0,030)	0,015 (0,033)	0,000 (0,065)	0,025 (0,048)
banda ótima	0,289	0,427	0,235	0,300	0,226	0,257	0,232
número de observações	3500	3609	3098	2752	2863	3283	2686
clusters	1341	1466	1728	1359	1209	1277	1221
média	3,24	1,97	1,92	0,91	0,89	3,42	1,61

Nota: * A taxa de vcm representa a interligação das taxas de violência física, sexual, psicológica, financeira, ameaça e assédio (indicando o fato da vítima sofrer mais de um tipo de agressão). Todas as colunas incluem o efeito fixo do ano. Os erros padrão do cluster estão entre parênteses. A largura de banda ótima foi estimada utilizando a metodologia de Calonico, Cattaneo e Titiunik (2014). As estimativas utilizaram um polinômio de ordem 1 e o kernel é triangular. ***, **, * indicam níveis de significância estatística de 1%, 5% e 10%, respectivamente.

As estimativas revelam que a magnitude das taxas de violência contra a mulher é diretamente influenciada pela escolha de utilização da localização da unidade de saúde (código de notificação), do local onde a vítima reside (código de residência) e do local que ocorreu a agressão (código de ocorrência), este último coincide geralmente com o código de residência, dada a natureza da violência contra a mulher como crime de proximidade. Além disso, esses resultados evidenciam uma dinâmica peculiar na percepção de segurança, em que o deslocamento dos pacientes gera uma falsa sensação de que os municípios onde residem as vítimas são considerados mais seguros para as mulheres, enquanto aqueles que prestam atendimento às vítimas de violência são considerados como mais perigosos. Esta percepção distorcida pode ter um impacto significativo na responsabilização dos prefeitos, uma vez que

taxas mais baixas de violência atribuídas aos locais de residência podem ser interpretadas como eficiência na administração.

A discrepância na percepção de segurança entre os municípios de residência e os locais de atendimento médico pode ter um impacto na distribuição dos bens públicos. A falsa sensação de segurança nos municípios de residência pode influenciar as políticas públicas e a alocação de recursos, resultando na subestimação das necessidades de combate à violência de gênero nestes locais. Isso ressalta a importância de identificar áreas de saúde verdadeiramente vulneráveis para prevenir e promover a saúde das vítimas de violência, garantindo uma distribuição mais eficaz dos recursos públicos (Meade e Emch, 2010). Portanto, ao alocar os recursos públicos para mitigar a violência contra as mulheres, é essencial considerar o deslocamento das pacientes durante o planejamento.

Uma forma de contornar esse deslocamento de pacientes e, conseqüentemente, criar uma taxa de violência mais precisa é interligar os três códigos. Somente com esse procedimento será possível inferir que os municípios de residência das vítimas eram os mesmos onde procuraram atendimento médico. Além disso, esta integração de códigos permite inferir com maior precisão se a eleição de um prefeito de esquerda tem impacto nas taxas de violência de gênero. Com este procedimento, o prefeito não seria responsabilizado por crimes ocorridos em outras jurisdições. Diante deste contexto, é importante destacar que os resultados da tabela 2 são aqueles que apresentam estimativas mais precisas sobre o impacto da ideologia partidária do prefeito nas taxas de violência de gênero. Portanto, é desta tabela que serão retiradas as informações sobre as taxas de violência desagregada.

5.3 Heterogeneidade

As taxas de violência contra as mulheres sofreram quedas significativas após a eleição de prefeitos de esquerda. A violência física, por exemplo, apresentou redução de 14,44%, com nível de significância de 1%. A violência psicológica apresentou redução de 11,99%, com nível de significância de 10%, demonstrando impacto positivo também nesta agressão. No âmbito da violência financeira, a queda foi de 13,37%, com nível de significância de 1%. As ameaças, por sua vez, diminuíram 24,07%, conforme estimado pelas análises da tabela 2 (considerando as covariáveis). Estes resultados assumem ainda maior relevância quando comparados com as conclusões do estudo bibliográfico de Silva e Oliveira (2015), que evidenciaram que há uma prevalência das agressões físicas e psicológicas contra as mulheres. Portanto, a eleição de prefeitos de esquerda está combatendo justamente os tipos de violência mais graves e frequentes

que afligem as mulheres. Esses resultados podem observados nos gráficos do anexo (figuras 4 a 9).

Conforme Jewkes (2002), Gage (2005) e Graham (2008), vários fatores contribuem para uma maior incidência de violência física. Dentre esses fatores, o alto consumo de álcool e drogas pelo agressor, o ciúme, a necessidade de controle do parceiro, o histórico de violência na família e os fatores socioeconômicos (pobreza, falta de acesso à educação e oportunidades de emprego) podem gerar estresse e frustração, aumentando o risco de comportamento violento por parte do agressor). Ao observar o contexto das vítimas, constata-se que mesmo quando são obrigadas a procurar serviços médicos, devido à presença de lesões físicas, as mulheres tendem a silenciar os problemas e raramente fazem queixas espontâneas durante as consultas (Silva e Oliveira, 2015).

Adicionalmente, para complementar as análises dos efeitos heterogêneos, investigou-se se a eleição de prefeitos de esquerda também impacta outras características do evento violento, como a identidade do agressor e o local onde ocorreu a violência, utilizando a tabela 5. No painel A desta tabela foi realizada uma análise do efeito dos prefeitos de esquerda no local das agressões. No geral, os resultados mostraram que a eleição de um prefeito de esquerda tem um impacto positivo na redução da violência de gênero, independentemente do local onde as agressões ocorrem. Nas residências, as agressões contra as mulheres diminuíram cerca de 17,58%. Por outro lado, as agressões em locais públicos apresentaram redução de 17,49%, com um nível de significância de 1% (considerando as covariáveis).

Para Costa, Serafim e Nascimento (2015), a maioria das mulheres submetidas a episódios violentos são agredidas em seu próprio lar. Nesse contexto, a redução significativa da agressão contra as mulheres em ambientes residenciais é particularmente importante. Isto sugere que a eleição de um prefeito de esquerda pode contribuir significativamente para a criação de um ambiente mais seguro para as mulheres em seus lares.

Tabela 5-Efeito do prefeito de esquerda sobre a violência contra mulher: efeitos heterogêneos. Brasil. 2012- 2020

Painel A : Local	Residência		Local público	
Prefeito de esquerda	-0,233***	-0,162***	-0,201***	-0,161***
P-valor	0,000	0,000	0,000	0,000
	(0,048)	(0,034)	(0,033)	(0,024)
covariáveis	não	sim	não	sim
n. observações	2642	3540	2551	3304
banda ótima	0,188	0,339	0,215	0,294
Painel B: Agressor	Cônjuge		Desconhecido	Ex- cônjuge

Prefeito de esquerda	-0,235***	-0,177***	-0,205***	-0,141***	-0,247***	-0,22***
P-valor	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000
	(0,047)	(0,040)	(0,051)	(0,039)	(0,050)	(0,035)
covariáveis	não	sim	não	sim	não	sim
observações	1972	2126	955	1238	1143	1531
banda ótima	0,201	0,236	0,235	0,285	0,237	0,375
Painel C : Tipo de arma	Arma de fogo		Arma Branca		Força Física	
Prefeito de esquerda	-0,067***	-0,020***	-0,188***	-0,134***	-0,267***	-0,190***
P-valor	0,000	0,008	0,000	0,000	0,000	0,000
	(0,010)	(0,008)	(0,027)	(0,025)	(0,053)	(0,035)
covariáveis	não	sim	não	sim	não	sim
n. observações	1916	3143	2949	2891	2363	3353
banda ótima	0,201	0,251	0,310	0,269	0,176	0,360
Painel D : Outras características	Agressor usou álcool		Violência recorrente			
Prefeito de esquerda	-0,254***	-0,194***	-0,210***	-0,140***		
P-valor	0,000	0,000	0,000	0,000		
	(0,045)	(0,032)	(0,044)	(0,031)		
covariáveis	não	sim	não	sim		
n. observações	2215	3216	2749	3746		
banda ótima	0,201	0,322	0,201	0,359		
Painel E: Escolaridade	alta escolaridade		baixa escolaridade			
prefeito de esquerda	-0,219***	-0,153***	-0,230***	-0,175***		
P-valor	0,000	0,000	0,000	0,000		
	(0,040)	(0,031)	(0,039)	(0,035)		
covariáveis	não	sim	não	sim		
n. observações	2536	3313	2787	3202		
banda ótima	0,197	0,286	0,269	0,286		

Nota: * A taxa de vcm representa a interligação das taxas de violência física, sexual, psicológica, financeira, ameaça e assédio (indicando o fato da vítima sofrer mais de um tipo de agressão). Todas as colunas incluem o efeito fixo do ano. Os erros padrão do cluster estão entre parênteses. A largura de banda ótima foi estimada utilizando a metodologia de Calonico, Cattaneo e Titiunik (2014). As estimativas utilizaram um polinômio de ordem 1 e o kernel é triangular. ***, **, * indicam níveis de significância estatística de 1%, 5% e 10%, respectivamente.

Os resultados do painel B da tabela 5 indicaram que nos municípios que elegeram prefeitos de esquerda houve redução das agressões contra as mulheres, independentemente da relação entre agressor e vítima, com estimativas significativas ao nível de 1%. Notavelmente, as agressões por agressores desconhecidos foram as mais impactadas, registrando uma diminuição aproximada de 15,17%¹⁹. As agressões por parte dos cônjuges diminuíram cerca de 19,42%, enquanto as agressões por parte dos ex-cônjuges diminuíram cerca de 25,53%. Esta constatação sugere que elegerem prefeitos de esquerda desempenhou um papel eficaz na redução

¹⁹ Para escalonar os números negativos, é necessário considerar que quanto mais próximo de zero, maior será o número. Isso significa que um número com um valor absoluto menor é considerado maior. Portanto, -1 é maior do que -2, -0,5 é maior que -0,7 e -0,1 é maior do que -0,3

da violência contra as mulheres, mesmo em contextos onde não há proximidade entre o agressor e a vítima.

Ao analisar os instrumentos utilizados durante os episódios de agressão (tabela 5, painel C), observou-se uma redução significativa no uso de armas de fogo, armas brancas e espancamentos contra as mulheres nos municípios que elegeram prefeitos de esquerda. As agressões com armas de fogo, armas brancas e espancamentos diminuíram aproximadamente 1,98%, 12,54% e 17,30%, respectivamente. Esses resultados são estatisticamente significativos ao nível de 1%, considerando as covariáveis. Adicionalmente, a tabela 5 (painel D) também analisou a incidência de álcool entre os agressores. A estimativa desta variável é relevante porque, segundo Fonseca (2009), o consumo de álcool pelo agressor parece aumentar a incidência de agressões contra as mulheres. A crença de que o álcool é responsável pelas agressões reduz a culpa do agressor e aumenta a tolerância da vítima.

No geral, o painel D indicou que nos municípios que elegeram prefeitos de esquerda houve uma diminuição nas agressões realizadas por agressores alcoolizados, em torno de 21,40%, com um nível de significância de 1%, considerando as covariáveis. Além disso, o painel D também revelou que os casos de reincidência das agressões contra as mulheres diminuíram em aproximadamente 15,02%, com um nível de significância de 1%, considerando as covariáveis. Por fim, o painel E da tabela 5 mostrou que houve uma diminuição das agressões contra mulheres com baixa escolaridade em cerca de 19,12%, com nível de significância de 1%. Estes resultados destacam o impacto positivo da eleição de um prefeito de esquerda na redução da violência contra as mulheres, abordando diversas facetas do problema, desde a associação entre consumo de álcool e agressão até a reincidência dos episódios violentos. A figura 10, localizada no anexo, apresenta os gráficos que ilustram os efeitos heterogêneos.

Tabela 6-Efeito da reeleição sobre as taxas de violência. Brasil. 2012 - 2020

	psicológica	física	sexual	financeira	assédio	ameaça	vcm*
Painel A: sem covariáveis							
Prefeito de esquerda	-0,472***	-0,450***	-0,170*	-0,060	-0,275***	-0,801***	-0,312**
P-valor	0,005	0,002	0,095	0,236	0,001	0,000	0,012
	(0,167)	(0,146)	(0,101)	(0,051)	(0,082)	(0,163)	(0,125)
banda ótima	0,251	0,200	0,214	0,175	0,188	0,235	0,233
número de observações	509	467	474	349	434	505	496
clusters	196	172	181	163	167	190	189
média	3,37	1,96	1,89	1,04	0,86	3,58	1,54
Painel B: com covariáveis							
Prefeito de esquerda	-0,343**	-0,448***	-0,118	-0,062	-0,225***	-0,729***	-0,159
P-valor	0,036	0,000	0,239	0,259	0,003	0,000	0,130

	(0,163)	(0,112)	(0,100)	(0,054)	(0,075)	(0,158)	(0,104)
banda ótima	0,208	0,201	0,221	0,175	0,198	0,217	0,188
número de observações	452	411	476	401	452	474	406
clusters	179	172	185	164	170	184	167
média	3,36	1,96	1,89	1,05	0,85	3,57	1,54

Nota: * A taxa de *vcm* representa a interligação das taxas de violência física, sexual, psicológica, financeira, ameaça e assédio (indicando o fato da vítima sofrer mais de um tipo de agressão). Todas as colunas incluem o efeito fixo do ano. Os erros padrão do cluster estão entre parênteses. A largura de banda ótima foi estimada utilizando a metodologia de Calonico, Cattaneo e Titiunik (2014). As estimativas utilizaram um polinômio de ordem 1 e o kernel é triangular. ***, **, * indicam níveis de significância estatística de 1%, 5% e 10%, respectivamente.

Por fim, as estimativas da tabela 6 mostram o efeito da reeleição dos prefeitos de esquerda nas taxas de violência contra as mulheres. As taxas de violência psicológica, física, assédio e ameaça reduziram em cerca de 40,91%, 56,51%, 25,31% e 73%, com níveis de significância de 1% e 5%, considerando as estimativas com covariáveis. Isso sugere que a continuidade do mesmo prefeito pode não ser suficiente para gerar mudanças substanciais nessas taxas. Entre os motivos que podem ter contribuído para o pouco impacto da reeleição nas taxas de violência, estão a falta de recursos financeiros, a falta de apoio político ou infraestrutura adequada, o que pode ter influenciado esse resultado. Isto pode ter limitado a capacidade dos prefeitos de promover mudanças significativas após serem reeleitos (Vilasbôas e Paim, 2008).

5.4 Teste de Robustez

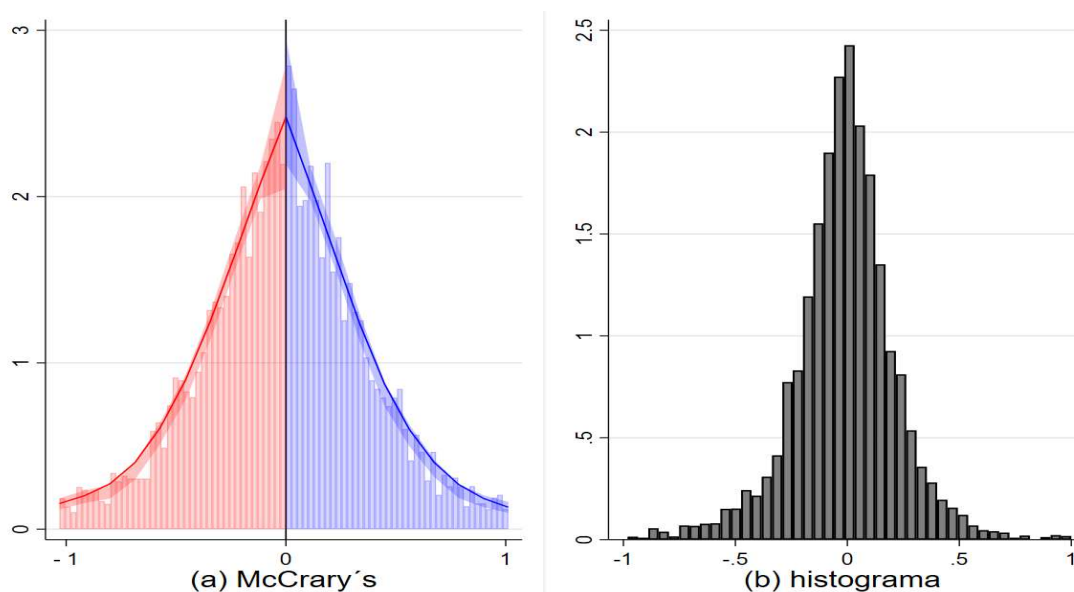
Para garantir a validade das estimativas obtidas através do modelo RDD foram realizados três testes de robustez. O primeiro teste, conhecido como teste McCrary, foi utilizado para verificar a existência de manipulação de votos por parte dos candidatos, por meio da análise da descontinuidade na distribuição da margem de vitória em torno do ponto de corte. O segundo teste, relacionado ao balanceamento de características, foi utilizado para verificar se municípios com prefeitos de direita e de esquerda apresentavam características municipais semelhantes, o que indicaria que a diferença nos resultados se deve a fatores não relacionados à filiação partidária. O terceiro teste, envolvendo a reestimativa do modelo com diferentes tamanhos de bandas e polinômios, foi utilizado para avaliar a sensibilidade dos resultados às mudanças nas especificações do modelo (Cattaneo, Idrobo e Titiunik, 2019).

A manipulação dos votos constitui uma ameaça significativa à validade do RDD, pois invalidaria a variável de execução, a margem de votos. Esta manipulação pode assumir diversas formas, tais como fraude eleitoral, compra de votos, adulteração ou qualquer outra prática

destinada a distorcer o verdadeiro respaldo popular. Portanto, são situações que os candidatos podem utilizar para manipular a quantidade de votos e assim obter a vitória nas eleições. Esta prática pode ocorrer em relação a qualquer um dos candidatos, comprometendo a integridade do processo eleitoral e, conseqüentemente, a capacidade de realizar análises robustas com regressão descontínua (McCrary, 2008).

A confiabilidade do sistema eleitoral brasileiro baseia-se na suposição de que as eleições são realizadas secretamente e por meio do sistema eletrônico. No entanto, o teste McCrary é uma ferramenta valiosa para detectar e identificar possíveis manipulações dos candidatos. A figura 3 (a) ilustra os resultados do teste de manipulação da margem de votos. O teste McCrary indica que não há descontinuidade na distribuição da margem de votos em torno do ponto de corte, o que sugere que os candidatos não manipularam a quantidade de votos para vencer as eleições. Complementando a informação visual, constatou-se também que a hipótese nula e não manipulação foi rejeitada, pois o p-valor é 0,5979.

Figura 3-Teste de continuidade da margem de votos



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do TSE (2012) e TSE (2016)

Nota: O gráfico (a) apresenta o teste McCrary para a variável de execução do RDD, margem de vitória. O teste rejeita a hipótese nula de que a margem de votos é contínua no ponto zero. O p-valor estimado 0,5979 e erro padrão 0.5384.

O histograma (Figura 3 (b)) mostra a densidade da margem de votos. O gráfico revela uma densidade menor à direita de zero, indicando que há uma proporção menor de municípios que elegeram prefeitos de esquerda em comparação com aqueles que elegeram prefeitos de não

esquerda. Observa-se que ao redor do ponto de corte $MVF_{it} = 0$, a densidade permanece constante, indicando uma distribuição contínua nesta região. Além disso, o histograma mostra uma quantidade de votos aproximadamente igual de votos nos municípios onde os prefeitos de esquerda e não esquerda foram eleitos, com uma concorrência mais acirrada à medida que os candidatos se aproximam do ponto de corte.

Após a aplicação do teste McCrary, foi realizado um teste de balanceamento de características para verificar a semelhança entre os grupos de controle e tratamento em termos de suas características observáveis. Este teste é crucial para assegurar que as discrepâncias nos resultados do RDD não tenham origem em diferenças nas características do grupo, mas sim no tratamento aplicado. Para atingir esse objetivo, os pesquisadores comumente realizam regressões semelhantes às usadas para calcular os efeitos desejados, incorporando, desta vez incorporando características municipais que não são diretamente afetadas pelo tratamento, como variáveis dependentes. (Rocha e Bragança, 2004). Conforme destacado por Cattaneo, Idrobo e Titiunik (2019), é essencial incorporar variáveis coletadas antes do tratamento para mitigar vieses decorrentes de diferenças pré-existentes entre os grupos de controle e tratamento, melhorando assim a precisão das estimativas.

Tabela 7-Balanceamento de características. Brasil. 2012 - 2020

Características municipais	Densidade demográfica	População urbana	População Economicamente ativa	Gini	Taxa de desemprego	População Jovem
Prefeitos de esquerda	3,563	- 2,071	0,180	0,007	0,459	0,152
p-valor	0,767 (12,024)	0,227 (1,716)	0,832 (0,851)	0,098 (1,656)	0,095 (0,275)	0,616 (0,304)
Banda ótima	0,270	0,243	0,288	0,306	0,294	0,296
Observações	1,301	1,318	1,486	1,467	1,388	1,404

Notas: Todas as colunas incluem efeito fixo de ano. Os erros padrões de clusters estão entre parênteses. A largura de banda ótima estimada usando a metodologia de Calonico, Cattaneo e Titiunik (2014). ***, **, * indicam nível de significância estatística aos níveis de 1%, 5% a 10%, respectivamente.

A tabela 7 apresenta os resultados do balanceamento das características relacionadas às variáveis municipais. Os resultados indicam que os municípios governados por prefeitos associados a partidos de esquerda e de não esquerda são semelhantes em relação à densidade demográfica, taxa de urbanização, população economicamente ativa, Gini, taxa de desemprego e proporção da população jovem. A hipótese nula de semelhança entre os municípios foi rejeitada com um nível de significância de 5%, sugerindo que, exceto pelo fato de receber ou não o

tratamento, os municípios são semelhantes. Além disso, as médias dessas variáveis nos grupos de controle e tratamento são bastante semelhantes, conforme pode ser verificado na tabela 1.

Tabela 8-Variação do tamanho da banda e do polinômio. Brasil. 2012 - 2020

Violência psicológica												
Prefeito de esquerda	-0,136 (0,068)	-0,096 (0,060)	0,056 (0,096)	0,037 (0,091)	-0,070 (0,052)	-0,046 (0,047)	-0,149 (0,071)	-0,111 (0,069)	0,053 (0,095)	-0,031 (0,081)	0,202 (0,133)	0,182 (0,124)
covariáveis	não	sim	não	sim	não	sim	não	sim	não	sim	não	sim
polinômio	1	1	2	2	1	1	2	2	1	1	2	2
banda ótima	0,304	0,422	0,266	0,271	2*0,304	2*0,422	2*0,266	2*0,304	0,304/2	0,422/2	0,266/2	0,271/2
cluster	1365	1451	1296	1290	1525	1525	1508	1500	977	1153	891	893
n. observações	3493	3900	3295	3444	4777	5016	4646	4737	1996	2501	1877	1978
Violência física												
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)
Prefeito de esquerda	-0,168*** (0,061)	-0,131 (0,053)	-0,096 (0,079)	-0,112 (0,074)	-0,086 (0,045)	-0,037 (0,040)	-0,182*** (0,058)	-0,134 (0,054)	-0,040 (0,084)	-0,061 (0,074)	0,011 (0,111)	-0,018 (0,102)
covariáveis	não	sim	não	sim	não	sim	não	sim	não	sim	não	sim
polinômio	1	1	2	2	1	1	2	2	1	1	2	2
banda ótima	0,247	0,276	0,229	0,225	2*0,247	2*0,276	2*0,229	2*0,225	0,247/2	0,276/2	0,229/2	0,225/2
cluster	1254	1307	1215	1190	1498	1501	1481	1464	846	901	795	781
n. observações	2678	2931	3148	3216	4104	4331	4541	4590	1473	1647	1780	1843
Violência sexual												
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)
Prefeito de esquerda	-0,125 (0,047)	-0,075 (0,043)	-0,122 (0,055)	-0,075 (0,055)	-0,114 (0,035)	-0,081 (0,032)	-0,128*** (0,041)	-0,089 (0,040)	-0,138 (0,067)	-0,088 (0,061)	-0,168 (0,078)	-0,164 (0,078)
covariáveis	Não	sim	não	sim	não	sim	não	Sim	não	sim	não	sim
polinômio	1	1	2	2	1	1	2	2	1	1	2	2
banda ótima	0,238	0,266	0,304	0,284	2*0,238	2*0,266	2*0,304	2*0,284	0,238/2	0,266/2	0,304/2	0,284/2
cluster	1231	1285	1365	1319	1486	1495	1525	1506	825	882	977	925
n. observações	3132	3348	3906	3757	4541	4666	5028	4939	1780	1913	2459	2336
violência financeira												
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)

Prefeito de esquerda	-0,196 (0,035)	-0,170*** (0,031)	-0,235*** (0,040)	-0,264*** (0,040)	-0,116*** (0,025)	-0,088*** (0,023)	-0,151** (0,030)	-0,160*** (0,030)	-0,295 (0,048)	-0,284 (0,041)	-0,334 (0,056)	-0,339 (0,056)
covariáveis	Não	sim	Não	Sim	Não	Sim	Não	sim	não	sim	não	sim
polinômio	1	1	2	2	1	1	2	2	1	1	2	2
banda ótima	0,214	0,276	0,246	0,242	2*0,214	2*0,276	2*0,246	2*0,242	0,214/2	0,138	0,246/2	0,242/2
cluster	1177	1305	1252	1234	1468	1501	1497	1478	758	901	845	825
n. observações	2089	2559	3070	2891	3552	3982	4471	4289	1166	1413	1750	1606
Assédio												
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)
Prefeito de esquerda	-0,066 (0,031)	-0,032 (0,026)	-0,072 (0,034)	-0,034 (0,034)	-0,055 (0,022)	-0,033 (0,020)	-0,067 (0,025)	-0,031 (0,025)	-0,084 (0,047)	-0,037 (0,039)	-0,091 (0,050)	-0,076 (0,050)
covariáveis	não	sim	Não	sim	Não	sim	Não	sim	não	sim	não	sim
polinômio	1	1	2	2	1	1	2	2	1	1	2	2
banda ótima	0,259	0,295	0,394	0,332	2*0,259	2*0,295	2*0,394	2*0,332	0,259/2	0,295/2	0,394/2	0,332/2
cluster	1284	1341	1451	1384	1506	1509	1538	1518	878	951	1130	1021
n. observações	3325	3608	4435	4065	4678	4839	5256	5079	1899	2154	2999	2655
Ameaça												
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)
Prefeito de esquerda	-0,259 (0,064)	-0,211 (0,066)	-0,226 (0,087)	-0,225 (0,085)	-0,203*** (0,050)	-0,191 (0,051)	-0,289*** (0,066)	-0,237*** (0,064)	-0,215 (0,087)	-0,224 (0,089)	-0,250 (0,115)	-0,262 (0,112)
covariáveis	Não	Sim	Não	sim	Não	sim	não	sim	não	sim	não	sim
polinômio	1	1	2	2	1	1	2	2	1	1	2	2
banda ótima	0,327	0,268	0,269	0,268	2*0,327	2*0,268	2*0,269	2*0,268	0,327/2	0,268/2	0,269/2	0,268/2
cluster	1392	1287	1299	1287	1531	1499	1512	1499	1019	886	897	886
n. observações	3565	3266	3673	3626	4836	4721	4906	4852	2093	1939	2208	2175

Nota: * A taxa vcm é a interligação das taxas de violência física, sexual, psicológica e financeira (representa o fato de a vítima sofrer mais de um tipo de agressão). Todas as colunas incluem efeito fixo de ano. Os erros padrões de clusters estão entre parênteses. A largura de banda ótima estimada usando a metodologia de Calonico, Cattaneo e Titiunik (2014). As estimativas usaram polinômio 1 e a kernel é a triangular. ***, **, * indicam nível de significância estatística aos níveis de 1%, 5% a 10%, respectivamente

No terceiro teste de robustez, os dados foram reestimados com diferentes larguras de banda e polinômios. Analisar as mudanças nesses dois aspectos nos resultados do RDD é essencial. A largura da banda determina quais observações são incluídas na análise como parte dos grupos de tratamento e controle. A diferença entre uma largura menor e uma largura maior tem implicações significativas para a variância e o viés da estimativa dos efeitos do tratamento. Nesse contexto, uma banda pequena, que inclui apenas um pequeno intervalo de valores ao redor do ponto de corte, pode resultar em uma variância maior na estimativa do efeito do tratamento. Isso ocorre porque há menos observações incluídas na análise, o que pode aumentar a variabilidade da estimativa devido uma amostra menor. Por outro lado, uma banda maior inclui mais observações na análise, resultando em uma redução da variância (Cattaneo; Idrobo; Titiunik, 2019).

Em relação ao viés, Cattaneo; Idrobo; Titiunik (2019) afirmaram que uma largura de banda menor no RDD tende a reduzir o viés na estimativa do efeito do tratamento, ao concentrar as observações mais próximas do ponto de corte. Isso pode minimizar a influência de fatores não observados que variam com a distância do ponto de corte. Por outro lado, utilizar uma largura de banda maior acaba aumentando o viés. Diante desse antagonismo entre viés e variância, dependendo da escolha da banda os autores Cattaneo; Idrobo; Titiunik (2019) desenvolveram uma banda ótima, que fornece um equilíbrio entre a precisão da estimativa e a redução do viés.

O segundo aspecto relevante para as estimativas do RDD é o tamanho do polinômio, o que contribui para melhorar a precisão dos resultados. Em geral, aumentar a ordem do polinômio melhora a precisão da aproximação, porém também aumenta a variância do estimador do efeito do tratamento, o que pode levar a resultados menos confiáveis, principalmente próximos ao ponto de corte. Devido a essa consideração, Cattaneo, Idrobo e Titiunik (2019) afirmaram que os pesquisadores geralmente optam por utilizar o polinômio linear (polinômio de grau 1). Embora à primeira vista possa parecer que o polinômio linear não oferece flexibilidade suficiente, a largura de banda adequada pode ajustar para fornecer estimativas confiáveis.

Dado que as alterações na largura da banda e do polinômio podem alterar as estimativas do modelo RDD, a tabela 8 apresenta os resultados das estimativas quando a largura da banda ótima é dobrada e reduzida pela metade, bem como o efeito da mudança da ordem do polinômio de 1 para 2. No geral, as mudanças no polinômio e da largura da banda não parecem alterar significativamente os valores das estimativas. Por exemplo, ao analisar se o valor estimado da taxa de violência sexual mudou quando a banda foi dobrada, observou-se pouca variação entre as estimativas, que oscilaram de -0,1253 (coluna 1) para -0,1146 (coluna 5). Quando a banda

foi reduzida pela metade, a estimativa passou a ser -0,138. Ao comparar os valores da coluna 1 com os da coluna 3, que apresenta as estimativas sem usar as covariáveis, e considerando que a única diferença é o polinômio, observou-se uma variação de -0,125 (coluna 1) para -0,122 (coluna 3). Esse padrão pode ser observado em outras variáveis. Portanto, os dados demonstram robustez para diferentes especificações, e também robustos para testes McCrary e balanceamento de características.

6. POTENCIAIS MECANISMOS

Nesta seção, serão examinados os potenciais mecanismos, tanto econômicos quanto não econômicos, que podem ter sido utilizados pelos prefeitos de esquerda para reduzir as taxas de violência contra as mulheres. Para realizar esta análise, considerou-se a seguinte especificação empírica.

$$\log (M_{it}) = \alpha + \beta F_{it} + f (MVF_{it}) + X_{it} + \mu_t + e_{it} \quad (4)$$

A variável dependente $\log (M_{it})$ representa os mecanismos que um prefeito filiado a um partido de esquerda pode adotar em seu município para reduzir a violência de gênero. F_{it} é igual a 1 se o prefeito pertence à ideologia partidária de esquerda, no tempo (t) e município (i), enquanto MVF_{it} representa a margem de vitória nas eleições. O $f ()$ representa o polinômio usado para calcular a margem de vitória. A variável X_{it} representa as covariáveis. A variável μ_t é o efeito fixo de tempo. Por fim, e_{it} é o termo de erro e β é o coeficiente de interesse sobre condições específicas.

Para realizar uma análise adequada dos mecanismos, foram adotados procedimentos específicos. Inicialmente, a base de dados utilizada para estimar esses mecanismos foi balanceada, garantindo uma observação mais precisa e confiável da evolução ao longo do tempo dos efeitos das políticas relacionadas à educação, emprego, saúde e assistência social, que podem ser implementadas por prefeitos filiados a partidos de esquerda. Essa estratégia foi escolhida devido à observação de municípios ausentes em ambas as eleições ao longo dos oito anos. Portanto, excluíram-se os municípios que não participaram das duas eleições para evitar qualquer viés na análise. A ausência de dados consistentes sobre esses municípios poderia dificultar ou tornar imprecisa a avaliação do impacto das políticas implementadas ao longo de oito anos.

O segundo passo na estimativa dos mecanismos envolveu a fixação da banda. Ao estimar a banda ótima conforme preconizado por Calonico, Cattaneo e Titiunik (2014), observou-se que as larguras das bandas eram diferentes, mesmo analisando a mesma categoria de mecanismos. Por exemplo, na categoria de atividade econômica, as variáveis ocupação municipal (banda superior: 0,083 e banda inferior: 0,191) e PIB (banda superior: 0,025 e banda inferior: 0,101) apresentaram diferentes tamanhos de bandas ótimas. Essa disparidade dificultou a análise dos mecanismos, pois a variação na largura da banda fez com que os mesmos municípios não

estivessem sendo comparados em torno do ponto de corte. A fixação da banda ótima foi adotada conforme recomendação de Akhtari, Moreira e Trucco (2022), que usaram a média das bandas superior e inferior para fixar a banda. Essa abordagem garantiu uma quantidade equivalente de municípios em todas as estimativas, proporcionando uma interpretação mais robusta do impacto de eleger um prefeito de esquerda.

Por fim, é importante destacar que não foram analisados mecanismos de segurança pública, uma vez que essa área é de responsabilidade do Estado, não do município. Uma alternativa para avaliar a atuação do prefeito, mesmo que indiretamente nessa área, seria através das variáveis guardas municipais e despesas com segurança. Entretanto, essas duas variáveis não forneceriam estimativas precisas, devido à ausência de dados para muitos municípios. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (BRASIL, 2012), apenas 21,3% dos municípios relataram a existência de guardas municipais, totalizando apenas 1.188 municípios brasileiros. Além disso, a pesquisa não incorporou a variável despesa com segurança devido à ausência de dados em mais de 4.675 municípios, conforme verificado pelo Ministério da Fazenda – Secretaria do Tesouro nacional (IPEADATA, 2023). Essa ausência de dados de segurança municipais somente reforça que essa área é de responsabilidade do Estado.

6.1 Canais de transmissão

Em econometria, o termo “mecanismos” refere-se aos diversos caminhos causais que podem ser utilizados para identificar o efeito causal entre duas variáveis (Morgan e Winship, 2014; Rosenzweig e Wolpin, 2000). Nesta tese, tais mecanismos representam os potenciais canais que os prefeitos vinculados a partidos de esquerda poderiam adotar para reduzir as taxas de violência contra as mulheres nos municípios brasileiros. Portanto, a identificação desses mecanismos pode auxiliar pesquisadores e políticos a formular e implementar políticas públicas mais eficazes para reduzir a violência de gênero. Para uma melhor compreensão, esses mecanismos foram agrupados em duas categorias: condições do mercado de trabalho e provisão de bens públicos. As variáveis representativas desses mecanismos foram obtidas de diversas fontes de dados (Quadro 2), com período de coleta abrangendo os anos de 2012 a 2020.

6.1.1 Mercado de trabalho

O grupo relacionado ao mercado de trabalho compreende diversas variáveis que oferecem uma visão abrangente de trabalho das mulheres. Abrange variáveis como a atividade

econômica, representada pelo PIB e pelo salário médio municipal, bem como a participação feminina no mercado de trabalho. Dentre as variáveis ligadas à presença das mulheres no mercado de trabalho, destacam-se a taxa de ocupação feminina municipal, a proporção de mulheres empregadas nos serviços de saúde vinculados ao poder executivo municipal, a taxa de mulheres empregadas na assistência social pelo poder executivo municipal e a taxa de mulheres empregadas na segurança pública pelo poder executivo municipal. Essas variáveis oferecem uma avaliação abrangente da situação econômica e da participação feminina no mercado de trabalho.

A análise das variáveis relacionadas ao mercado de trabalho ganha destaque devido a estudos recentes que enfatizam a influência da atividade econômica na compreensão da violência contra as mulheres (Silva, Godoy e Morais, 2015; Silva Alves, 2021). Em geral, as pesquisas indicam que mulheres dos municípios com melhores condições econômicas têm menor probabilidade de enfrentar agressões dos seus parceiros. Por outro lado, a baixa atividade econômica pode, por exemplo, aumentar o desemprego nos municípios, contribuindo para o estresse e a pressão nos relacionamentos, aumentando conseqüentemente a incidência da violência contra as mulheres. Além disso, as mulheres podem ter menos acesso a recursos financeiros, apoio social e serviços de proteção, fatores que também podem contribuir para a vulnerabilidade das mulheres à violência.

Além disso, nas comunidades mais desfavorecidas, a resposta institucional e o acesso aos serviços de segurança podem ser limitados, contribuindo para a perpetuação da violência. Portanto, é importante considerar o impacto da atividade econômica, representado pelo PIB, como um possível mecanismo que permitiu reduzir as taxas de violência contra as mulheres apresentadas na tabela 2. A Tabela 9 apresenta as estimativas do modelo RDD para essa variável. As estimativas utilizando covariáveis revelaram que nos municípios que elegeram prefeitos de esquerda houve um crescimento da atividade econômica em torno de 6,71%, com resultado significativo ao nível de 1%.

Tabela 9-Efeito de um prefeito de esquerda sobre a atividade econômica e mercado de trabalho. Brasil. 2012 - 2020

	PIB	salário médio municipal	salário médio municipal (mulher)	ocupação municipal	ocupação municipal (mulher)	mulheres ocupadas no serviço público (executivo municipal)	taxa de mulheres ocupadas no serviço de saúde municipal	taxa de mulheres ocupadas nos serviços de assistência social	taxa de mulheres ocupadas nos serviços de segurança municipal
Painel A : sem covariáveis									
Prefeito de esquerda	0,239***	0,057***	0,051***	-0,063***	0,055	0,062	0,055***	0,053***	0,045***
p-valor	0,000	0,000	0,000	0,000	0,322	0,420	0,000	0,000	0,000
	(0,008)	(0,007)	(0,008)	(0,006)	(0,056)	(0,077)	(0,010)	(0,008)	(0,010)
banda ótima	0,101	0,165	0,185	0,191	0,139	0,228	0,226	0,227	0,187
usando a banda	0,183	0,183	0,183	0,183	0,183	0,183	0,183	0,183	0,183
observações	2200	2200	2200	2200	2200	2200	2107	2000	1301
Painel B : com covariáveis									
	PIB	salário médio municipal	salário médio municipal (mulher)	taxa de ocupação municipal	taxa de ocupação municipal (mulher)	mulheres ocupadas no serviço público (executivo municipal)	taxa de mulheres ocupadas no serviço de saúde municipal	taxa de mulheres ocupadas nos serviços de assistência social	taxa de mulheres ocupadas nos serviços de segurança municipal
Prefeito de esquerda	0,065***	0,054***	0,052***	-0,046***	0,208***	-0,059	0,024**	0,025***	0,013
p-valor	0,000	0,000	0,000	0,000	0,000	0,449	0,019	0,004	0,211
	(0,008)	(0,007)	(0,008)	(0,007)	(0,056)	(0,078)	(0,010)	(0,008)	(0,010)
banda ótima	0,101	0,165	0,185	0,191	0,139	0,228	0,226	[0,129 0,227]	0,187
usando a banda	0,183	0,183	0,183	0,183	0,183	0,183	0,183	0,183	0,183
observações	2175	2175	2175	2175	2175	2175	2091	1975	1288

Nota: Os resultados da tabela foram construídos com largura de banda fixa. A banda fixa é a média da banda superior e inferior. Polinômio 1 e kernel triangular, os erros padrão estão entre parênteses, ***, **, * indicam nível de significância estatística aos níveis de 1%, 5% a 10%, respectivamente

O aumento da atividade econômica pode trazer amplos benefícios para a economia local, tais como o desenvolvimento de infraestrutura, o apoio as iniciativas empresariais locais e parcerias público-privadas (Périco, 2009). Estes benefícios têm o potencial de gerar melhorias significativas nas condições de vida das mulheres. Com o crescimento econômico, ampliam-se as oportunidades de emprego, contribuindo não só para a autonomia financeira das mulheres, mas também para a redução da dependência em situações vulneráveis (Tauchen *et al.*, 1991; Tauchen, Witte e Long, 1985; Farmer e Tiefenthaler, 1997; Krug *et al.*, 2002; Aizer, 2010). Além disso, a prosperidade econômica pode incentivar o desenvolvimento de serviços e organizações de apoio às mulheres nas comunidades locais, fortalecendo assim a rede de apoio social (Schraiber *et al.*, 2005; Santos, 2015).

Para complementar a análise do mercado de trabalho, verificou-se se houve melhorias nas condições de emprego das mulheres. Isso foi feito por meio da avaliação de duas variáveis: o salário médio municipal e a taxa de ocupação dos empregos formais no município, desagregados por gênero. A análise destas variáveis visa determinar se eleger um prefeito de esquerda resultou em um aumento global no emprego ou se esse aumento beneficiou especificamente as mulheres. É importante mencionar que o impacto dos salários já foi estudado anteriormente, como evidenciado por Aizer (2010), que investigou o efeito das disparidades salariais entre homens e mulheres nas taxas de violência doméstica nos Estados Unidos. A sua conclusão destacou que o aumento dos salários das mulheres aumenta o seu poder de negociação nos relacionamentos, resultando na redução das incidências de violência baseada no gênero.

Com base nessas evidências, foram realizadas estimativas para verificar se, nos municípios que elegeram prefeitos de esquerda, os salários das mulheres aumentaram entre 2012 a 2020. As estimativas da tabela 9 mostraram que os salários das mulheres apresentaram um crescimento em torno de 5,33%, com um nível de significância de 1% (considerando as covariáveis). Além disso, os resultados indicaram um aumento de cerca de 23,12% na proporção de mulheres ocupadas em empregos formais nesses municípios, sendo esses resultados significativos ao nível de 1% (considerando as covariáveis). Ao desagregar essa variável para analisar quais eram as áreas que mais empregaram as mulheres, constatou-se que a saúde e a assistência social tiveram um aumento de 2,4% e 2,53%, respectivamente. Porém, ao analisar se a área da segurança contratou mais mulheres, os resultados não foram significativos. Isso é algo negativo, pois a maior contratação de mulheres nessas três áreas indica o reconhecimento, por parte dos prefeitos de esquerda, da importância de atender às necessidades específicas das mulheres.

Aumentar a contratação de mulheres é benéfico para estas três áreas. Na segurança, mais agentes policiais do sexo feminino ajudam a proteger os seus pares contra a violência doméstica e o assédio sexual (Bhalotra e Clots-Figueras, 2014). Na assistência social, mais assistentes sociais apoiam outras mulheres em desafios como a pobreza, falta de moradia e dependência de drogas (Carloto e Mariano, 2010). Na saúde, a presença significativa de profissionais do sexo feminino é essencial para compreender as preocupações dos pacientes, melhorando a empatia e a qualidade dos cuidados, especialmente em questões delicadas como a violência contra as mulheres (Silva e Oliveira, 2015). Portanto, a contratação de mais mulheres nos setores de saúde, segurança e assistência social pode melhorar a capacidade do município de satisfazer as necessidades específicas das mulheres. Isso, por sua vez, pode contribuir para reduzir a violência de gênero, uma vez que esses profissionais desempenham um importante papel na prevenção, identificação e tratamento de incidentes de violência (Oliveira *et al.*, 2005; Barros, 2017;; Peixoto *et al.*, 2024).

O aumento da contratação de mulheres, tanto direta quanto indireta pelo poder executivo, parece ter contribuído para atenuar a violência de gênero nos municípios que elegeram prefeitos de esquerda, conforme indicado pelos resultados da Tabela 9. Esse impacto positivo pode ser atribuído, em parte, à promoção da autonomia financeira das mulheres. A expansão do emprego feminino não apenas fortalece a participação econômica das mulheres, mas também desempenha um papel na redução da vulnerabilidade à violência de gênero. As mulheres financeiramente independentes têm maior capacidade de tomar decisões sobre as suas vidas e recursos, o que pode resultar na diminuição da dependência e da expansão a situações de violência. Ao analisar a taxa de emprego municipal, que abrange empregos formais para ambos os sexos, observou-se uma redução de aproximadamente 4,7%. Esse resultado sugere que as políticas adotadas por prefeitos filiados a partidos de esquerda no mercado de trabalho têm um impacto maior sobre as mulheres.

6.1.2 Provisão de bens públicos

O conjunto de ações relacionadas à provisão de bens públicos abrange variáveis que englobam as decisões políticas e a alocação de recursos públicos pelo prefeito. Este grupo inclui a arrecadação de impostos para financiar a construção e manutenção de infraestruturas, serviços públicos e outras iniciativas que beneficiam a coletividade. Nesse cenário, para avaliar se prefeitos filiados a partidos de esquerda buscaram efetivamente atender às necessidades da população, foram utilizadas como indicadores as seguintes variáveis: despesa com saúde e

educação, arrecadação de ISS, receita tributária, creches, pré-escola, assistência à saúde e mortalidade infantil.

Na área educacional, o prefeito pode reduzir as agressões contra as mulheres aumentando o número de vagas em creches e pré-escolas, além de investir mais em educação. Essa expansão beneficia a qualidade de vida das mulheres, facilita a entrada no mercado de trabalho e promove estabilidade profissional (Cerqueira; Moura; Izumino, 2019). Nesse contexto, a tabela 10 mostrou que nos municípios que elegeram prefeitos de esquerda houve uma redução de 9,96% nos gastos relacionados à educação, sendo esse resultado significativo ao nível de 1% (considerando as covariáveis).

Tabela 10-Capacidade governamental de provisão de bens públicos pelos prefeitos de esquerda. Brasil. 2012 - 2020

Painel A: sem covariáveis				
	gasto com saúde	gasto com educação	arrecadação de ISS	receita orçamentária
Prefeito de esquerda	0,214***	0,080**	0,480***	0,164***
P-valor	0,000	0,036	0,000	0,000
	(0,036)	(0,038)	(0,021)	(0,026)
banda ótima	[0,056 0,152]	[0,112 0,177]	[0,032 0,156]	[0,053 0,152]
usando a banda	[0,063 0,159]	[0,063 0,159]	[0,063 0,159]	[0,063 0,159]
polinômio	1	1	1	1
kernel	Triangular	Triangular	Triangular	Triangular
observações	[1323 1435]	[1328 1436]	[1367 1463]	[1342 1446]
Painel B : com covariáveis				
Prefeito de esquerda	0,031	-0,095***	0,187***	-0,00071
P-valor	0,298	0,003	0,000	0,981
	(0,030)	(0,031)	(0,030)	(0,029)
banda ótima	[0,056 0,152]	[0,112 0,177]	[0,032 0,156]	[0,053 0,152]
usando a banda	[0,063 0,159]	[0,063 0,159]	[0,063 0,159]	[0,063 0,159]
polinômio	1	1	1	1
kernel	Triangular	Triangular	Triangular	Triangular
observações	[1312 1415]	[1317 1416]	[1355 1444]	[1331 1426]

Nota: Os resultados da tabela foram construídos com largura de banda fixa. A banda fixa é a média da banda superior e inferior. Polinômio 1 e kernel triangular, os erros padrão estão entre parênteses, ***, **, * indicam nível de significância estatística aos níveis de 1%, 5% a 10%, respectivamente.

A insuficiente alocação de recursos na educação prejudicou a disponibilidade de vagas nas pré-escolas, resultando em uma queda de 4,7%. Por outro lado, os prefeitos filiados a partidos de esquerda parecem ter destinado mais recursos às creches, levando a um aumento de aproximadamente 8,0% nas vagas nessas instituições (tabela 11). Esses resultados são

significativos ao nível de 1% (considerando as covariáveis). A redução de vagas nas pré-escolas traz consequências negativas, como a diminuição da participação feminina no mercado de trabalho e aumento do trabalho doméstico, além de tornar as mulheres mais vulneráveis a relacionamentos abusivos. Assim, a escassez destas instituições educacionais pode intensificar a vulnerabilidade das mulheres à violência (Cerqueira, Moura e Izumino, 2019; Campos, Tchalekian e Paiva, 2020).

Tabela 11-Impacto do prefeito de esquerda sobre a educação municipal. Brasil. 2012 - 2020

Painel A: sem covariáveis		
	creches	pré-escolas
Prefeito de esquerda	0.145***	-0.037***
P-valor	0,000	0,000
	(0.029)	(0.008)
banda ótima	[0.056 0.169]	[0.132 0.295]
usando a banda	[0.094 0.232]	[0.094 0.232]
polinômio	1	1
kernel	Triangular	Triangular
observações	[2255 2306]	[2255 2306]
Painel B : com covariáveis		
Prefeito de esquerda	0.077***	-0.046***
P-valor	0,006	0,000
	(0.028)	(0.008)
banda ótima	[0.056 0.169]	[0.132 0.295]
usando a banda	[0.094 0.232]	[0.094 0.232]
polinômio	1	1
kernel	Triangular	Triangular
observações	[2223 2281]	[2223 2281]

Nota: Os resultados da tabela foram construídos com largura de banda fixa. A banda fixa é a média da banda superior e inferior. Polinômio 1 e kernel triangular, os erros padrão estão entre parênteses, ***, **, * indicam nível de significância estatística aos níveis de 1%, 5% a 10%, respectivamente.

Ao analisar a área da saúde, constatou-se que os municípios que elegeram prefeitos de esquerda demonstraram uma tendência a priorizar investimento nesta área. Os dados evidenciaram um aumento de 23,86%, com um nível de significância de 1%, sem considerar covariáveis. Entretanto, ao considerar as covariáveis na análise dos gastos com saúde, constatou-se um aumento de 3,14%, não apresentando significância estatística (tabela 10). Isso sugere que outros fatores para além da ideologia partidária do prefeito podem estar influenciando o investimento em saúde. Por exemplo, características demográficas, econômicas e sociais dos municípios podem estar desempenhando um papel importante nesse aumento aparente de

investimento quando as covariáveis não são consideradas. Uma vez controladas essas variáveis na análise, o efeito direto da eleição de um prefeito de esquerda não é tão pronunciado.

Nesse contexto, é relevante destacar a implementação da Emenda Constitucional n.º 95/2016, conhecida como PEC do teto dos gastos, que estipulou o congelamento dos gastos públicos de educação e saúde por 20 anos no Brasil. A implementação dessa emenda pode ser um dos fatores que estão influenciando os resultados relacionados aos gastos públicos de saúde e educação da tabela 10 (Figueiredo et al., 2018). Além disso, os resultados das Tabelas 10 e 11 indicam que, mesmo com disparidades na alocação de recursos para a educação e saúde, as taxas de violência contra as mulheres diminuíram em municípios que elegeram prefeitos de esquerda, conforme mostra a Tabela 2. Assim, apesar das estimativas do modelo RDD gastos mais baixos com a educação nestas localidades, as taxas de violência, violência permanecem baixas. Isto sugere que a ênfase na saúde por parte dos prefeitos de esquerda desempenha um papel relevante na construção de municípios mais seguros, compensando, em certa medida, a redução nos investimentos em outras áreas.

A expansão dos serviços de saúde traz consigo uma série de benefícios que têm potencial para ajudar a prevenir a violência contra as mulheres. Dentre esses benefícios, destacam-se: i) prestação de informação e educação sobre saúde sexual e reprodutiva, contribuindo para a prevenção da violência sexual e da gravidez indesejada; ii) prestação de assistência médica em casos de violência, possibilitando a recuperação física e emocional das vítimas; iii) as mulheres que recebem tratamento médico em situação de violência podem sentir-se inclinadas a denunciar o agressor. Além disso, a expansão dos serviços de saúde para as mulheres não apenas desempenha um papel na prevenção da violência, mas também pode contribuir para a redução da pobreza e da desigualdade de gênero, fatores intrinsecamente associados à incidência da violência contra as mulheres (Porto, 2006; Ferrante, Santos e Vieira, 2009; Kerman e Betrus, 2020; Martins, Cerqueira e Matos, 2015; Grossi, Tavares e Oliveira, 2008).

Com base na constatação de que a área da saúde pode impactar as taxas de violência baseada no gênero, realizou-se uma análise abrangente dessa área por meio de duas variáveis: mortalidade infantil e assistência à saúde da mulher. A variável mortalidade infantil foi utilizada como um indicador para avaliar o comprometimento dos prefeitos de esquerda com a redução da pobreza. Essa variável é considerada um bom indicador do nível de desenvolvimento social e econômico de uma região, uma vez que está intrinsecamente ligada a fatores como qualidade de vida, acesso a serviços essenciais e disponibilidade de recursos institucionais. Portanto, altas taxas de mortalidade infantil refletem condições precárias de vida e saúde, indicando um nível

reduzido de desenvolvimento social e econômico (Jewkes, 2002; Barreto, Santos e Carvalho, 2018; Brambilla e Cunha, 2022; Costa *et al.*, 2003).

Tabela 12-Impacto da gestão de um prefeito de esquerda sobre a saúde municipal. Brasil. 2012 - 2020

Painel A: sem covariáveis		
	Assistência à saúde da mulher	Mortalidade infantil
Prefeito de esquerda	0.0242***	0.0329
p-valor	0,007 (0.008)	0,280 (0.030)
banda ótima	[0.111 0.205]	[0.080 0.170]
usando a banda	[0.095 0.187]	[0.095 0.187]
polinômio	1	1
kernel	Triangular	Triangular
observações	[2274 2339]	[2274 2339]
Painel B : com covariáveis		
Prefeito de esquerda	0.0083	-0.0276
p-valor	0,355 (0.008)	0,367 (0.030)
banda ótima	[0.111 0.205]	[0.08 0.170]
usando a banda	[0.095 0.187]	[0.095 0.187]
polinômio	1	1
kernel	Triangular	Triangular
observações	[2242 2314]	[2242 2314]

Nota: Os resultados da tabela foram construídos com largura de banda fixa. A banda fixa é a média da banda superior e inferior. Polinômio 1 e kernel triangular, os erros padrão estão entre parênteses, ***, **, * indicam nível de significância estatística aos níveis de 1%, 5% a 10%, respectivamente.

Os resultados apresentados na tabela 12 indicam que a redução de 2,72% nas taxas de mortalidade infantil não está correlacionada com a eleição de prefeitos de esquerda, uma vez que este resultado não apresentou significância estatística, conforme evidenciado no painel B. Uma segunda variável considerada para avaliar a eficácia dos prefeitos de esquerda na gestão da saúde foi a assistência à saúde da mulher. Este indicador é essencial para avaliar o desempenho do prefeito na área da saúde, pois reflete o compromisso do gestor com a saúde da população, especialmente das mulheres e crianças. As altas taxas de atendimento às mulheres por parte dessas equipes indicam que o prefeito está empenhado em fornecer educação e promoção da saúde, compartilhando informações práticas sobre cuidados infantis e planejamento familiar. (Cruz *et al.*, 2019).

Nesse contexto, os resultados apresentados na tabela 12 revelaram que o aumento de 0,8% na assistência à saúde da mulher não está associado à eleição de prefeitos de esquerda, uma vez que este resultado não demonstrou significância estatística. Portanto, indica que a ideologia partidária do prefeito pode não ser um fator determinante na expansão dos serviços de saúde para as mulheres. Contudo, é essencial reconhecer que o aumento na assistência à saúde das mulheres pode trazer benefícios significativos em diferentes áreas. Por exemplo, essa melhoria pode ajudar na detecção e na abordagem de casos de violência contra a mulher, ao fornecer treinamentos aos profissionais de saúde para identificar sinais de violência e oferecer apoio às vítimas. Além disso, a expansão destes serviços proporciona cuidados essenciais para a saúde e o bem-estar das mulheres, tais como planejamento familiar, atendimento pré-natal e pós-natal, e cuidados com a saúde sexual e reprodutiva. Esses serviços têm o potencial de melhorar a qualidade de vida das mulheres, reduzir o estresse e diminuir a vulnerabilidade, fatores que podem contribuir para a redução do risco de violência de gênero.

Em seguida, realizou-se uma análise adicional para verificar se os municípios que elegeram os prefeitos de esquerda aumentaram a arrecadação tributária e a receita orçamentária. A análise das receitas fiscais é importante porque estas variáveis mostram a capacidade do governo local para financiar iniciativas e políticas destinadas a mitigar a violência baseada no gênero. Estes recursos financeiros podem ser direcionados para programas de educação sobre gênero, serviços de apoio às vítimas e programas para a reabilitação dos agressores. Além disso, o aumento da receita fiscal pode contribuir para fortalecer o acesso à justiça (Capraro, 2016).

De modo geral, os resultados indicaram que nos municípios que elegeram prefeitos de esquerda, a arrecadação tributária, especificamente o Imposto sobre Serviços (ISS), registrou um aumento de aproximadamente 20,56%, com nível de significância de 1%, ao considerar as covariáveis. Por outro lado, a receita orçamentária desses municípios sofreu uma redução de 0,71%, porém esse resultado não foi estatisticamente significativo, conforme mostra a tabela 10. Esse aumento na arrecadação de ISS sugere uma maior capacidade financeira desses municípios para implementar programas e políticas destinadas a combater a violência de gênero.

Tabela 13-Efeito do prefeito de esquerda sobre a violência contra mulher depois das eleições. Brasil. 2012 -2020

	psicológica	física	sexual	financeira	assédio	ameaça	vcm
Painel A: 1 ano após as eleições							
Prefeito de esquerda	-0,122 (0,149)	-0,047 (0,127)	0,002 (0,123)	-0,312*** (0,078)	-0,006 (0,078)	-0,272* (0,154)	-0,096** (0,114)
n. observações	1661	1503	1314	1167	1315	1669	1545
clusters	1140	1091	984	1078	0,258	1139	1108
banda ótima	0,433	0,337	0,255	0,324	0,258	0,430	0,367
Painel B: 2 anos após as eleições							
Prefeito de esquerda	-0,079 (0,148)	-0,126 (0,111)	-0,155 (0,111)	-0,283*** (0,087)	-0,111 (0,079)	-0,245 (0,154)	-0,089 (0,103)
n. observações	1724	1844	1573	1260	1458	1760	1829
clusters	1205	1241	1122	1072	1100	1216	1236
banda ótima	0,356	0,431	0,278	0,251	0,270	0,371	0,421
Painel C: 3 anos após as eleições							
Prefeito de esquerda	-0,132 (0,156)	-0,233 (0,122)	-0,279 (0,109)	-0,043 (0,077)	-0,117 (0,071)	-0,299 (0,169)	-0,149 (0,100)
n. observações	1739	1493	1712	1710	1754	1654	1739
clusters	1210	1204	1214	1201	1234	1189	1314
banda ótima	0,292	0,289	0,295	0,287	0,307	0,277	0,396
Painel D: 4 anos após as eleições							
Prefeito de esquerda	-0,090 (0,144)	-0,154 (0,098)	-0,109 (0,101)	-0,024 (0,064)	-0,016 (0,064)	-0,236 (0,148)	-0,073 (0,099)
n. observações	1667	1556	1677	1691	1592	1535	1404
clusters	1183]	1243	1187	1213	1162	1109	1063
banda ótima	0,313	0,378	0,317	0,338	0,297	0,270	0,242

Nota: * A taxa vcm é a interligação das taxas de violência física, sexual, psicológica e financeira (representa o fato de a vítima sofrer mais de um tipo de agressão). Todas as colunas incluem efeito fixo de ano. Os erros padrões de clusters estão entre parênteses.

A análise final dos mecanismos avaliou o seu impacto ao longo dos quatro anos de mandato dos prefeitos de esquerda, por meio dos painéis A,B, C e D da tabela 13. Os painéis mostram que as taxas de violência começaram a cair no segundo ano de mandato, com redução da taxa de violência financeira em cerca de 32,71% ($100 \times [\exp(-0,283) - 1]$), com um nível de significância de 1%. Ao comparar as taxas do terceiro ano com as do quarto ano, constatou-se que houve queda adicional em todas as taxas no último ano do mandato. Estes resultados sugerem que o efeito dos mecanismos adotados pelos prefeitos para mitigar a violência de gênero requer um período prolongado para se manifestar completamente.

6.2 Homicídios

Estimativas anteriores indicaram que os municípios que elegeram prefeitos de esquerda apresentaram taxas mais baixas de violência contra as mulheres. Contudo, há possibilidade de que esses resultados estejam viesados devido à subnotificação. Para contornar essa limitação, foram realizadas estimativas utilizando a variável de homicídios femininos, uma vez que, dada a gravidade destes casos, é mais provável que sejam registrados oficialmente pelas autoridades. Além disso, os homicídios são um indicador mais preciso da violência contra as mulheres do que outras formas, pois representam o desfecho mais extremo deste fenômeno. Portanto, a estimativa com esta variável ajuda a superar a subnotificação.

Tabela 14-Impacto do prefeito de esquerda sobre os homicídios. Brasil. 2012 - 2020

Painel A: sem covariáveis				
	Taxa de homicídios	taxa de homicídio de jovens	taxa de homicídio de homens	taxa de homicídio de mulheres
Prefeito de esquerda	0.0695	-0.0312	0.0507	0.0451
P-valor	0.005	0.402	0.084	0.528
Erro padrão	0.0249	0.0372	0.0293	0.0715
banda ótima	[0.199 0.353]	[0.157 0.366]	[0.189 0.312]	[0.201 0.371]
usando a banda	[0.186 0.350]	[0.186 0.350]	[0.186 0.350]	[0.186 0.350]
Polinômio	1	1	1	1
kernel	triangular	triangular	triangular	triangular
observações	[2734 2748]	[2028 1997]	[2645 2673]	[1032 1018]
Painel B : com covariáveis				
Prefeito de esquerda	0.0553	-0.0470	0.0326	0.0788
P-valor	0.033	0.210	0.278	0.163

Erro padrão	0.0259	0.0375	0.0301	0.0564
banda ótima	[0.199 0.353]	[0.157 0.366]	[0.189 0.312]	[0.201 0.371]
usando a banda	[0.186 0.350]	[0.186 0.350]	[0.186 0.350]	[0.186 0.350]
Polinômio	1	1	1	1
kernel	triangular	triangular	triangular	triangular
observações	[2722 2728]	[2025 1985]	[2633 2655]	[1030 1014]

Nota: Os resultados da tabela foram construídos com uma banda fixa. A banda fixa é a média da banda superior e inferior

Os resultados da tabela 14 mostraram um aumento na taxa geral de homicídios de aproximadamente 5,65%, com um nível de significância de 5%, conforme o painel B. No entanto, ao desagregar a variável homicídio, observou-se que não houve resultados significativos. Este resultado sugere que, embora exista uma associação entre prefeitos de esquerda e menores taxas de violência contra as mulheres, esta relação pode não se refletir plenamente nos homicídios femininos. Essa diferença pode ser atribuída a vários fatores. Por exemplo, as políticas adotadas pelos prefeitos podem ser mais eficazes na redução de agressões “menos graves”. Assim, para reduzir as taxas de homicídios, outras políticas específicas devem ser necessárias. Além disso, as vítimas podem sentir medo de denunciar as agressões, o que leva a subnotificação das taxas de violência.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese investigou o impacto da eleição de prefeitos de esquerda nas taxas de violência contra as mulheres. No geral, as estimativas do modelo RDD indicaram uma redução de aproximadamente 9,4% nas taxas de violência contra as mulheres nos municípios que elegeram prefeitos de esquerda. Ao analisar mais detalhadamente os dados de violência, observou-se que a violência física, psicológica, financeira e ameaça diminuíram em torno de 14,44%, 11,99%, 13,37% e 24,07%, respectivamente. Além disso, os resultados indicaram que o deslocamento de pacientes entre os municípios provocou indiretamente um aumento nas denúncias de violência contra a mulher nos municípios receptores de pacientes. Isto resultou em taxas mais elevadas nessas localidades quando comparadas aos municípios onde residem as mulheres.

Nesse cenário, a disponibilidade de serviços médicos nos municípios pode gerar, de forma incorreta, altas taxas de violência nessas localidades. Isto pode levar a uma alocação inadequada de recursos públicos, com os municípios que oferecem serviços médicos recebendo mais recursos da saúde, mesmo que não tenham altas taxas de violência. Por outro lado, os municípios residentes das vítimas podem não receber a assistência necessária. Essa alocação inadequada de recursos pode prejudicar a eficácia das medidas de prevenção e intervenção contra a violência, além de responsabilizar injustamente prefeitos de municípios que recebem pacientes de outras localidades.

Ademais, as estimativas do modelo RDD indicaram uma diminuição significativa na incidência de agressões tanto em ambientes residenciais como em espaços públicos. Quanto aos agressores, constatou-se que houve redução nas agressões perpetradas por desconhecidos, cônjuges e ex-cônjuges nos municípios que elegeram prefeitos de esquerda. No que diz respeito às modalidades de agressão empregadas, verificou-se uma redução das agressões com armas de fogo, armas brancas e espancamentos em cerca de 1,98%, 12,54% e 17,30%, respectivamente. Verificou-se também que houve uma redução dos crimes cometidos por agressores alcoolizados em torno de 21,40%.

A tese não se limitou apenas a identificar a redução das taxas de violência de gênero associadas a ideologia partidária do prefeito, mas também visou esclarecer os possíveis mecanismos que poderiam desencadear esse declínio. A escolha desses mecanismos baseou-se em pesquisas desenvolvidas pela economia do crime, que estudaram a violência contra as mulheres. Além disso, houve um cuidado metodológico na escolha de mecanismos alinhados às atribuições estabelecidas pela Constituição Federal ao cargo do prefeito, destacando, áreas como

saúde e educação. É importante destacar que as variáveis relacionadas à segurança não foram incluídas nas estimativas, uma vez que essa área está sob a responsabilidade do Estado, portanto, do governador, e não do prefeito. Além disso, a ausência de informações sobre guardas municipais e gastos com segurança para a grande maioria dos municípios impossibilitou a criação de um bom estimador. Essa falta de informação apenas reforçou que a área de segurança era uma responsabilidade do Estado.

De maneira geral, as análises dos mecanismos revelaram um crescimento na atividade econômica, dos salários das mulheres e da contratação de mulheres nos setores de saúde e assistência social nos municípios que elegeram prefeitos de esquerda. O incremento na renda desempenha um papel relevante ao proporcionar maior autonomia financeira às mulheres, dotando-as de recursos que podem impactar positivamente as dinâmicas de poder no âmbito doméstico. Conforme evidenciado por Tauchen *et al.* (1991), essa autonomia financeira pode contribuir para a redução da vulnerabilidade das mulheres a situações de violência de gênero.

Na análise dos mecanismos vinculados à provisão de bens públicos, constatou-se que o aumento dos gastos com saúde e da assistência à saúde das mulheres não estavam diretamente associados à eleição de um prefeito de esquerda, uma vez que as estimativas que consideram covariáveis não apresentaram significância estatística. Além disso, as estimativas mostraram que a redução dos recursos destinados à educação impactou negativamente a expansão das vagas em pré-escolas. Apesar desses resultados, as taxas de violência contra as mulheres foram mais baixas nos municípios que elegeram prefeitos de esquerda. Portanto, é possível inferir que o aumento de oportunidades de emprego para as mulheres nesses municípios contribuiu fortemente para a redução da violência de gênero.

Outro aspecto que se destacou nas estimativas foi o aumento na arrecadação tributária. Essa expansão provavelmente possibilitou aos prefeitos de esquerda uma maior alocação de recursos em áreas que contribuíram para a mitigação da violência de gênero. Portanto, a interligação entre melhorias no mercado de trabalho para mulheres e a ampliação de bens públicos pode ter sido um fator que viabilizou a redução das taxas de violência de gênero nos municípios administrados por prefeitos de esquerda. Essa conclusão alinha-se com as perspectivas que abordaram a economia do crime sob a ótica da violência doméstica que identificaram previamente os canais que poderiam contribuir para a mitigação das agressões.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SEMENTES. **Mulher é a palavra chave de mais de 100 projetos de lei no congresso nacional só em 2019.** 2019. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/mulher-e-a-palavra-chave-de-mais-de-100-projetos-de-lei-no-congresso/>. Acesso em: 20 set. 2023

AGUIAR, J. M. *et al.* Atenção primária à saúde e os serviços especializados de atendimento a mulheres em situação de violência: expectativas e desencontros na voz dos profissionais. **Saúde e Sociedade**, v. 32, p. e220266pt, 2023

AIZER, A. The gender wage gap and domestic violence. **American Economic Review**, v. 100, n. 4, p. 1847-1859, 2010.

AKHTARI, M.; MOREIRA, D.; TRUCCO, L. Political turnover, bureaucratic turnover, and the quality of public services. **American Economic Review**, v. 112, n. 2, p. 442-493, 2022.

ALESINA, A. Credibility and policy convergence in a two-party system with rational voters. **American Economic Review**, v. 78, n. 4, p. 796-805, 1988.

ARAÚJO, V.; GATTO, M. A. Can conservatism make women more vulnerable to violence? **Comparative Political Studies**, v. 55, n. 1, p. 122-153, 2022.

AVELAR, L. As mulheres, os partidos e as eleições de 2010. **Teoria e Debate**, n. 91, p. 50-53, 2011.

BARRETO, R. C. S.; SANTOS, E. I.; CARVALHO, Í. C. S. Pobreza espacial em Salvador: Uma análise dos setores censitários do PNUD para 2000 e 2010. **Revista de Estudos Sociais**, v. 20, n. 40, p. 192-225, 2018.

BARROS, T. C. A. N. **Competição política e eficiência municipal: uma análise do efeito da competição eleitoral local nas políticas públicas.** 2017. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

BARUFALDI, L. A. *et al.* Violência de gênero: comparação da mortalidade por agressão em mulheres com e sem notificação prévia de violência. **Ciência & saúde coletiva**, v. 22, p. 2929-2938, 2017.

BEER, C. Left parties and violence against women legislation in Mexico. **Social Politics: International Studies in Gender, State & Society**, v. 24, n. 4, p. 511-537, 2017.

BHALOTRA, S. *et al.* Intimate partner violence: The influence of job opportunities for men and women. **The World Bank Economic Review**. v. 35, n. 2, p. 461-479, 2021.

BHALOTRA, S; CLOTS-FIGUERAS, I. Health and the political agency of women. **American Economic Journal: Economic Policy**, v. 6, n. 2, p. 164-197, 2014.

BIROLI, F. The backlash against gender equality in Latin America: Temporality, Religious Patterns, and the erosion of Democracy. **Latin American Studies Association Lasa Forum**, v. 51, n. 2, p. 22–26. 2020

BOBBIO, N. *et al.* **Dicionário de política**. vol. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOBONIS, G.J.; GONZÁLEZ-BRENES, M; CASTRO, R. Public transfers and domestic violence: The roles of private information and spousal control. **American Economic Journal: Economic Policy**. v. 5, n. 1, p. 179-205, 2013.

BOCHENKOVA, A.; BUONANNO, P.; GALLETTA, S. Fighting violence against women: The role of female political representation. **Journal of Development Economics**, v. 164, p. 103140, 2022.

BOLOGNESI, B.; RIBEIRO, E.; CODATO, A. Uma nova classificação ideológica dos partidos políticos brasileiros. **Dados**, v. 66, n. 2, p. e20210164, 2023.

BOUÇAS, C. **Violência contra a mulher tira R\$ 214 Bi da economia e afeta quase 2 milhões de empregos**. 2021. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2021/10/14/violencia-contra-a-mulher-tira-r-214-bi-da-economia-e-afeta-quase-2-milhoes-de-empregos.ghtml>. Acesso em: 14 set 2023.

BRAMBILLA, M. A.; CUNHA, M. S. Pobreza multidimensional no Brasil, 1991, 2000 e 2010: uma abordagem espacial para os municípios brasileiros. **Nova Economia**, v. 31, p. 869-898, 2022

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 out. 2023

BRASIL. **Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 19 out. 2023

BRASIL. **Lei Nº 12.650, de 17 de maio de 2012**. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, com a finalidade de modificar as regras relativas à prescrição dos crimes praticados contra crianças e adolescentes. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112650.htm. Acesso em: 19 out. 2023

BRASIL. **Lei Nº 12.845, de 1º de agosto de 2013**. Dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112845.htm. Acesso em: 19 out. 2023

BRASIL. **Lei Nº 13.104, de 9 de março de 2015**. Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. Acesso em: 19 out. 2023

BRASIL. **Lei Nº 13.882, de 8 de outubro de 2019**. Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para garantir a matrícula dos dependentes da mulher vítima de violência doméstica e familiar em instituição de educação básica mais próxima de seu domicílio. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13882.htm. Acesso em: 19 out. 2023

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 1990.**

BRASSIOLO, P. Domestic violence and divorce law: When divorce threats become credible. **Journal of Labor Economics**, v. 34, n. 2, p. 443-477, 2016.

BROLLO, F.; TROIANO, U. What happens when a woman wins an election? Evidence from close races in Brazil. **Journal of Development Economics**, v. 122, p. 28-45, 2016.

BRYSON, V.; HEPPELL, T. Conservatism and feminism: the case of the British Conservative Party. **Journal of Political Ideologies**, v. 15, n. 1, p. 31-50, 2010.

CALONICO, S.; CATTANEO, M. D.; TITIUNIK, R. Robust nonparametric confidence intervals for regression-discontinuity designs. **Econometrica**, v. 82, n. 6, p. 2295-2326, 2014.

CAMPOS, B.; TCHALEKIAN, B.; PAIVA, V. Violência contra a mulher: vulnerabilidade programática em tempos de SARS-COV-2/COVID-19 em São Paulo. **Psicologia & Sociedade**, v. 32, p. e020015, 2020.

CAPRARO, C. Direitos das mulheres e justiça fiscal. **Sur**, v. 13, n. 24, p. 17-26, 2016.

CARDOSO, H. V. Os partidos políticos no Brasil: causas e diagnósticos para a alta fragmentação do sistema partidário. **Revista Três Pontos**, v.12, n. 2, p. 48-58, 2015.

CARREIRÃO, Y.S. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. **Opinião Pública**, v. 12, p. 136-163, 2006.

CATTANEO, M.D.; IDROBO, N.; TITIUNIK, R. **A practical introduction to regression discontinuity designs: Foundations**. London: Cambridge University Press, 2019.

CELIS, K.; CHILDS, S. Conservatism and women's political representation. **Politics & Gender**, v. 14, n. 1, p. 5-26, 2018.

CELIS, K.; CHILDS, S. The substantive representation of women: What to do with conservative claims? **Political Studies**, v. 60, n. 1, p. 213–225, 2012.

CERQUEIRA, D.; MOURA, R. L.; IZUMINO, W. P. **Participação no mercado de trabalho e violência doméstica contra as mulheres no Brasil**. Texto para Discussão, n. 2501. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2019.

CHATTOPADHYAY, R.; DUFLO, E. Women as policy makers: Evidence from a randomized policy experiment in India. **Econometrica**. v. 72, n. 5, p. 1409-1443, 2004.

CLOTS-FIGUERAS, I. Are female leaders good for education? Evidence from India. **American Economic Journal: Applied Economics**, v. 4, n. 1, p. 212-244, 2012.

CODATO, A.; BERLATTO, F.; BOLOGNESI, B. Tipologia dos políticos de direita no Brasil. **Análise Social**, v. 53, n. 229, p. 870-897, 2018.

COSTA, M. C. N. *et al.* Mortalidade infantil no Brasil em períodos recentes de crise econômica. **Revista de Saúde Pública**, v. 37, n. 6, p. 699-706, 2003.

COSTA, M. S.; SERAFIM, M. L. F.; NASCIMENTO, A. R. S. Violência contra a mulher: descrição das denúncias em um Centro de Referência de Atendimento à Mulher de Cajazeiras, Paraíba, 2010 a 2012. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 24, p. 551-558, 2015.

CRUZ, M. J. B. *et al.* Coordination of care and quality of healthcare for women and children in the PMAQ. **Cadernos de Saúde Pública**, V. 35, n. 11, p. e00004019, 2019.

DARAKCHI, S. “The western feminists want to make us gay”: Nationalism, heteronormativity, and violence against women in Bulgaria in times of “anti-gender campaigns”. **Sexuality & Culture**. v. 23, n. 4, p. 1208-1229, 2019.

DATASUS. 2020. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/transferencia-de-arquivos/>. Acesso em: 20 jan 2022.

DELAPORTE, M.; PINO, F. **Female Political Representation and Violence Against Women: Evidence from Brazil**. IZA Discussion Paper, N. 15365. Bonn: IZA – Institute of Labor Economics, 2022.

DOWNS, A. An economic theory of political action in a democracy. **Journal of political economy**, v. 65, n. 2, p. 135-150, 1957.

ERZEEL, S.; CELIS, K. Political parties, ideology and the substantive representation of women. Party Politics, SAGE Publications Sage UK: London, England, v. 22, n. 5, p. 576–586, 2016

FAN, W.; LIANG, Y. The impact of school autonomy and education marketization in the United Kingdom. **Journal of Policy Modeling**, v. 42, n. 5, p. 1038-1048, 2020.

FARMER, A.; TIEFENTHALER, J. An economic analysis of domestic violence. **Review of social Economy**. v. 55, n. 3, p. 337–358, 1997

FERRANTE, D.; Santos, M. A.; Vieira, E. M. Violência contra a mulher: percepção dos médicos das unidades básicas de saúde da cidade de Ribeirão Preto, São Paulo. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 13, p. 287-299, 2009.

FERREIRA, F.; GYOURKO, J. Do political parties matter? evidence from us cities. **The Quarterly journal of economics**. v. 124, n. 1, p. 399 – 422, 2009.

FIGUEIREDO, J O et al. Gastos público e privado com saúde no Brasil e países selecionados. **Saúde em Debate**, v. 42, p. 37-47, 2018.

FIVA, J. H.; FOLKE, O.; SØRENSEN, R. J. The power of parties: evidence from close municipal elections in Norway. **The Scandinavian Journal of Economics**, v. 120, n. 1, p. 3-30, 2018.

FOLKE, O. Shades of brown and green: party effects in proportional election systems. **Journal of the European Economic Association**, v. 12, n. 5, p. 1361-1395, 2014.

FONSECA, A. M et al. Padrões de violência domiciliar associada ao uso de álcool no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 43, p. 743-749, 2009.

FRANCESCHET, S. Explaining domestic violence policy outcomes in Chile and Argentina. **Latin American Politics and Society**, v. 52, n. 3, p. 1-29, 2010.

FUJIWARA, T. A regression discontinuity test of strategic voting and Duverger's law. **Quarterly Journal of Political Science**, v. 6, n. 3–4, p. 197-233, 2011.

GABATZ, C. Religião, laicidade e direitos sexuais e reprodutivos: a presença de grupos religiosos conservadores nos espaços públicos da contemporaneidade. **Estudos de religião**, v. 31, n. 1, p. 1-23, 2017.

GAGE, A. J. Women's experience of intimate partner violence in Haiti. **Social Science & Medicine**, v. 61, n. 2, p. 343-364, 2005.

GALVÃO, P. **Violência contra as mulheres em dados**. 2023. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados>. Acesso em: 27 jan.de 2023.

GARCÍA-RAMOS, A. Divorce laws and intimate partner violence: Evidence from Mexico. **Journal of Development Economics**. v. 150, p. 102-623, 2021.

GERIGK, W.; CODATO, A. Elites políticas, ideologia e gasto público nas pequenas cidades brasileiras. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 50, n. 3, p. 125-158, 2020.

GERTLER, Paul J. *et al.* **Avaliação de Impacto na Prática**. 2. ed. Washington: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento/Banco Mundial, 2018.

GOUVÊA, R; GIRARDI, D. Partisanship and local fiscal policy: Evidence from Brazilian cities. **Journal of Development Economics**, v. 150, p. 102-637, 2021.

GRAHAM, K.; BERNARDS, S.; MUNNÉ, M.; WILSNACK, S. C. **Unhappy hours: Alcohol and partner aggression in the Americas**. Washington: Pan American Health Organization, 2008.

GROSSI, P. K.; TAVARES, F. A; OLIVEIRA, S. B. A rede de proteção à mulher em situação de violência doméstica: avanços e desafios. **Athenea digital**, v.14, p.267-280, 2008.

HAJE, L. **Direitos da mulher é tema de cerca de 40 projetos de lei**. 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/551644-direitos-da-mulher-e-tema-decerca-de-40-projetos-de-lei>. Acesso em: 14 abr. 2023.

HIDROBO, M; FERNALD, L. Cash transfers and domestic violence. **Journal of health economics**, v. 32, n. 1, p. 304-319, 2013.

IMBEAU, L. M.; PÉTRY, F.; LAMARI, M. Left-right party ideology and government policies: A meta-analysis. **European Journal of Political Research**, v. 40, n. 1, p. 1-29, 2001.

IMBENS, G. W.; LEMIEUX, T. Regression discontinuity designs: A guide to practice. **Journal of econometrics**, v. 142, n. 2, p. 615-635, 2008.

INGLEHART, R.; NORRIS, P. Modernization and gender equality: A response to Adams and Orloff. **Politics & Gender**, v. 1, n. 3, p. 482-492, 2005.

INGLEHART, R.; NORRIS, P. The developmental theory of the gender gap: Women's and men's voting behavior in global perspective. **International Political Science Review**. v. 21, n. 4, p. 441-463, 2000.

IPEADATA. 2023. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 20 fev. 2023

JASSAL, N. Gender, law enforcement, and access to justice: Evidence from all-women police stations in India. **American Political Science Review**, v. 114, n. 4, p. 1035-1054, 2020.

JEWKES, R. Intimate partner violence: causes and prevention. **The Lancet**, v. 359, n. 9315, p. 1423-1429, 2002.

KERMAN, K.T.; BETRUS, P. Violence against women in Turkey: A social ecological framework of determinants and prevention strategies. **Trauma, Violence, & Abuse**, v. 21, n. 3, p. 510-526, 2020.

KINZO, M. D. G. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 19, p. 23-40, 2004.

KRUG, E. G. *et al.* The world report on violence and health. **The Lancet**, v. 360, n. 9339, p. 1083-1088, 2002.

LANG, J. P. **A ideologia dos prefeitos importa? Testando hipóteses sobre o comportamento de políticos com dados de municípios brasileiros**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) — Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

LAVER, M; SCHOFIELD, N. **Multiparty government: The politics of coalition in Europe**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1998.

LEE, D. S. Randomized experiments from non-random selection in US House elections. **Journal of Econometrics**, v. 142, n. 2, p. 675-697, 2008.

LEE, D. S.; LEMIEUX, T. Regression discontinuity designs in economics. **Journal of economic literature**, v. 48, n. 2, p. 281-355, 2010.

LEE, D. S.; MORETTI, E.; BUTLER, M. J. Do voters affect or elect policies? Evidence from the US House. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 119, n. 3, p. 807-859, 2004.

LEVITT, S. D. The effect of prison population size on crime rates: Evidence from prison overcrowding litigation. **The quarterly journal of economics**, v. 111, n. 2, p. 319-351, 1996.

LEÔNICIO, K. L. et al. O perfil de mulheres vitimizadas e de seus agressores. **Revista de enfermagem da UERJ**, p. 307-312, 2008.

LIANG, H; WANG, R; ZHU, H. Finance and Ideology: The Firm-level Channels. **European Corporate Governance Institute–Finance Working Paper**, n. 642, 2019.

LIMA, L. A. A. *et al.* Marcos e dispositivos legais no combate à violência contra a mulher no Brasil. **Revista de Enfermagem Referência**, n. 11, p. 139-146, 2016.

LIMA, L. L. G.; BARBOSA, L. M. A intervenção policial na violência de gênero no Estado do Rio de Janeiro: da criação das Delegacias Especializadas à Lei Maria da Penha. *In: Simpósio Nacional de História da Associação Nacional De História – Seção São Paulo*, 26, 2011. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História**. São Paulo: ANPUH – São Paulo, 2011. p. 1-36. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/8003/xxxxxxxxxxxxx.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

LIMA, S. L. L. **Os profissionais de saúde e a atenção à mulher em situação de violência sexual: um estudo nos serviços de referência do município de Natal, Rio Grande do Norte**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência na área de saúde pública) - Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2013.

LINDEN, A; ADAMS, J. L. Combining the regression discontinuity design and propensity score-based weighting to improve causal inference in program evaluation. **Journal of evaluation in clinical practice**, v. 18, n. 2, p. 317-325, 2012.

LUCAS, R. C. V. **A ideologia dos prefeitos e os impactos na saúde pública: um estudo de regressão descontínua**. 2019. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

LUNA, J. P.; ZECHMEISTER, E. J. Political representation in Latin America: a study of elite-mass congruence in nine countries. **Comparative political studies**, v. 38, n. 4, p. 388-416, 2005.

MACAULAY, F. Judicialising and (de) criminalising domestic violence in Latin America. **Social Policy and Society**, v. 5, n. 1, p. 103-114, 2006.

MACHADO, A. C. **Fundamentalismo Religioso no Governo Bolsonaro: as implicações de um governo sexista para a (re) existência das mulheres brasileiras**. Monografia (Graduação em Psicologia) - Centro Universitário de Brasília, Brasília, DF, 2019.

MACIEL, A. P. B.; ALARCON, A. O.; GIMENES, É. R. Partidos políticos e espectro ideológico: parlamentares, especialistas, esquerda e direita no Brasil. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 8, n. 3, p. 72-88, 2018.

MARQUES, H. **Bolsonaro defendeu a redução da licença maternidade**. 2018. Disponível em: https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-defendeu-reducao-da-licenca-maternidade_. Acesso em: 5 jan. 2024.

MARQUES, E. S. et al. A violência contra mulheres, crianças e adolescentes em tempos de pandemia pela COVID-19: panorama, motivações e formas de enfrentamento. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, p. e00074420, 2020.

MARTIN, L. W.; VANBERG, G. Coalition government, legislative institutions, and public policy in parliamentary democracies. **American Journal of Political Science**, v. 64, n. 2, p. 325-340, 2020.

MARTINS, A.P.N; CERQUEIRA, D; MATOS. M.V.M. **A institucionalização das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil (versão preliminar)**. Nota Técnica, n. 13. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, 2015

MATOS, M; ANDRADE, L. Mulheres, violências, pandemia e as reações do estado brasileiro. *In*: MATTA, G.C., REGO, S., SOUTO, E.P., SEGATA, J., eds. **Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2021. p. 181-193.

MCCRARY, J. Manipulation of the running variable in the regression discontinuity design: A density test. **Journal of econometrics**, v. 142, n. 2, p. 698-714, 2008.

MCCRIGHT, A. M.; XIAO, C.; DUNLAP, R. E. Political polarization on support for government spending on environmental protection in the USA, 1974–2012. **Social science research**, v. 48, p. 251-260, 2014.

MEADE, M. S.; EMCH, M. **Medical Geography**. 3. ed. New York: Guilford, 2010.

MEDEIROS, L. Deam: uma invenção do movimento de mulheres e feministas no contexto da redemocratização brasileira. *In*: Encontro Regional de História da Associação Nacional De História - Seção Rio de Janeiro, São Gonçalo. **Anais do XV Encontro Regional de história da ANPUH**. São Gonçalo: ANPUH-RIO, 2012. p. [1]-11. Disponível em: https://www.encontro2012.rj.anpuh.org/resources/anais/15/1338414256_ARQUIVO_ArtigoAnpuh.2012.pdf

MEINTJES, S.; PILLAY, A.; TURSHEN, M. **The aftermath: Women in post-conflict transformation**. London: Zed Books, 2001.

MELLO, A. R. **Feminicídio: breves comentários à Lei 13.104/15**. 2015. Disponível em: <https://www.jota.info/especiais/feminicidio-breves-comentarios-a-lei-13-10415-04082015>. Acesso em: 22 set. 2023

MELO, M. A. S. *et al.* Percepção dos profissionais de saúde sobre os fatores associados à subnotificação no Sistema Nacional de Agravos de Notificação (Sinan). **Revista de Administração em Saúde**, v. 18, n. 71, 2018. Disponível em: <https://cqh.org.br/ojs-2.4.8/index.php/ras/article/view/104>

MILLER, A. R.; SEGAL, C. Do female officers improve law enforcement quality? Effects on crime reporting and domestic violence. **The Review of Economic Studies**, v. 86, n. 5, p. 2220-2247, 2019.

MORGAN, S. L.; WINSHIP, C. **Counterfactuals and causal inference**. New York Cambridge University Press, 2014.

MUDDE, C. Populism: An ideational approach. *In*: Kaltwasser, C. R. *et al.* (eds), **The Oxford handbook of populism**. New York: The Oxford University Press, 2017. p. 27-47.

MUMBACH, G. D. **Partidos políticos e políticas públicas para a habitação no Município de Santo Ângelo/RS (2005-2016)**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas. Universidade Federal da Fronteira do Sul. Cerro Largo. 2019

NICHOLS, A. Causal inference with observational data. **The Stata Journal**, v. 7, n. 4, p. 507-541, 2007.

NJIRU, R. N. Political battles on women's bodies: Post-election conflicts and violence against women in internally displaced persons' camps in Kenya. **Societies Without Borders**, v. 9, n. 1, p. 48-68, 2014.

O'BRIEN, D. Z. "Righting" conventional wisdom: Women and right parties in established democracies. **Politics & Gender**, v. 14, n. 1, p. 27-55, 2018.

OLIVEIRA, E. M. *et al.* Atendimento às mulheres vítimas de violência sexual: um estudo qualitativo. **Revista de Saúde Pública**, v. 39, p. 376-382, 2005.

OLIVEIRA, F. S *et al.* Violência doméstica e sexual contra a mulher: revisão integrativa. **Holos**, v. 8, p. 275-284, 2017.

OMS (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE). **Devastadoramente generalizada: 1 em cada 3 mulheres em todo o mundo sofre violência**. Organização Mundial de Saúde. 2021. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/9-3-2021-devastadoramente-generalizada-1-em-cada-3-mulheres-em-todo-mundo-sofre-violencia>. Acesso em: 13 set. 2022.

ONU Brasil. **Violência contra a mulher custa US\$ 1,5 trilhão ao mundo, alerta a ONU no dia laranja**. Disponível em : < <https://brasil.un.org/pt-br/76647-viol%C3%Aancia-contra-mulher-custa-us-15-trilh%C3%A3o-ao-mundo-alerta-onu-no-dia-laranja#:~:text=A%20ONU%20lembra%20que%20a,agress%C3%B5es%20na%20vida%20de%20trabalhadoras> > acesso em: 27 de março de 2024.

ORAM, S.; KHALIFEH, H.; HOWARD, L. M. Violence against women and mental health. **The Lancet Psychiatry**, v. 4, n. 2, p. 159-170, 2017

PAULA, L.; SANT'ANA, C. G. A violência contra a mulher no Brasil: repercussão pública do machismo estrutural. **Fórum Linguístico**, v. 19, n. 1, p. 7555-7574, 2022.

PEIXOTO, V. *et al.* Reeleição de prefeitos e o enfrentamento à pandemia de COVID-19 em 2020. **Dados**, v. 67, n. 4, p. e20220110, 2024.

PEIXOTO, V. de M.; GOULART, N. L. M.; SILVA, G. T. da. Os partidos políticos e as mulheres: a sub-representação eleitoral feminina nas eleições proporcionais municipais de 2012. **Almanaque de Ciência Política**, v. 1, n. 1, p. 15–29, 2017

PEREIRA, A. K. Ideas and politics in social science research. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 6, p. 367-376, 2011.

PEREIRA, C. B. da S. A relação entre movimento feminista e partidos políticos no Brasil no contexto de acirramento da crise capitalista, 2008-2017. **Revista Trabalho Necessário**, v. 19, n. 38, p. 385–390, 2021

PEREIRA, L. A. R.. **Determinantes e eficácia da lealdade partidária no Brasil: uma análise das estratégias dos candidatos a prefeito e vereador**. 2015. Dissertação (Mestrado em Economia) - Escola de Economia de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2015.

PEREIRA, R. C. B. R et al. O fenômeno da violência patrimonial contra a mulher: percepções das vítimas. **Oikos: Família e Sociedade em Debate**, v. 24, n. 1, p. 206-235, 2013.

PÉRICO, A. E. **A relação entre as infraestruturas produtivas e o produto interno bruto (PIB) das regiões brasileiras: uma análise por envoltória de dados**. 2009. Tese (Doutorado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2009.

PEROVA, E.; REYNOLDS, S.A. Women's police stations and intimate partner violence: Evidence from Brazil. **Social Science & Medicine**, v. 174, p. 188-196, 2017.

PETTERSSON-LIDBOM, P. Do parties matter for economic outcomes? A regression-discontinuity approach. **Journal of the European Economic Association**, v. 6, n. 5, p. 1037-1056, 2008.

PINTO, I. V. *et al.* Fatores associados ao óbito de mulheres com notificação de violência por parceiro íntimo no Brasil. **Ciência & saúde coletiva**, v. 26, p. 975-985, 2021.

PISTICELLI, A. Gênero: a história de um conceito. *In*: ALMEIDA, H. B; SZWAKO, J. E. (Org.). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. p.116-148.

PLENS, H. N. **Ciclos eleitorais e novos partidos políticos: evidências para municípios brasileiros**. 2020. Dissertação (Mestrado em Economia) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2020.

PORTO, M. Violência contra a mulher e atendimento psicológico: o que pensam os/as gestores/as municipais do SUS. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 26, p. 426-439, 2006.

POWER, T. J.; ZUCCO, C. Estimating ideology of Brazilian Legislative parties, 1990–2005: a research communication. **Latin American Research Review**, v. 44, n. 1, p. 218-246, 2009.

REIS, M. S. J. Escolas sem partido” e direito das mulheres: O obscurantismo procurando vaga na escola. *In*: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress2017, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2017. P. 1-12.ISSN: 2179-510X

RESENDE, R. C.; EPITÁCIO, S. Mulheres à esquerda e à direita: carreiras políticas e partidos políticos. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 22, n. 1, p. 350–366, 2017.

ROCHA, R.; BRAGANÇA, A. Eco-annoying or unscrupulous ruralist? the role of parties ideology on deforestation in the amazon. *In*: Encontro Nacional de Economia, 50, 2022, Fortaleza – CE. **Anais eletrônicos do 50º Encontro Nacional de Economia**. Fortaleza: Anpec, 2004. P. [1]-19. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2022/submissao/files_I/i11-c3d66d577be865e349d9252dfec7deb9.pdf

RODOVALHO, R.T. **A Ausência de Dados sobre a Violência Contra a Mulher no Brasil**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública) - Programa Avançado em Gestão Pública, Insper, São Paulo, 2022.

RODRIGUES, L. M. Partidos, ideologia e composição social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, p. 31-47, 2002.

ROSENZWEIG, M. R.; WOLPIN, K. I. Natural “natural experiments” in economics. **Journal of Economic Literature**, v. 38, n. 4, p. 827-874, 2000.

SANTOS, C. M. Curto-circuito, falta de linha ou na linha? Redes de enfrentamento à violência contra mulheres em São Paulo. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, p. 577- 600, 2015.

SANZ-BARBERO, B.; BARÓN, N.; VIVES-CASES, C. Prevalence, associated factors and health impact of intimate partner violence against women in different life stages. **PLoS one**, v. 14, n. 10, p. 0221049, 2019.

SARMENTO, D. O neoconstitucionalismo no Brasil: riscos e possibilidades. **Revista Brasileira de Estudos Constitucionais**, Belo Horizonte, v. 3, n. 9, p. 95-133, 2009.

SCHEEFFER, F. A alocação dos partidos no espectro ideológico a partir da atuação parlamentar. **Revista E-legis**. v. 11, n. 27, p. 119-142, 2018.

SCHRAIBER, L. B. *et al.* **Violência dói e não é direito: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos**. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

SCOTT, P. *et al.* Redes de enfrentamento da violência contra mulheres no Sertão de Pernambuco. **Revista Estudos Feministas**, v. 24, p. 851-870, 2016.

SICA, L. P. P.; PERONI, F. M. A.; BIANQUINI, H. As pautas das mulheres nas eleições de 2018. *In*: Encontro Anual de Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 43, 2019, Caxambu – MG. **Anais eletrônicos do 43º Encontro Anual de ANPOCS**. São Paulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2019. p. [1-21].

SILVA ALVES, J. Violência doméstica contra mulheres e a relação possível com indicadores econômicos e sociais. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 15, n. 1, p. 112-121, 2021.

SILVA, C; GODOY, M. R; MORAIS, I. A. C. Criminalidade e vitimização: Avaliando homicídio e suicídio. **Sistema Penal & Violência**, v. 7, n. 2, p. 250-264, 2015.

SILVA, L. E. L da; OLIVEIRA, M. L. C. Violência contra a mulher: revisão sistemática da produção científica nacional no período de 2009 a 2013. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, p. 3523-3532, 2015.

SIM (SISTEMA DE INFORMAÇÃO SOBRE MORTALIDADE). 2020. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sim/cnv/obt10br.def>. Acesso em: 19 dez. 2023

SINAN (DOENÇAS E AGRAVOS DE NOTIFICAÇÃO). 2012-2020. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/aceso-a-informacao/doencas-e-agravos-de-notificacao-de-2007-em-diante-sinan/>. Acesso em: 5 jan 2023.

SOLÉ-OLLÉ, A; VILADECANS-MARSAL, E. Do political parties matter for local land use policies?. **Journal of Urban Economics**, v. 78, p. 42-56, 2013.

STEVENSON, B; WOLFERS, J. Bargaining in the shadow of the law: Divorce laws and family distress. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 121, n. 1, p. 267-288, 2006.

SVIATSCHI, M. M; TRAKO, I. **Gender violence, enforcement, and human capital: Evidence from all-women’s justice centers in Peru**. Policy Research Working Paper 9624. Development Impact Evaluation Group, World Bank, 2021.

TAROUCO, G. S; MADEIRA, R. M. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. **Revista de Sociologia e política**, v. 21, p. 149-165, 2013.

TAUCHEN, H. V.; WITTE, A. D.; LONG, S. K. Domestic violence: A nonrandom affair. **International Economic Review**, v. 32, n. 2, p. 491–511, 1991
 TAUCHEN, H. V.; WITTE, A. D.; LONG, S. K. Domestic violence: a non-random affair. **National Bureau of Economic Research Working Paper**, n.1665, p. 1-26, 1985.

TEIXEIRA, R. P.; BIROLI, F. Contra o gênero: a “ideologia de gênero” na câmara dos deputados Brasileira. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 38, p. e248884, 2022.

TRUE, J. **The political economy of violence against women**. New York: Oxford University Press, 2012.

TSE. *Portal de dados abertos do TSE*. (2012–2020).Disponível em: <<https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/>> acesso em janeiro de 2023.

TSE. *Portal de dados abertos do TSE*.(2012).Disponível em: <<https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/>> acesso em janeiro de 2023.

TSE. *Portal de dados abertos do TSE*.(2016).Disponível em: <<https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/>> acesso em janeiro de 2023.

TSE (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL). **Como funciona o sistema eleitoral majoritário**. 2022. Disponível em: <https://www.trers.jus.br/jurisprudencia/analise-de-julgamentos-tse-chapas-majoritarias/como-funciona-osistema-eleitoral-majoritario>. Acesso em: 5 jan. 2023.

TSE (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL). **Confira os cargos que estão em disputa nas eleições de 2022**. 2022. Disponível em: <https://www.tre->

mt.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Janeiro/confira-os-cargos-que-estaraem-disputa-nas-eleicoes-2022. Acesso em: 5 jan. 2023.

TSE (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL). **Conheça as principais atribuições do prefeito.** 2017. Disponível em: <https://tse.jusbrasil.com.br/noticias/383096647/conheca-as-principais-atribuicoes-do-prefeito>. Acesso em: 5 jan. 2023.

TSE (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL). **Eleições 2020: 95 municípios com mais de 200 mil eleitores poderão ter turno em novembro.** 2022. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2020/Setembro/eleicoes-2020-95-municipios-com-mais-de-200-mil-eleitores-poderao-ter-2o-turno-em-novembro>. Acesso em: 5 jan. 2023.

TSE (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL). **O que leva um candidato a ser elegível ou inelegível?.** 2021. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2021/Marco/o-que-leva-um-candidato-a-ser-elegivel-ou-inelegivel>. Acesso em: 5 jan. 2023.

TUMEN, S.; ULUCAN, H. **Empowered or impoverished: The impact of panic buttons on domestic violence.** IZA Discussion Paper, n. 12847. Bonn: IZA – Institute of Labor Economics, 2019.

UN (UNITED NATIONS). **Gender-related killings of women and girls (femicide/feminicide): Global estimates of gender-related killings of women and girls in the private sphere in 2021 Improving data to improve responses.** United Nations Office on Drugs and Crime, 2022. Disponível em: https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/briefs/Femicide_brief_Nov2022.pdf.

UN WOMEN (UNITED NATIONS ENTITY FOR GENDER EQUALITY AND THE EMPOWERMENT OF WOMEN). **The economic costs of violence against women.** 2016. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/news/stories/2016/9/speech-by-lakshmi-puri-on-economic-costs-of-violence-against-women>. Acesso em: 12 abr. 2023

VILASBÔAS, A. L. Q; PAIM, J. S. Práticas de planejamento e implementação de políticas no âmbito municipal. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 24, p. 1239-1250, 2008.

WELDON, S. L. **Protest, policy, and the problem of violence against women: A cross-national comparison.** Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2002.

WHO (WORLD HEALTH ORGANIZATION). **World health statistics annual 1996.** Geneva, 1998

WHO. **Violence Against Women.** 2024. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/violence-against-women>. Acesso em: 10 de abr. 2024

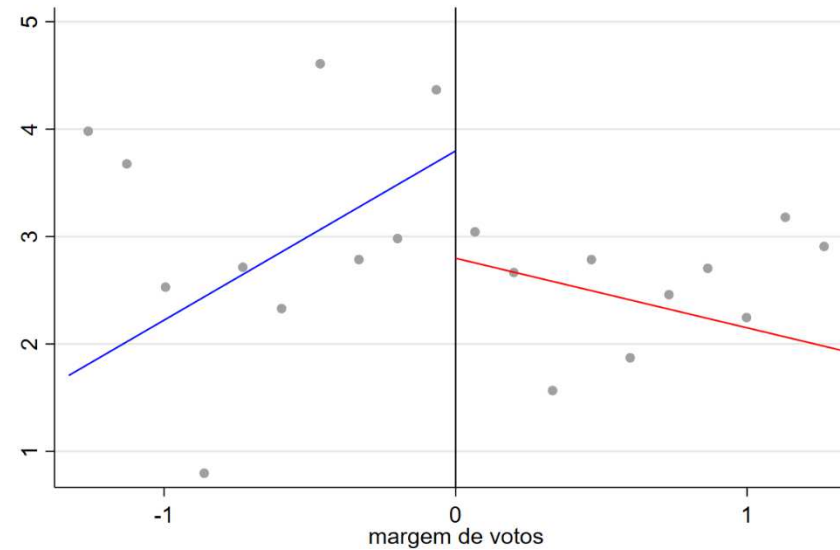
WOOLDRIDGE, J. M. **Introdução à econometria: uma abordagem moderna.** São Paulo: Cengage Learning, 2023.

XAVIER, D. R. et al. Polos e fluxos de deslocamento de pacientes para internação hospitalar e procedimentos selecionados no Sistema Único de Saúde. **Noronha JC, Lima LD, Chorny AH,**

Dal Poz MR, Gadelha P, organizadores. Brasil Saúde Amanhã: dimensões para o planejamento da atenção à saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p. 113-49, 2017.

ANEXO

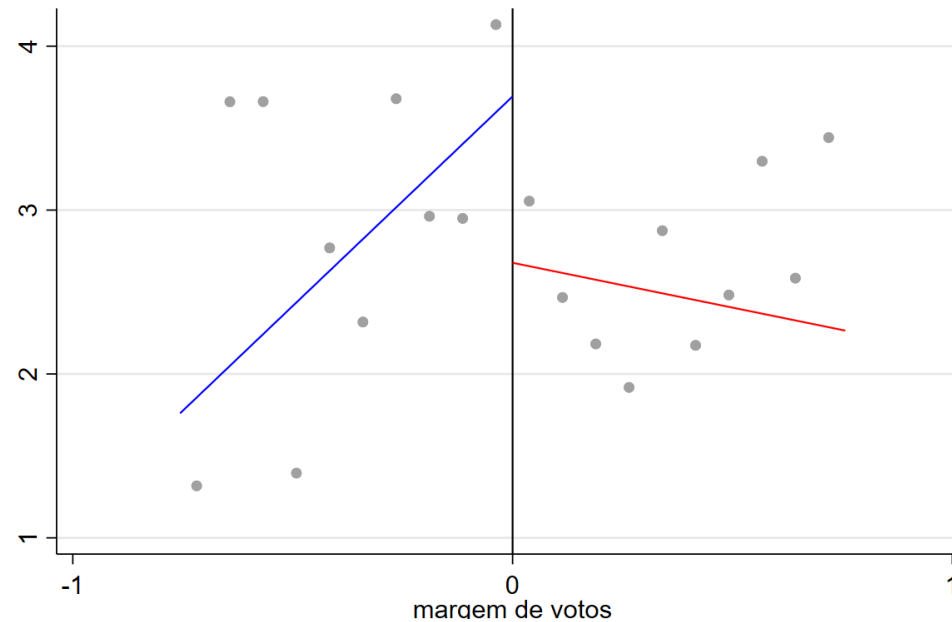
Figura 4-Impacto da presença de um prefeito de esquerda e não esquerda sobre a taxa de violência física



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do SINAN (2012 - 2020), TSE (2012) e TSE (2016)

Nota: O gráfico utiliza um polinômio de grau 1, kernel triangular e nbins (10 10). O gráfico mostra as taxas de violência física em municípios governados por prefeitos de esquerda e não esquerda. Municípios com margem de votos < 0 têm prefeitos não esquerdistas e margem de votos > 0 são administrados por prefeitos de esquerda. A disparidade entre as linhas do gráfico indica que as taxas médias de violência física são mais baixas nos municípios governados por prefeitos de esquerda, evidenciada pela linha vermelha estar significativamente abaixo da linha azul.

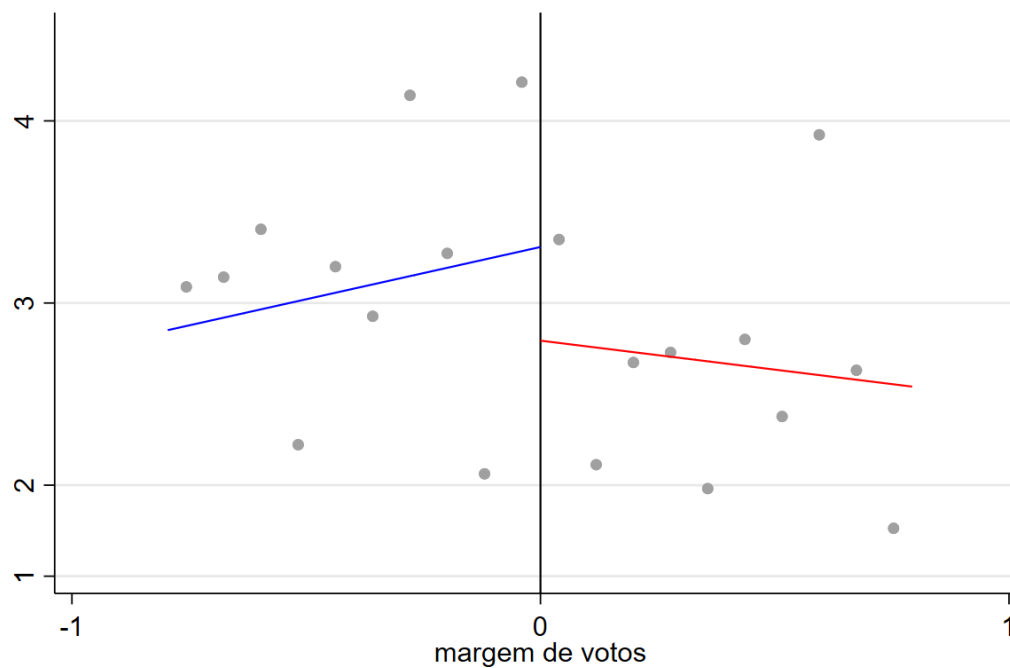
Figura 5-Impacto da presença de um prefeito de esquerda e não esquerda sobre a taxa de violência psicológica



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do SINAN (2012 - 2020), TSE (2012) e TSE (2016)

Nota: O gráfico utiliza um polinômio de grau 1, kernel triangular e nbins (10 10). O gráfico mostra as taxas de violência psicológica em municípios governados por prefeitos de esquerda e não esquerda. Municípios com margem de votos < 0 têm prefeitos não esquerdistas e margem de votos > 0 são administrados por prefeitos de esquerda. A disparidade entre as linhas do gráfico indica que as taxas médias de violência psicológica são mais baixas nos municípios governados por prefeitos de esquerda, evidenciada pela linha vermelha estar significativamente abaixo da linha azul.

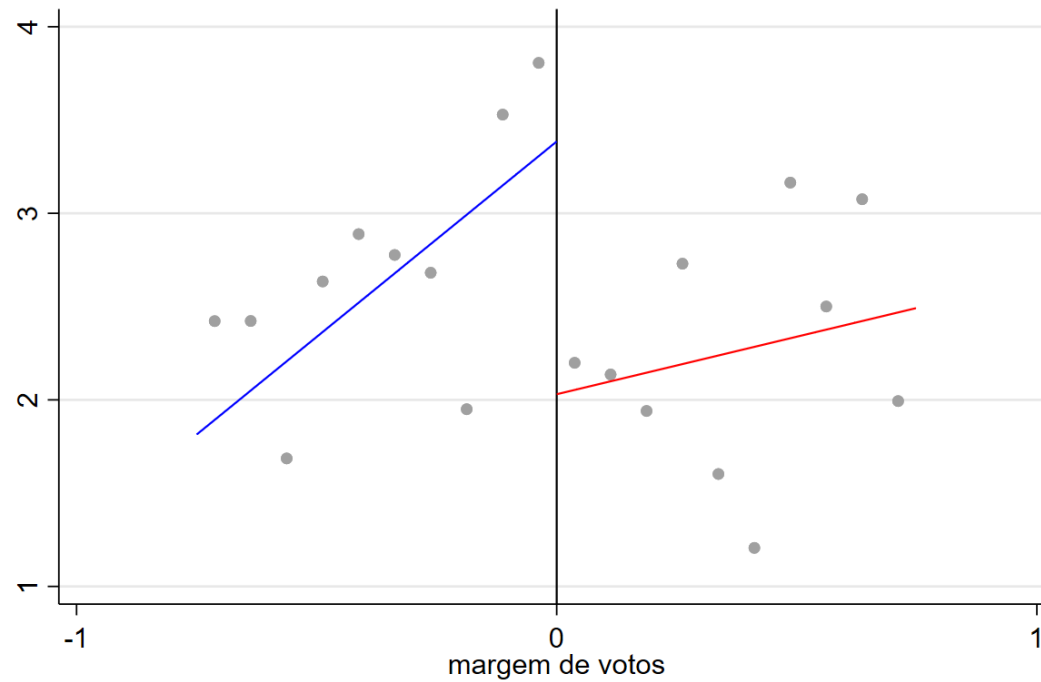
Figura 6-Impacto da presença de um prefeito de esquerda e não esquerda sobre as taxas de violência sexual



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do SINAN (2012 - 2020), TSE (2012) e TSE (2016)

Nota: O gráfico utiliza um polinômio de grau 1, kernel triangular e nbins (10 10). O gráfico mostra as taxas de violência sexual em municípios governados por prefeitos de esquerda e não esquerda. Municípios com margem de votos < 0 têm prefeitos não esquerdistas e margem de votos > 0 são administrados por prefeitos de esquerda. A disparidade entre as linhas do gráfico indica que as taxas médias de violência sexual são mais baixas nos municípios governados por prefeitos de esquerda, evidenciada pela linha vermelha estar significativamente abaixo da linha azul.

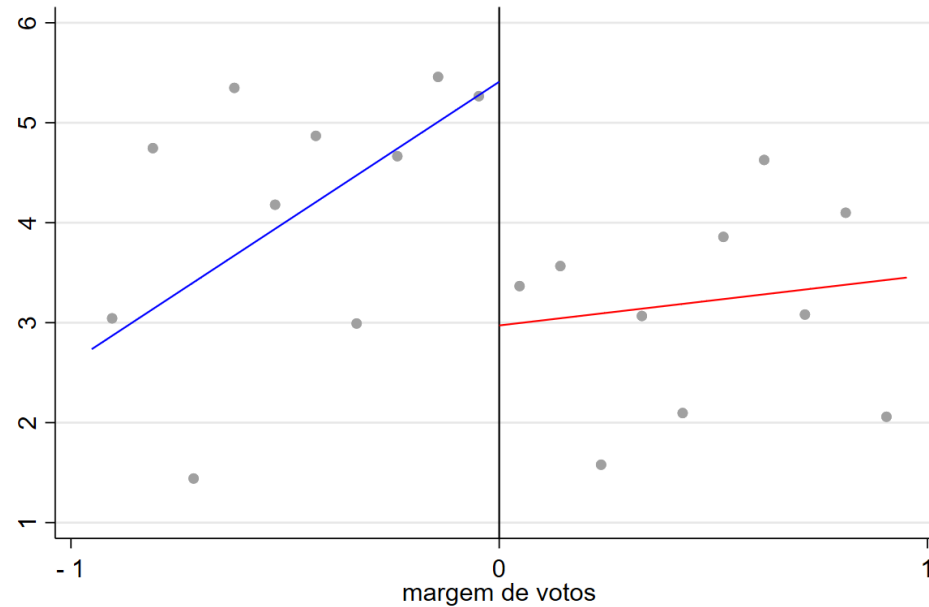
Figura 7-Impacto da presença de um prefeito de esquerda sobre as taxas de violência financeira



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do SINAN (2012 - 2020), TSE (2012) e TSE (2016)

Nota: O gráfico utiliza um polinômio de grau 1, kernel triangular e nbins (10 10). O gráfico mostra as taxas de violência financeira em municípios governados por prefeitos de esquerda e não esquerda. Municípios com margem de votos < 0 têm prefeitos não esquerdistas e margem de votos > 0 são administrados por prefeitos de esquerda. A disparidade entre as linhas do gráfico indica que as taxas médias de violência financeira são mais baixas nos municípios governados por prefeitos de esquerda, evidenciada pela linha vermelha estar significativamente abaixo da linha azul.

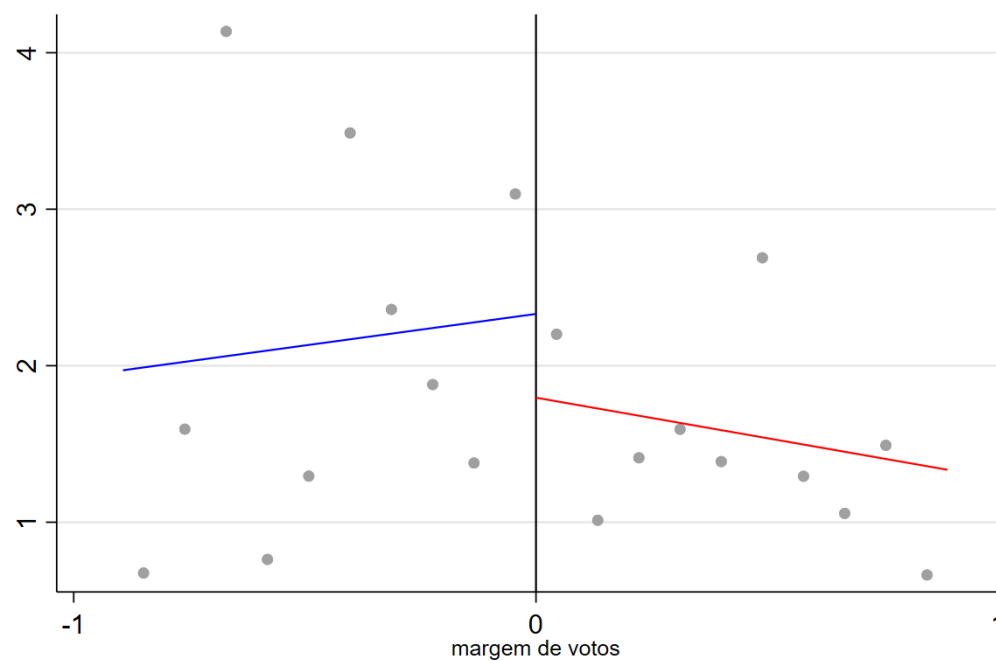
Figura 8-Impacto da presença de um prefeito de esquerda e não esquerda sobre as taxas de ameaça



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do SINAN (2012 - 2020), TSE (2012) e TSE (2016)

Nota: O gráfico utiliza um polinômio de grau 1, kernel triangular e nbins (10 10). O gráfico mostra as taxas de ameaça em municípios governados por prefeitos de esquerda e não esquerda. Municípios com margem de votos < 0 têm prefeitos não esquerdistas e margem de votos > 0 são administrados por prefeitos de esquerda. A disparidade entre as linhas do gráfico indica que as taxas médias de ameaça são mais baixas nos municípios governados por prefeitos de esquerda, evidenciada pela linha vermelha estar significativamente abaixo da linha azul.

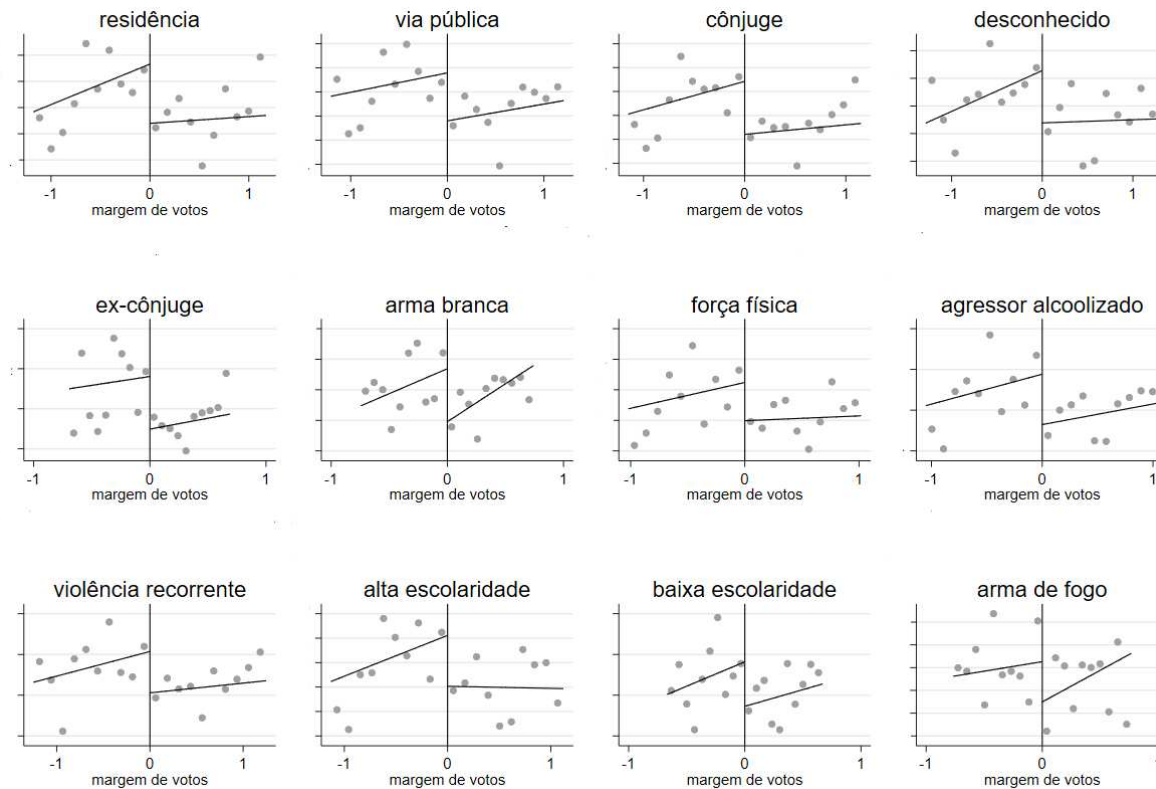
Figura 9-Impacto da presença de um prefeito de esquerda e não esquerda sobre as taxas de assédio



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do SINAN (2012 - 2020), TSE (2012) e TSE (2016)

Nota: O gráfico utiliza um polinômio de grau 1, kernel triangular e nbins (10 10). O gráfico mostra as taxas de assédio em municípios governados por prefeitos de esquerda e não esquerda. Municípios com margem de votos < 0 têm prefeitos não esquerdistas e margem de votos > 0 são administrados por prefeitos de esquerda. A disparidade entre as linhas do gráfico indica que as taxas médias de assédio são mais baixas nos municípios governados por prefeitos de esquerda, evidenciada pela linha vermelha estar significativamente abaixo da linha azul.

Figura 10-Efeitos heterogêneos da gestão dos prefeitos de esquerda



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do SINAN (2012 - 2020), TSE (2012) e TSE (2016)

Nota: O gráfico utiliza um polinômio de grau 1, kernel triangular e nbins (10 10). O gráfico mostra as taxas de violência psicológica em municípios governados por prefeitos de esquerda e não esquerda. Municípios com margem de votos < 0 têm prefeitos não esquerdistas e margem de votos > 0 são administrados por prefeitos de esquerda. A disparidade entre as linhas do gráfico indica que as taxas médias de violência psicológica são mais baixas nos municípios governados por prefeitos de esquerda, evidenciada pela linha vermelha estar significativamente abaixo da linha azul.